



**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS)
Área de Concentração: História Cultural
Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições, Processos**

Higiene, elegância e embelezamento: representações e discurso higienista na fundação de Belo Horizonte (1892-1907)

**Autora: Ana Carolina Silva da Costa
Orientadora: Marcia de Melo Martins Kuyumjian**

Brasília, Agosto de 2011



**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS)
Área de Concentração: História Cultural
Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições, Processos**

Higiene, elegância e embelezamento: representações e discurso higienista na fundação de Belo Horizonte (1892-1907)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História do Departamento de História da Universidade de Brasília, vinculada à área de concentração em História Cultural, sob orientação da Professora Dra. Marcia de Melo Martins Kuyumjian, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. 1º./ 2011.

Autora: Ana Carolina Silva da Costa
Orientadora: Marcia de Melo Martins Kuyumjian

Brasília, Agosto de 2011

Higiene, elegância e embelezamento: representações e discurso higienista na fundação de Belo Horizonte (1892-1907)

Ana Carolina Silva da Costa

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Marcia de Melo Martins Kuyumjian
Departamento de História/ Universidade de Brasília

Professora Doutora Maria T. Negrão de Mello
Departamento de História/ Universidade de Brasília

Professora Doutora Maria Salete Kern Machado
Departamento de Sociologia/ Universidade de Brasília

Professora Doutora Edlene Oliveira Silva
Departamento de História/ Universidade de Brasília

Brasília, Agosto de 2011

Aos meus pais, Solanea Regina e José Carlos,
e ao meu irmão, Guilherme.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possível graças à colaboração e à participação de diversas instituições e pessoas. Agradeço à CAPES pelo suporte financeiro sem o qual este projeto não teria sido viabilizado; ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, pela solicitude de seus professores e funcionários; e aos diversos profissionais e técnicos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, bem como da Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais e do Museu Histórico Abílio Barreto onde tive a oportunidade de realizar pesquisas em preciosos acervos.

Agradeço à minha orientadora, Marcia de Melo Martins Kuyumjian, por me acolher no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, a confiança, a orientação sempre atenciosa, crítica, instigante e, principalmente, as sugestões valiosas com quem divido os méritos deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, pelo apoio e pelas aulas. Os debates realizados durante os seminários abriram perspectivas de análises e apontaram novos caminhos possíveis a trilhar.

Aos colegas do Programa, pela convivência agradável e inspiradora. Em especial, Salatiel Ribeiro, Marcelo Tadeu e Cândida Carolina.

Aos meus pais, Solanea e José Carlos, que sempre me inspiraram e me apoiaram. Agradeço imensamente a confiança, a paciência, a compreensão e o incentivo diários.

Aos meus familiares e amigos de sempre, especialmente Lana Silvestre, Fabiana e Cristiane, pela confiança e apoio incondicional ao meu trabalho.

À Priscilla Gontijo, amiga e historiadora que me incentivou constantemente, desde os tempos de Graduação. Dos menores auxílios, como providenciar as edições das revistas comemorativas do centenário de Belo Horizonte, às leituras críticas da dissertação, Priscilla contribuiu significativamente para o desenvolvimento dessa pesquisa.

*A parede das ruas
Não devolveu
Os abismos que se rolou
Horizonte perdido no meio da selva
Cresceu o arraial*

(Ruas da Cidade, Lô Borges e Marcio Borges – Clube da Esquina)

RESUMO

A cidade de Belo Horizonte constitui-se em um espaço histórico e cultural planejado e fundado em finais do século XIX. A pesquisa interdisciplinar desenvolvida a partir da documentação produzida ao longo do planejamento e da construção da capital mineira, remete aos significados construídos sobre essa cidade nova e moderna. A questão da higiene como problema social e político emerge como objeto a ser estudado na conjuntura histórica da fundação da nova capital. Assim, este trabalho objetiva estudar os sentidos atribuídos, as representações construídas e as práticas desenvolvidas em torno da imagem da nova capital mineira e sua associação ao conceito da higiene, defendendo a hipótese de que o discurso higienista do século XIX, re-significado pelos engenheiros e urbanistas da Comissão Construtora da Nova Capital, influenciou a construção do espaço urbano e da sociedade de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Belo Horizonte, República, representações, discurso higienista, civilização, modernidade.

ABSTRACT

The city of Belo Horizonte is in a historical and cultural place planned and founded in the nineteenth century. The interdisciplinary research developed from the documentation produced throughout the planning and construction of new capital refers to the meanings built on this new, modern city. The question of hygiene as a social and political problem emerges as an object to be studied in the historical context of the founding of the new capital. This work aims to study the meanings attributed to the representations constructed and developed practices around the image of the new new capital and its relationship to the concept of hygiene, supporting the hypothesis that the hygienist discourse of the nineteenth century, re-signified by the engineers and planners of the New Capital Construction Commission, influenced the construction of an urban place and society in Belo Horizonte.

Keywords: Belo Horizonte, Republic, representations, hygienist discourse, civilization, modernity.

SUMÁRIO

Introdução	p. 10
1. O <i>fin de siècle</i> republicano: modernidade e higienismo no Brasil do século XIX	p. 15
1.1. A República em busca da civilidade e da modernidade	p. 17
1.2. A higiene conquista a República	p. 28
2. “Salve, Minas!”: a construção da Nova Capital mineira	p. 41
2.1. Em busca de um belo horizonte: o processo de transferência da capital mineira	p. 44
2.2. “Hygiene, elegancia e embellezamento”: a construção de Belo Horizonte	p. 66
3. A higiene e a norma: fórmulas para a constituição de uma bela sociedade	p. 90
3.1. A cidade praticada: tensões na ocupação espacial da capital mineira	p.93
3.2. A promessa de um belo horizonte: a aliança entre a higiene e a norma	p. 101
4. Considerações finais	p. 118
5. Corpus Documental	p. 123
6. Referências Bibliográficas	p. 125

Introdução

O interesse pelo estudo do discurso higienista como representação que atribui sentidos possíveis à fundação de Belo Horizonte surgiu em 2005, momento em que lecionei História, como monitora, no Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos (PEMJA) do Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (Coltec/UFMG). A oportunidade de iniciar uma pesquisa sobre a cidade de Belo Horizonte ocorreu durante a realização de um projeto interdisciplinar do PEMJA que tinha por temática a capital mineira. O conhecimento da história dessa cidade e do processo de planejamento e construção de seus espaços suscitou questionamentos e buscas por trabalhos acadêmicos recentes que tratassem do desenvolvimento da cidade.

A coordenação do projeto de História ¹ incentivou a busca por mais conhecimento sobre a cidade, especificamente no tocante à questão das representações de Belo Horizonte como cidade criada e intitulada sob o signo da higiene. Essa perspectiva de estudo orientou e contribuiu decisivamente para o estudo a ser realizado durante o mestrado. Os primeiros contatos com a história da construção de Belo Horizonte ocorreram por meio da leitura de produções acadêmicas e não-acadêmicas publicadas durante os anos de comemoração do centenário da cidade (1995-1998). Mas como eram produções históricas voltadas para a leitura daquele momento histórico específico, algumas questões ficaram mal respondidas e suscitaram a pesquisa nos arquivos da cidade.

Durante as empreitadas nos arquivos e as leituras da historiografia mineira voltada para o período da construção da nova capital mineira foi possível conhecer a bibliografia relacionada ao período de fundação da cidade e das fontes produzidas naquele momento, especificamente os periódicos regionais – *A Capital*, *O Contemporâneo*, *Diário de Notícias*, e outros - e as duas edições da *Revista Geral dos Trabalhos*, da Comissão Construtora da Nova Capital. O contato com essas fontes suscitou reflexões sobre esse discurso no momento republicano e estudos comparativos foram iniciados sobre o momento das reformas urbanas da capital republicana, na época o Rio de Janeiro. Ao perceber a proximidade da esfera cultural e técnica que envolvia os dois casos, e ao conhecer a diversidade historiográfica de pesquisas sobre a situação urbana e social de finais do século XIX, o interesse se voltou para o aprofundamento do estudo da historiografia referente à cidade de Belo Horizonte, sobretudo devido às suas peculiaridades e ineditismo.

O planejamento e a construção da cidade de Belo Horizonte, no final do século XIX, teriam ocorrido, nas palavras de Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital ², de acordo com as mais severas indicações e exigências modernas de “higiene,

¹ As orientações eram realizadas pela professora doutora Anny Jackeline Torres Silveira, autora da tese de doutorado SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *A influenza espanhola e a cidade planejada: Belo Horizonte 1918*. Niterói: UFF-Programa de Pós-Graduação em História, 2004.

² A Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) foi criada em 1893, pela Assembléia Legislativa e pelo, então, governador de Minas Gerais, Affonso Penna, para fins de organização do planejamento e execução das obras de construção da nova capital mineira. Inicialmente, a CCNC foi chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A partir de 1895, a chefia passou a ser exercida pelo engenheiro Francisco

elegância e embelezamento”³. Tal empreendimento pode ser relacionado à questão da higiene como importante representação cultural e social e como importante ideologia política no Brasil republicano. Além disso, a transferência da capital de Minas Gerais, que se localizava em Ouro Preto, para a região do Arraial de Belo Horizonte (antigo Arraial do Curral del Rey), se inscreve nas disputas políticas regionais e remete tanto ao problema da salubridade quanto às representações e ao imaginário construídos sobre o espaço urbano em finais do século XIX e início do século XX.

A historiografia da cidade, recorrentemente, relaciona sua fundação aos discursos modernos, republicanos, técnicos e sanitaristas veiculados no Brasil e na Europa naquele período. Tal referência deve-se às afirmações de políticos relacionados ao governo do Estado de Minas Gerais e da Comissão Construtora da Nova Capital de que a Cidade de Minas, inicialmente assim denominada, seria planejada, construída e fundada para edificar no coração das Gerais, uma sociedade republicana, moderna e civilizada, de acordo com os padrões modernos de elegância, higiene e embelezamento que estavam em voga na Europa desde o entre séculos XVIII-XIX.

Tendo por referência o discurso sobre modernidade e os avanços técnicos na área da arquitetura, medicina e desenvolvimento urbano, o discurso político republicano mineiro justificaria o empreendimento da transferência e criação da capital mineira. O governo republicano recém-instaurado no Brasil apoiaria a criação de um espaço urbano completamente novo com base nas teorias médicas e higienistas já em profusão durante o período monárquico brasileiro. A pretensão republicana de civilizar a sociedade brasileira aliava-se tanto às propostas higienistas de saneamento dos espaços urbanos, especialmente em Minas Gerais e na capital federal, Rio de Janeiro, quanto à tentativa de empreender um novo tempo que não lembrasse o período monárquico.

A junção da pretensão republicana de civilizar e, ao mesmo tempo, embranquecer e europeizar a sociedade brasileira, às propostas saneadoras de higienistas e engenheiros, possibilitou o surgimento de um discurso específico, o da higiene, cujo sentido ou sentidos pretende-se compreender por meio da análise de fontes historiográficas e documentais que envolvem o processo fundador da capital mineira no final do século XIX.

Mesmo tendo ciência de que o panorama em que se inscreve a fundação de Belo Horizonte não se resumia apenas às questões políticas republicanas e às questões científicas e sanitaristas, esses vetores foram selecionados como referências para a análise dos documentos relativos ao planejamento da capital mineira, que foram produzidos pela Comissão Construtora da Nova Capital. O advento republicano e a questão técnico-científica teriam ensejado, de acordo com a prévia análise das fontes e da historiografia mineira, condições para o planejamento e a materialização de uma cidade inteiramente nova e moderna, de onde afloram discursos cujo *corpus*, assim constituído, e, ao qual se relacionam outras fontes, analisamos tomando por base as concepções históricas articuladas no viés cultural.

Bicalho, que seguiu com a execução de algumas obras previstas pela Comissão e também com modificações ao Plano da Cidade.

³ Reis Apud. LEME, Maria Cristina. da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil. 1895-1965*. São Paulo, SP: FUPAM: Studio Nobel, 1999. p. 22.

Como propõe Roger Chartier, ao contrário da antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco e absoluto, a Nova História Cultural dirige seus estudos aos processos com os quais se constrói um sentido e às práticas que, pluralmente, significam o mundo ⁴. Nessa esteira, pretende-se refletir sobre os sujeitos, a história e a linguagem em uma relação de significação e propõe-se como objetivo geral a reflexão sobre a lógica do discurso higienista do século XIX, re-significado pelos engenheiros e urbanistas da Comissão Construtora da Nova Capital. Essa re-significação influenciou a elaboração do espaço urbano de Belo Horizonte e pode ser considerado como representação naquele momento específico. Almeja-se compreender de que forma as representações construídas, por meio de um discurso médico, técnico e moderno, sobre o espaço urbano no *fin de siècle* brasileiro favoreceram a produção de um espaço urbano completamente novo para acolher a nova capital mineira e sua sociedade.

A partir disso, é possível apresentar os objetivos específicos como o intuito de desfiar a trama compreensiva ancorando a análise nos diferentes olhares para a realidade local. A começar pela forma como a Seção de Higiene da prefeitura de Belo Horizonte, por meio da ação de seus sujeitos institucionalizados, significou o discurso higienista a ponto de tentar determinar a ocupação pela construção de habitações no espaço urbano. A seguir, é muito sugestivo como os discursos tentam disciplinar e normalizar os hábitos da população mais pobre, na região central da cidade.

O olhar atento do historiador, instigado pela intriga construtora de histórias plurais que emergem do sistema de poder e dominação que a modernidade implementou, ou tentou implementar, para concretizar o sonho do desenvolvimento pela civilização dos espaços humanos e por uma idéia de civilidade de suas cidades, procura prover de sentido as tramas que se embaralham ao primeiro olhar desatento. Há de se concordar que poder, dominação e subordinação constituem importantes pilares da ordem social. Mas a sociedade atua tomando por referência a diversidade de interesses. Nesse sentido, para além do olhar lançado nesse trabalho que se volta para o ordenamento espacial e a disciplinarização social, a esteira da Análise de Discurso, por meio do conhecimento reflexivo e instrumentado pelo funcionamento do discurso higienista “na e da cidade” de Belo Horizonte, acredita-se ser possível compreender, além de interpretar, as maneiras como os sujeitos institucionalizados da Comissão Construtora da Nova Capital, que também são sujeitos urbanos, se manifestam, irrompem novas formas de sociabilidade e vivem em concentração e divergência ⁵.

O estudo do discurso que compreende a análise de sentidos em processo e de sujeitos em vias de deslocamento no movimento de sua própria história possibilita a pretensão de uma reflexão que enfoca a difícil relação entre a cidade, o cultural, o político e os sujeitos sociais. Os sentidos e as significações possíveis das representações urbanas emergem naquela conjuntura política e científica do país e suas repercussões no planejamento dos espaços urbanos da capital mineira. Ou seja, o que se propõe é o diálogo de representações elaboradas

⁴ CHARTIER, Roger. Introdução. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Difel: Lisboa, 1988. p. 27.

⁵ ORLANDI, Eni P. Cidade e Sentido. *Cidades dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004. p. 14.

pelos sujeitos responsáveis pela construção de uma Belo Horizonte moderna com as representações que emergem da adoção do método da análise do discurso.

A Análise do Discurso empreendida nessa pesquisa concebe os discursos sempre situados na história, ou seja, como construções históricas que se ligam diretamente a determinadas operações da linguagem e à definição de seus funcionamentos ⁶. As práticas resultantes de um determinado enunciado discursivo possibilitam a compreensão de seu sentido e constituem objeto de análise fundamental para entender a inserção da linguagem na história. A linguagem, enquanto distanciamento entre o que é representado e sua representação, compõe-se de signos ideológicos expressos nas palavras que, quando colocadas em situação de interação social, produzem a linguagem, espaço de manifestação concreta da ideologia, espaço de mediação entre o homem e sua realidade, processo histórico-social em que ocorrem conflitos ideológicos ⁷.

Nesse sentido, estudar o discurso é querer compreender a maneira como os objetos simbólicos produzem sentidos possíveis, através da análise dos gestos, das palavras, dos olhares, das escolhas dos sujeitos em questão. São interpretações que a Análise do Discurso considera como “atos no domínio simbólico porque eles intervêm no real do sentido” ⁸. Além de compreender como um objeto simbólico produz sentidos, o estudo do discurso possibilita analisar de que forma esse objeto está investido de significância para e por sujeitos, principalmente porque considera que apenas as coisas significadas, e não simplesmente existentes, podem ser referidas ⁹.

A partir disso, a proposta de análise dos discursos contidos tanto nas duas edições da *Revista Geral dos Trabalhos* ¹⁰ da Comissão Construtora da Nova Capital quanto nos periódicos *O Contemporâneo*, *A Capital* e *Diário de Notícias* ¹¹, se justifica porque a linguagem é um instrumento mediador entre os homens e a sua realidade social, o que torna possível tanto a permanência quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em

⁶ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 32.

⁷ Para Michael Foucault, os discursos são dispersão, são formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. A Análise de Discurso deve descrever essa dispersão e buscar o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos. Essas “regras de formação” “possibilitariam a determinação dos elementos que compõem o discurso, a saber: os *objetos* que aparecem coexistem e se transformam num “espaço comum” discursivo; os diferentes *tipos de enunciação* que podem permear o discurso; os *conceitos* em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema comum; os *temas e teorias*, isto é, o sistema de relações entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias. Essas regras que determinam, portanto, uma “formação discursiva” se apresentam sempre como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias”. Cf: BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2ª. Ed. Campinas, SP: Editora da UniCamp, 2004. P. 32.

⁸ ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso. Princípios e Procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2007, p. 26.

⁹ GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2ª. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2005. p. 10.

¹⁰ A publicação dos dois fascículos da *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora* objetivava, principalmente, guardar toda a documentação histórica da fundação da cidade. Os enfoques da história escrita pela *Revista* se voltavam para a narração dos antecedentes históricos, dos atos legislativos e executivos que haviam promovido a transferência da capital e a organização da Comissão Construtora. A escrita oficial dessa história deveria ser continuada pelos administradores da futura municipalidade, mas com a extinção da Comissão Construtora e a criação da Prefeitura, a revista não foi mais editada. Na edição de abril de 1895, o auxiliar jurídico Adalberto Ferraz afirmava que a *Revista* tinha o caráter de “evidente utilidade e importância, pois será a história, por assim dizer, escripta dia a dia, da fundação da Capital de um dos mais importantes Estados da União Brasileira, - história que, sem dúvida, continuará a ser feita pela Administração Municipal da nova cidade, de modo a termos sempre methodicamente organizados os dados estatísticos referentes à sua vida, em todas as suas manifestações”. In: ESTADO DE MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora*. Rio de Janeiro: H.A. Lombaerts, 1985. p. 9.

¹¹ A importância desses periódicos publicados durante o processo de fundação de Belo Horizonte justifica-se pelo fato de que funcionavam como veículos de comunicação entre as elites oferecendo suporte aos discursos circunstanciados do poder.

que vive. A análise dos discursos desses documentos possibilita o conhecimento dos sentidos possíveis do discurso higienista que aqui se apresenta como um dos elementos norteadores do processo de transferência da sede da capital mineira.

O recorte temporal compreende o período da criação da Comissão Construtora da Nova Capital, em 1893, e perpassa os primeiros anos da nova capital, findando em 1907, quando esta cidade completa uma década de existência oficial. Por se constituir como um campo representacional que aponta para um intenso conflito de interesses e de visão de mundo e do lugar do estado na ordem e progresso da nação o momento de transição do governo monárquico para o republicano será o cenário para a realização da análise do discurso higienista veiculado antes, durante e após a fundação da Cidade de Minas, momento importante para a história da capital mineira. As representações culturais inseridas naquele contexto brasileiro aliadas às expectativas tanto no âmbito do Estado quanto no cotidiano dos sujeitos e dos grupos sociais contribuíram de forma significativa para a transferência da capital mineira e a construção de uma nova cidade no coração das Gerais.

O momento da história de Belo Horizonte aqui analisado implicou a divisão do referencial teórico em duas temáticas. A primeira temática, referente ao momento de transição da forma de governo no Brasil e de instalação do governo republicano, foi analisada a partir do conhecimento da bibliografia produzida a esse respeito. Essa bibliografia também considera a questão da higiene como ideologia na sociedade brasileira no final do século XIX. Essa decisão foi feita com base no que Orlandi propõe para o analista do discurso: justamente porque os processos de significação dos discursos ocorrem em condições específicas, há a necessidade de trabalhar com a exterioridade discursiva para que a compreensão da formação do discurso seja possível¹².

A segunda temática analisada por essa pesquisa compreende os primeiros anos de desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte e é respaldada por historiadores da cidade de Belo Horizonte¹³. Alguns desses autores identificam na lógica espacial da cidade um discurso de ordenação social que poderia justificar a veiculação de enunciações favoráveis a uma política higienizadora da sociedade mineira, como foi possível constatar na análise de periódicos como *A Capital* e *Diário de Notícias*.

Partindo da preocupação em compreender de forma mais aprofundada e histórica os possíveis sentidos dos discursos envolvidos na fundação de capital mineira, especificamente o discurso higienista, essa pesquisa re-visita as fontes da Comissão Construtora da Nova Capital e, ao mesmo tempo, lança novo olhar sobre elas e sobre os periódicos produzidos e publicados no mesmo período. Acredita-se que a análise desse discurso realizada com mais empenho

¹² ORLANDI, Eni P. Op. Cit.. 2007. p. 19.

¹³ DULCI, Otávio Soares. Origens do Desenvolvimento Mineiro. In: *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999; GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991; HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. A razão moldando o cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar - Belo Horizonte- 1907- 1908. In: *Caderno de História*, Belo Horizonte, volume 2, n. 3. Belo Horizonte: outubro de 1997; JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas. *BH, horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ ARTE, 1996; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. As ruas e as cidades. In: *Caderno de História*, Belo Horizonte, volume 2, n. 3. Belo Horizonte: outubro de 1997.

historiográfico e teórico possibilitará a abrangência do processo de fundação da cidade de Belo Horizonte como *locus* representativo de pretensões republicanas e técnicas de fundação de um novo tempo, de uma nova sociedade, de uma civilização brasileira, materializada por meio da edificação do espaço urbano em consonância com a técnica e a modernidade européias. Essa pesquisa propõe uma nova forma de reflexão e apreensão de um momento que se constitui em um capítulo da história de Belo Horizonte, que se inscreve nos novos paradigmas de análise da História Cultural.

O argumento da dissertação foi desenvolvido ao longo de três capítulos.

O primeiro capítulo, *O fin de siècle republicano: modernidade e higienismo no Brasil do século XIX*, aborda o *fin de siècle* brasileiro como momento de re-significação de movimentos científicos e modernos europeus, sobretudo franceses. O enfoque se volta para questões relativas à higiene e à ciência como argumentos legitimadores de discursos republicanos favoráveis a reformulações urbanas em grandes centros, como fica evidente em muitas fontes consultadas.

O segundo capítulo, *“Salve, Minas!”: a construção da Nova Capital mineira*, é composto por abordagens relativas aos discursos que pensaram, planejaram e construíram a cidade de Belo Horizonte como a nova capital de Minas Gerais. Os discursos contidos nas fontes (documentos da Comissão Construtora da Nova Capital e periódicos regionais) propiciam questionamentos a respeito da forma como a higiene significa e é representada, bem como da forma como o ideal de modernidade e de civilização seriam alcançados pela nova cidade.

A última reflexão da pesquisa, *A higiene, a norma e a modernidade: fórmulas para a constituição de uma bela sociedade*, refere-se à análise de documentos da prefeitura de Belo Horizonte e de jornais publicados entre as décadas de 1897-1907, que aparentemente evidenciam intenções de definição, por meios legais e legítimos (decretos municipais), da ocupação do espaço urbano.

À guisa de conclusão, foi realizado um passeio entre as representações culturais construídas sobre a higiene e as práticas institucionais que permitiram a legitimidade de ações respaldadas por um saber científico propagado e aderido em diversos lugares. A aliança realizada entre política e a ciência funcionou como uma relação de força que impunha modelos de comportamento manipuladores da vida social. Diante dessas medidas manipuladoras é possível compreender que embora o termo civilização justificasse cada uma delas, a modernidade foi construída com base em ações distantes do que se considerava civilizado naquele momento.

1.

O *fin de siècle* republicano: modernidade e higienismo no Brasil do século XIX

O aparecimento do discurso da higiene como representação cultural e social e também como ideologia política de Estado ¹⁴, ou seja, um conjunto de princípios científicos capazes de gerenciar os problemas sociais existentes nas cidades brasileiras se inscreve em um período em que surgiram novas idéias e imagens sobre o espaço urbano. A historiografia tem considerado esse momento como específico, em que processos de re-significação de movimentos estrangeiros – políticos, culturais e científicos europeus, sobretudo franceses – tornaram-se possíveis e contribuíram para o surgimento das tentativas de reordenação política da sociedade brasileira. Esses processos de re-significação cultural e científica tiveram sua origem antes mesmo da proclamação da República, mas foi após seu advento que as tentativas de modernização brasileira e de atualização científica se intensificaram e consolidaram um novo cenário social e urbano nos trópicos.

Muito foi produzido e escrito sobre o advento da República no Brasil e da modernidade. Muitas dessas obras auxiliaram o conhecimento desses fenômenos e de suas múltiplas interpretações. Sendo assim, propõe-se, neste capítulo, expor os elementos centrais das leituras feitas a partir dessa produção intelectual e que propiciam questões relevantes para o estudo das representações da higiene naquele momento. Para tal, esse capítulo apresenta-se subdividido em duas partes que consideram a emergência da questão urbana como elemento importante nos debates políticos, econômicos e culturais ao final do século XIX. Na primeira parte apresenta-se a revisão da historiografia que trata da estreita relação entre o advento republicano no Brasil e o fenômeno da industrialização e da modernidade em países então considerados desenvolvidos; a segunda parte trata dos estudos de natureza histórica a respeito do surgimento da higiene como questão social e urbana no Brasil republicano: inicia a análise do discurso higienista como efeito de um poder que produz a realidade social e política, bem como rituais de verdade e legitimações sociais e científicas.

¹⁴ A referência é feita ao conceito de "higiene como ideologia" abordado por Chalhoub em *Cidade Febril*. Neste trabalho, o autor define a higiene, em finais do século XIX, "como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao "verdadeiro", à "civilização", implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano". In: CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 35. O conceito da higiene como ideologia e como representação cultural da sociedade republicana brasileira será discutido e aprofundado durante o desenvolvimento do argumento da dissertação.

1.1. A República em busca da civilização e da modernidade

O fim da escravidão e a proclamação da República, no *fin de siècle* XIX, empreenderam transformações políticas e sociais que, aliadas ao fenômeno do crescimento populacional, caracterizavam o problema urbano como um entrave ao desenvolvimento econômico do país. O contexto de desestabilização institucional da Monarquia havia funcionado como cenário para o aparecimento e a fundação do Partido Republicano no Brasil. Esse movimento, caracterizado pela chamada “geração de 70”, uma nova elite de jovens políticos, artistas, militares e intelectuais, apresentava propostas orientadas por correntes científicas como o darwinismo social do inglês Spencer, o monismo alemão e o positivismo francês de Auguste Comte. Suas pretensões de “atualização das estruturas ‘ossificadas’ do Império”¹⁵, de implantação de um novo regime e de modernização do país tinham como suporte político e econômico não só o conhecimento científico produzido no século XIX, mas também a conjuntura de riqueza produzida pela expansão cafeeira na região sudeste, que havia favorecido o crescimento econômico acelerado e estimulado as demandas.

Compreendido dessa forma, o movimento republicano, além de aspirar substituir um governo, abarcava as buscas por uma identidade coletiva para o país e para a edificação da nação brasileira. Dessa maneira, a veiculação de idéias republicanas contribuía para o aumento das expectativas populares de renovação política, de ampliação da participação no poder por parte das camadas anteriormente excluídas do âmbito político.

A proclamação da República no Brasil, de acordo com o professor José Murilo de Carvalho, pretendia instalar um sistema de governo que traria a população para o centro da atividade política, assim como havia ocorrido na França após a revolução de 1789¹⁶. A influência dos acontecimentos nesse país era um dos motores na atuação dos republicanos brasileiros que exaltavam a coragem e a audácia do povo francês em destituir seu monarca e instituir um sistema de governo que propunha a participação popular nas decisões políticas e implicava na descentralização do poder.

A proximidade do centenário da revolução de 1789 aumentava o entusiasmo republicano pela França e dava forças à propaganda. Carvalho aponta Silva Jardim como propagandista da derrubada do Antigo Regime no Brasil que coincidiria com o centenário da Revolução Francesa. A influência francesa nos grupos republicanos foi bem expressa nas palavras de um oficial da Marinha, recordando, em 1912, os tempos da propaganda:

¹⁵ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) & SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. Vol. 3. p. 14.

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1990. pp. 12-13.

Todas as nossas aspirações, todas as preocupações dos republicanos da propaganda, eram de fato copiadas das tradições francesas. Falávamos na França bem-amada, na influência da cultura francesa, nas menores coisas das nossas lutas políticas lembrávamos a França. A Marselhesa era nosso hino de guerra e sabíamos de cor os episódios da grande revolução. (...) A França era nossa guiadora, dela falávamos sempre e sob qualquer pretexto

17

Ao sofrer influências de princípios franceses e americanos, a República brasileira, instaurada em 1889, pretendia construir uma nação moderna, branca e europeizada sobre um regime monárquico, defunto e sincrético¹⁸. O posicionamento contrário à construção de um tipo de nacionalidade mestiça oriunda dos tempos da Monarquia caracterizava o novo regime como libertário, branco, fraternal, igualitário e, portanto, civilizado como as repúblicas da Europa. De acordo com Carvalho¹⁹, à geração intelectual da Primeira República cabia a tarefa de buscar uma identidade coletiva para o país que servisse de base para a construção da nação e para o estabelecimento de um governo republicano que não parecesse uma caricatura de si mesmo.

Ao mesmo tempo em que a República se apresentava como um novo regime repleto de promessas de progresso nos âmbitos político, econômico e social, muitos problemas vigentes no Império permaneceram como desafio aos republicanos. Antes mesmo da proclamação da República e da implantação do novo sistema, os problemas de fim do Império permaneciam²⁰: crescimento populacional, que ocasionava problemas de habitação; marginalidade; problemas econômicos; aumento do custo de vida devido às imigrações que ampliavam a oferta de mão-de-obra e acirravam a luta pelos escassos empregos disponíveis.

Além disso, a garantia de direitos políticos e civis a uma estreita parcela da população brasileira permaneceu como desafio aos republicanos. A expansão da cidadania não era suficiente para garantir participação significativa da sociedade civil, já que uma grande parcela da população, formada por ex-escravos, mulheres e estrangeiros, não se enquadrava na definição de cidadão estabelecida pelo Estado. A professora Lucília de Almeida Neves Delgado²¹, em estudo sobre os dilemas da cidadania no Brasil republicano, afirma que os problemas da cidadania no Brasil estão relacionados, inicialmente, a questões políticas e, também, tanto à manutenção de um governo monárquico pós-independência quanto à dominação patrimonial, durante o século XIX. A herança colonial composta pela escravidão, pela grande propriedade rural e por um Estado comprometido com o poder privado constituiu-se como empecilho persistente ao exercício da cidadania civil no Brasil.

A questão da abolição é elemento importante para a compreensão da expansão da cidadania civil porque situa o momento histórico em que foi garantida a cidadania republicana

¹⁷ Apud. CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. pp. 12-13.

¹⁸ PAIVA, Eduardo França. A Nação/República, a Cidade e o Cemitério. *Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997. p. 28.

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. p. 32.

²⁰ Esses problemas e as políticas públicas solucionadoras propostas desde os tempos do Império foram discutidos por CHALHOUN, Sidney. Op. Cit.

²¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Dilemas e perspectivas da cidadania no Brasil Republicano. *Revista Tempo*, no. 04, Niterói, UFF, 1998. p. 82.

brasileira. Para Norberto Bobbio ²², os direitos de cidadania são fruto de determinadas e específicas realidades e experiências históricas. Os direitos nascem de forma gradual e se caracterizam pela luta por novas liberdades em contraposição à determinada ordem vigente. Essa perspectiva, reiterada por Delgado, percebe nos processos históricos dinâmicos e não-lineares a responsabilidade pela constituição e pela definição dos direitos de cidadania ²³.

O caso brasileiro se enquadra nessa noção de não-linearidade da conquista e construção dos direitos. Para Maria Efigênia Lage de Resende, a República, fundada em 1889, teve restrito significado no processo histórico de construção da democracia e de expansão da cidadania no Brasil ²⁴. O novo regime tinha caráter liberal para preservar a sociedade dos excessos da autoridade estatal, vivenciados durante o período monárquico. A valorização dos direitos civis e/ou individuais tornava a soberania pública limitada pela soberania individual. A liberdade ampla e o Estado limitado facilitariam o funcionamento dos mercados políticos e econômicos que regulariam a vida em sociedade.

De acordo com Delgado ²⁵, embora o modelo liberal tenha contribuído para o avanço do processo civilizatório incluyente, não foi capaz de ampliar os direitos civis para todos os segmentos da sociedade. Desde a formação do Estado-nação, considera-se que o Estado brasileiro sempre teve primazia sobre a sociedade civil. Tal situação teria dificultado historicamente o processo de construção da cidadania plena, que é fundada, especialmente, a partir da consolidação da sociedade civil.

A República de modelo liberal, que se estendeu de 1889 a 1930, foi caracterizada por ser um sistema de governo fundado numa dominação de oligarquias, sobre uma maioria excluída do processo de participação política. A primazia do individual sobre o público leva a pensar a questão do forte poder regional das oligarquias, sobretudo em Minas Gerais, onde houve forte influência republicana a favor da transferência de sede da capital da província, até porque a coexistência de liberalismo e de autoritarismo, durante a vigência da Primeira República, aliada ao problema da consolidação da sociedade civil, reforça o problema da construção da cidadania no Brasil.

A propriedade rural, ao se combinar harmoniosamente com o caráter liberal do novo regime, reforçava a reivindicação federalista que desejava libertá-la dos controles estatais. A partir dessa união as oligarquias reduziam a voz e os interesses do povo à sua própria voz e aos seus próprios interesses, conseguindo, portanto, sustentar a soberania popular ²⁶. Dessa forma, o estabelecimento do sistema federalista possibilitou a emergência de oligarcas e da preponderância dos interesses individuais que impediam a discussão, por parte dos constituintes, da cidadania e da nacionalidade. Os constituintes baseados em modelos teóricos

²² BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

²³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. Cit., p. 83.

²⁴ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Vol 1. O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 91.

²⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. Cit.

²⁶ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª. Ed. São Paulo: Globo, 2001, vols. 1 e 2. p. 576.

externos, focalizavam sua atuação na organização do poder e na definição das instâncias de decisão, deixando de lado as questões sociais e relativas à participação política.

Segundo Resende, a transplantação de princípios da Constituição norte-americana para a Constituição brasileira foi feita sem considerar a realidade social e econômica do país ²⁷. Por tal falta de atenção, a Constituição de 1891 ateve-se basicamente aos direitos civis. Os direitos políticos foram garantidos apenas no tocante ao direito de liberdade de associação e reunião e o direito de voto. Sobre esse ponto, Resende considera que “ao instituir o regime representativo democrático, as leis da República abrem juridicamente a participação no processo político, ao mesmo tempo em que cerceiam, na prática, seu funcionamento” ²⁸. Os direitos sociais teriam ficado de fora das *obrigações* do Estado republicano até 1930, o que permite constatar a não pretensão da Constituição em construir o processo de participação dos cidadãos no exercício do poder. Assim, os primeiros anos da República Brasileira não teriam representado um regime democrático por excelência e muito menos teriam garantido a cidadania plena aos brasileiros.

Esses problemas políticos relacionados à garantia da cidadania encontram-se intrinsecamente relacionados às condições econômicas e sociais em que se encontrava a República em finais do século XIX. Ao novo governo apresentava-se um cenário social e urbano recente, constituído de problemas que podem ser relacionados ao momento em que o fenômeno da industrialização ganhou força e se generalizou no mundo ocidental novecentista. O processo de industrialização em geral, iniciado no século XVIII, havia impulsionado a configuração de uma sociedade ocidental marcada pela divisão do trabalho, pela crescente produção e consumo, pelas correntes migratórias e pela rápida concentração populacional nas cidades. As sociedades industriais constituídas dessa forma encontrariam nas cidades metropolitanas o lugar dessas transformações, tornando-as centros de produção de novos padrões de interação social.

Como afirma Henri Lefebvre, a sociedade moderna é caracterizada pela industrialização ²⁹, processo responsável pela transformação rápida e completa dos hábitos cotidianos, das convicções, dos modos de percepção das pessoas. O processo conhecido como Revolução Científico-Tecnológica possibilitou a globalização da economia capitalista que

consolidou essa sua característica de forma mais intensa durante o século XIX, à medida que foi estendendo suas operações para regiões cada vez mais remotas do planeta, transformando assim essas áreas de modo mais profundo. Sobretudo, essa economia não reconhecia fronteiras, funcionando melhor onde nada interferia na livre movimentação dos fatores de produção. O capitalismo era assim não só internacional na sua prática, mas internacionalista na sua teoria ³⁰.

²⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Op. Cit.

²⁸ Idem. p. 102.

²⁹ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Documentos, 1969. p. 09.

³⁰ Eric Hobsbawm Apud. SEVCENKO, Nicolau. Op. Cit. pp. 7-8.

As transformações empreendidas pela Revolução Científico-Tecnológica, às quais o historiador Eric Hobsbawm faz referência, realizaram-se no âmbito da cotidianidade e ocorreram de forma mais concentrada entre os países mais desenvolvidos da Europa e os Estados Unidos. Enquanto a primeira revolução industrial havia originado “unidades produtivas modestas, pelo elementar de suas máquinas e o limitado número de trabalhadores”³¹, a Revolução Científico-Tecnológica do século XIX propiciou o surgimento de máquinas sofisticadas, movidas a energia elétrica, capazes de produzir em grande escala. A complexidade da produção suscitou o aumento das demandas e das exportações e a necessidade de conquista de novos mercados consumidores. Esse processo, geralmente denominado como imperialismo, resultou em conquistas aceleradas por parte das potências européias sobre as sociedades tradicionais, de economias agrícolas, cujos modos de vida foram transformados para que se adequassem aos hábitos e práticas de produção e consumo que por ora lhes fora imposto. Foi dessa maneira que em países menos desenvolvidos técnica e economicamente, como o Brasil, “a realidade mudou num ritmo lento e compassado do Renascimento até fins de 1800”³².

Ao lançar olhar sobre a França novecentista, que havia influenciado as questões republicanas brasileiras, percebe-se uma esfera de grande progresso científico e social, em que um maior número de pessoas passou a usufruir de vantagens antes destinadas a poucos. A França das décadas de 1880 e 1890 se auto-intulava, de acordo com Eugen Weber, como *fin de siècle* e vivenciava uma situação de “discrepância entre o progresso material e a depressão espiritual”³³.

O sufrágio universal evitado, ou até mesmo temido, por tanto tempo iniciava um processo de permanência na sociedade francesa e favorecia o acesso de camadas baixas das classes médias aos campos governamental, artístico e político, fato que ratificava a “natureza desordenada e vulcânica das turbas da cidade”³⁴. Esse cenário político, porém, não estava sozinho. A vida cotidiana experimentava a realização das virtualidades das décadas precedentes ao *fin de siècle*, como será explicitado ao longo desse capítulo.

Até o início do século XIX a circulação de pessoas em Paris era bastante restrita, especialmente porque cada região da cidade supria algumas necessidades básicas das pessoas: os locais de trabalho e de residência das pessoas se encontravam muito próximos e não demandavam deslocamentos em grandes distâncias. No entanto, ao longo do desenvolvimento urbano ocasionado pela industrialização, a capital francesa teve sua estrutura modificada gradualmente: suas ruas cresceram, o comércio foi intensificado pela atividade das galerias e dos elegantes estabelecimentos comerciais e estabeleceu-se a separação entre a residência e o local de trabalho, sendo dessa forma, necessária a criação de uma rede de transportes capaz de garantir a circulação regular entre as diversas zonas da cidade. Foi a partir da década de 1830 que o transporte se massificou e permitiu a aproximação de pessoas de diferentes regiões e diferentes situações sociais.

³¹ SEVCENKO, Nicolau. Op. Cit. p. 11-12.

³² Idem.

³³ WEBER, Eugen Joseph. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p. 11.

³⁴ Idem, p. 12.

O aumento populacional ocasionado pela industrialização resultou na grande concentração de pessoas na região central parisiense e intensificou a procura por imóveis na cidade que crescia. O processo de urbanização acelerado ocorreu, muitas vezes, de forma desordenada e provocou grandes modificações sociais que exigiam das pessoas a familiaridade com “uma circunstância nova e bastante estranha, característica da cidade grande”³⁵. A dificuldade das autoridades no acompanhamento dessas transformações impediu a ampliação dos serviços elementares de saúde, como limpeza e serviços sanitários e provocou um quadro de deterioração do espaço urbano. Aliado a isso, o aumento da produtividade exigia uma demanda de massa, que favorecia o surgimento de medos urbanos que permaneceram e foram agravados durante o século XX, tais como a poluição, o barulho, as ameaças à natureza, à paz, à segurança, ao declínio dos padrões estabelecidos nos campos público e privado.

Essa experiência do tempo vivido, nas últimas décadas do século XIX, provocava a sensação de que a história se acelerava, o que possibilitava o surgimento de uma nova concepção de tempo e de espaço no Ocidente. Como atesta Margarida Neves, “a própria percepção mais abstrata do tempo e a concepção de história que é seu corolário estarão pautadas pela primazia da noção de evolução e por uma representação linear, em constante aceleração, do tempo histórico, que certamente ganha uma nova coloração”³⁶ diante do turbilhão de acontecimentos que compreendem o desenvolvimento industrial e, portanto, urbano e social de nações centrais e periféricas. Dentre estas, as nações consideradas modernas, graças a seus avanços técnicos e artísticos, moviam-se nesse tempo retilíneo e direcionado para a conquista do *progresso* e da *civilização*.

A idéia de progresso é um conceito ocidental e foi construída, de acordo com Jacques Le Goff, dentro dos domínios das ciências entre os séculos XV e XVIII, sendo o advento da imprensa e da Revolução Francesa os seus marcos temporais. O desenvolvimento das ciências durante o século XVIII difundiu e generalizou a idéia de progresso para o campo da história, da filosofia e da economia política. Impulsionada pela Revolução Francesa, a difusão significativa dessa idéia fez com que o século XIX se tornasse “o grande século da idéia de progresso”³⁷. Portanto, tanto os progressos científicos e técnicos e as transformações das condições de vida decorrentes da Revolução Industrial quanto os progressos do liberalismo e da democracia apoiavam a difusão dessa idéia pela Europa e pelos países que a ela se relacionavam.

A busca deliberada de determinado patamar de desenvolvimento material impulsionada pela idéia de progresso provocava a transformação das condições sociais. Ao originar um culto da mudança nas sociedades ocidentais e provocar sua alienação em relação a outras

³⁵ BENJAMIN, Walter. *Paris, Capital do Século XIX*. Espaço e Debates 11 (III), 1984, pp. 35 e 36.

³⁶ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Vol 1. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 23.

³⁷ LE GOFF, Jacques. Progresso/ reacção. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984, vol. 1. p. 353.

sociedades e o desprezo ao passado, a idéia de progresso é concebida, por Enerst Tuveson, como

idéia de que o esforço intencional, concentrado, freqüentemente de um grupo organizado, guiado pelo conhecimento crescente da natureza, pudesse realizar metas definidas de melhoria da 'condição humana' de forma objetivamente mensurável – e de que tal esforço é de grande valor moral e espiritual. Essa idéia, a par das instituições de governo representativo baseadas no sufrágio universal, tem sido a força de mais duradoura influência no mundo moderno ³⁸.

Ao mesmo tempo, o termo *civilização*, empregado para definir determinados países ocidentais, é percebido por Norbert Elias como um termo que

descreve um processo ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movimentando-se incessantemente “para a frente”. (...) O conceito de civilização é inicialmente (...), um instrumento dos círculos de classe média – acima de tudo da intelligentsia da classe média – no conflito social interno. Com a ascensão da burguesia, ele veio, também, a sintetizar a nação, a expressar a auto-imagem nacional ³⁹.

Essa análise atenta às especificidades de cada caso que compõe o processo lança luz sobre as condições do processo civilizador em que se registra o Brasil republicano na virada do século XIX para o XX. Para que a compreensão desse processo seja possível, é preciso reconhecer que havia uma profunda diferença entre os países periféricos, como o Brasil, e as nações hegemônicas como Estados Unidos, França, Inglaterra e outros. O desenvolvimento técnico e econômico das nações européias dependeu não somente da Revolução Científico-Tecnológica, mas também de fatores ideológicos e culturais colocados em confronto com situações arcaicas e pré-industriais de cada caso particular. Como afirma Alfredo Bosi, foi “desse jogo de forças modernizantes e tradicionais, situado no tempo e no espaço, [que] teriam resultado estilos nacionais de desenvolvimento” ⁴⁰ e civilização.

Para além das práticas econômicas efetuadas em países considerados civilizados e os periféricos, a República liberal brasileira articulava seus princípios políticos com os padrões universais de modernidade “irradiados da Inglaterra, França e Estados Unidos, confortando a consciência dos ocidentalizadores, modernizadores da sociedade e da política brasileiras, muitas vezes enganados com a devoção sem exame aos modelos” ⁴¹. Assim, para os políticos e cidadãos brasileiros do entre séculos XIX – XX, colocar em prática a modernidade e a cultura do mundo civilizado demonstrava a consonância com as idéias liberais norte-americanas re-significadas pelo novo regime. E a vontade modernizadora de re-significar idéias e teorias políticas e econômicas, mesmo quando criticada dentro do debate político por funcionar como cópia, era defendida por políticos reconhecidos como Rui Barbosa, que afirmava:

³⁸ TUVESON, Ernest. Progresso. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 614.

³⁹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v. 1, p. 56.

⁴⁰ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 275.

⁴¹ FAORO, Raymundo. Op. Cit. p. 576.

conhecemos o plágio literário, o plágio científico, o plágio artístico, o plágio industrial. Mas o plágio político! Todas as reformas prestáveis são cópias ou adaptações de experiências efetuadas noutros tempos, ou por outros povos

42

Porém, mesmo se esforçando para adequar-se aos padrões de progresso e de civilização europeus, a ex-colônia portuguesa não conseguia enxergar-se como nação civilizada. Não bastava ao regime republicano incorporar o discurso das nações européias e nem mesmo ter a consciência de que era necessário impulsionar as conquistas técnicas, artísticas e culturais para se inserir naqueles padrões. A manutenção do Brasil como nação periférica, subordinada e composta por uma sociedade ainda colonial, dependia da reprodução exponencial da riqueza e da hegemonia daquelas nações, bem como de seus interesses.

Tal perspectiva pode ser reiterada pelas concepções de Renato Ortiz ⁴³ e Marshall Berman ⁴⁴, que consideram o processo de modernização nos países periféricos como processos que adquiriram uma forma singular: nos países de periferia o desejo de modernidade teria se antecipado à realidade, estando ligada à construção da identidade nacional. A modernidade é interpretada, por Ortiz, como um modo de ser, uma sensibilidade que não conheceria fronteiras ou nacionalidades e portaria um tipo de cultura que se expressa no lazer, na indústria cultural, no consumo, no turismo, nas cidades ⁴⁵. As transformações que nela ocorreram implicaram em uma nova concepção de espaço e de tempo mundiais. No entanto, para se internacionalizar, a modernidade nos países europeus teve de operar uma disjunção em relação à base material que lhe havia acompanhado.

Na sociedade brasileira, a infra-estrutura material não se concretizou plenamente e foi incapaz de gerar uma mentalidade consistente, análoga à dos países centrais. Tal situação implicou a antecedência da modernidade brasileira, revelou uma inteligência prematura, anterior à ordem social que lhes deveria dar sustentação. Nesse ponto, identifica-se a contradição de, ao mesmo tempo, ser moderno e existir enquanto tradição. Sendo assim, a modernidade brasileira estaria “fora do lugar” e “se encontra na raiz dos questionamentos sobre a identidade das sociedades periféricas” ⁴⁶. O moderno, funcionando como prática e como valor, articula-se, no caso brasileiro, com uma vontade de construção nacional, o que implica pensar os projetos de construção da identidade nacional e de modernização como processos semelhantes ⁴⁷.

⁴² BARBOSA, Ruy. *Queda do Império*. Obras completas, tomo III, p. 281 e 282. In: FAORO, Raymundo. Op Cit. p. 534.

⁴³ ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

⁴⁴ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

⁴⁵ ORTIZ, Renato. Op., Cit., p. 263.

⁴⁶ Idem, pp. 267-8.

⁴⁷ Nesse ponto vale lembrar as reflexões de Manoel Bomfim, intelectual brasileiro contemporâneo à vontade de construção nacional. Bomfim se afastava do discurso hegemônico da época que atribuía à união de raças a raiz dos problemas brasileiros. Ao unir e aplicar conceitos biológicos aos fenômenos sociais, o intelectual identificava a origem dos problemas sociais brasileiros e latino-americanos nas relações de exploração entre as nações hegemônicas/ européias e as nações dependentes/ latino-americanas. A herança histórica dessas relações parasitárias teriam sido responsáveis pela origem dos males sociais de cada sociedade latino-americana. Dessa forma, Bomfim refutava as teorias deterministas que justificavam a dominação econômica, política, social e moral das elites sobre as massas populares. Como saída para esses problemas, Bomfim apontava uma saída histórica: a promoção, por parte dos

A modernização, ao ser forjada de cima para baixo, se efetivava de maneira distorcida e desigual nos diferentes âmbitos da sociedade brasileira. A República planejava adotar o modo de vida cosmopolita e as instituições políticas burguesas européias, procurando instaurar uma nova ordem civilizatória que, no entanto, estava presa às aparências. A modernização entrava na cena nacional graças a um esforço das elites, gerado pela percepção do atraso em que se encontrava o país ⁴⁸.

O modelo de república liberal combinado com a idéia de progresso parecia ser eficaz na suplantação da antiga forma de governo e de experiência dos sujeitos sociais dos tempos colonial e monárquico ⁴⁹. Porém, essa idéia de progresso atrelada ao discurso civilizador dificultava a percepção da diferença no processo de modernização brasileiro e conseqüentemente a edificação de uma nação brasileira civilizada e progressista. A idéia de mudança social ganhava força por meio das campanhas civilizatórias empreendidas por técnicos e engenheiros formados pela Escola Militar, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e pela Escola de Minas, cuja pretensão era revelar “um Brasil que estava longe de participar dos valores dos missionários” ⁵⁰.

Nesta relação antagônica, a cidade do Rio de Janeiro, onde havia ocorrido o golpe republicano, se apresentava como o lugar em que os signos da vida cotidiana se faziam cada vez mais públicos. Seus atores sociais, mesmo vivendo em meio a contradições e ambigüidades, celebravam a modernidade por meio das novas tecnologias produzidas ao longo da Revolução Científico-Tecnológica que “acabavam se incorporando ao cotidiano e se incumbindo de alterar hábitos, costumes e engendrando novas formas de sociabilidade, redesenhando uma fisionomia” ⁵¹. Nas suas ruas a República poderia se realizar como um universo sócio-cultural por excelência, onde o urbano despontaria, “ao lado das máximas da ordem e do progresso, como elemento simbólico nessa equação para a qual a cidade era, mais que um espaço, uma causa” ⁵².

Até as últimas décadas do século XIX as cidades eram raras na paisagem brasileira, mas com as novas necessidades políticas e sociais surgidas após a abolição da escravatura e a proclamação da República os espaços urbanos tornaram-se imprescindíveis para engendrar e assegurar a constituição de uma nova ordem. Segundo Renato Lessa, existe, historicamente, uma forte relação entre República, localismo e vida urbana. Sobre o caso brasileiro, Lessa afirma que as oligarquias brasileiras se caracterizaram pelo tratamento antiurbano que

governos republicanos, da instrução básica, popular e plena. Porém, esse ideal não foi concretizado devido ao fracasso de grande parte dos programas políticos educacionais republicanos decorrentes da não correspondência entre a ação política das elites e os ideais positivistas de ordem e progresso, em voga no pensamento social brasileiro. A respeito ver: BOMFIM, Manoel. *A América latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905]. AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manuel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. SUASSUNA, Daniella de Souza Barbosa & MACHADO, Charlton José dos Santos. Anotações sobre o pensamento educacional de Manoel Bomfim a partir da obra *América Latina: males de origem* (1905). *Educação Unisinos*. volume 13, número 2, maio - agosto 2009.

⁴⁸ JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas. *BH, horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ARTE, 1996. p. 56.

⁴⁹ FAORO, Raymundo. Op. Cit. p. 820.

⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. *Pontos e bordados. Escritos de história e política*. BH: ED. UFMG, 1998. pp. 112.

⁵¹ RIZZO, Wagner Antonio. *Fina (s) estampa(s): o suporte representacional das Estampas Elcalol na encenação cotidiana brasileira e na memória publicitária nacional: 1ª. metade do século XIX – tempo presente*. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, Departamento de História, 2009. P. 73.

⁵² O'DONNELL, Júlia. *De olho na rua. A cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 32.

conferiam às cidades: a cidade seria “a negação potencial do quietismo agrário e da docilidade dos súditos”⁵³. Esse tratamento conferido especialmente à capital federal e às principais capitais estaduais, como Ouro Preto, e posteriormente Belo Horizonte, manifesta a vontade antiurbana de redesenhar, planejar e embelezar as cidades, mantendo-as distantes da ação e da decisão de seus múltiplos atores.

Nessa perspectiva, a República recém-instalada no Brasil valorizaria a cidade como um elemento que rompia com os diversos poderes que constituíam as propriedades rurais e, também, romperia com a postura patrimonialista sobre a qual suas estruturas se baseavam. Em nome de uma nova ordem política, o novo regime deveria exercer uma política de produção de espaço, que estivesse em consonância com as idéias e as práticas de consolidação do regime. Dessa forma, o “projeto político passava a ser, no plano espacial, um projeto urbanístico e, no plano ideológico, um projeto civilizatório”⁵⁴, que “implicava o ideal de embranquecimento”⁵⁵ e justificava a adaptação de medidas científicas, médicas e sanitárias européias, caracterizando o atraso brasileiro por sua precária situação econômica e sanitária⁵⁶.

Ao ansiar a modernização, as novas elites propunham o ajustamento da complexa realidade brasileira, caracterizada pela permanência de hábitos e costumes coloniais, aos padrões de gestão social em voga na Europa e nos Estados Unidos. Dessa forma, os problemas da sociedade brasileira eram reduzidos pela força da ciência e da técnica importadas e re-significadas pelo regime recém-instaurado. Segundo Nicolau Sevckenko, “a compreensão dos fenômenos do subdesenvolvimento e das desigualdades inerentes ao sistema de trocas no mercado internacional levou um longo tempo para germinar e adquirir uma significativa substância crítica entre as elites republicanas”⁵⁷. Portanto, a vergonha e a ojeriza das novas elites com relação aos grupos sociais e aos rituais da cultura que remetiam ao passado colonial prevaleceram e reiteraram a percepção disfuncional da realidade brasileira, permitindo as tentativas de reprodução de padrões sociais e culturais europeus na sociedade tropical.

A existência desse cenário favoreceu a adaptação de idéias estrangeiras à formação de profissionais capacitados para oferecer soluções aos problemas sociais e urbanos que eram caracterizados como empecilhos ao desenvolvimento do processo civilizador brasileiro. Os anseios pela civilização e pela modernização da sociedade brasileira ligavam-se

⁵³ LESSA, Renato. As cidades e as oligarquias do antiurbanismo da elite política da Primeira República brasileira. *Revista USP*, São Paulo, n.59, p. 86-95, setembro/novembro 2003. p. 87.

⁵⁴ O'DONNELL, Júlia. Op. Cit. p. 41.

⁵⁵ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 57.

⁵⁶ Desde o século XVI, na sociedade de corte francesa só o que interessava às elites e à sociedade era quem e aquilo que o rei via: a realeza, a nobreza e o luxo. Da ignorância dos olhos do rei para com a miséria decorria a ignorância da sociedade para com os miseráveis, esquecidos pelas elites atentas apenas aos objetos privilegiados do olhar do monarca. Como nunca se deparava com a miséria e a pobreza, o rei aparentava estar cego o bastante para encarar esses problemas, como se eles realmente inexistissem em seu reino. Em um movimento análogo, porém contrário, no século XIX, as elites brasileiras ao se depararem com a miséria e a sujeira se davam conta de que esses problemas de ordem social deviam ser erradicados para não serem lembrados constantemente durante os passeios e os compromissos cotidianos. Para que os olhos das elites e do mundo não enxergassem mais esses problemas, importantes forças políticas e científicas foram validadas e justificadas para o combate à miséria no século XIX. Para uma reflexão mais aprofundada, ver: RIBEIRO, Renato Janine. Um novo olhar. Apresentação. In: HUGO, Víctor. *Os Miseráveis*. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. P. 16.

⁵⁷ SEVCENKO, Nicolau. Op. Cit. pp. 27-28.

intrinsecamente às questões econômicas, culturais e sociais bem como à veiculação de discursos técnicos e científicos diretamente relacionados ao saber médico produzido ao longo dos séculos XVIII e XIX na Europa.

A forte relação existente entre esses fatores reforça a tese de que as migrações de representações políticas, modernas, científicas e urbanas européias e norte-americanas fomentaram a consolidação de um imaginário⁵⁸ brasileiro que percebia o passado cultural e social dos tempos coloniais como elemento a ser suprimido do cenário brasileiro. A instituição imaginária do progresso, da civilização e da modernização social e política brasileira parece ter sido responsável pela formulação de um projeto político complexo e estabelecido no tecido de relações sociais e institucionais que ansiava tornar possível a reprodução de hábitos e costumes estrangeiros nos espaços urbanos brasileiros.

⁵⁸ A concepção de imaginário abordada por Cornelius Castoriadis fundamenta o uso dessa categoria durante a realização dessa pesquisa. Para esse filósofo, o imaginário “não é imagem de. É criação incessante essencialmente indeterminada (social - histórica e psíquica) de figuras/ formas/ imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que determinamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos”. In: CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 13.

1.2. A higiene conquista a República

O cenário de desenvolvimento industrial iniciado no século XVIII e o conseqüente crescimento populacional nas cidades, ao provocarem transformações graduais nas ordens urbanas e sociais, contribuíram para a ocorrência de mudanças nas idéias e imagens que os indivíduos tinham do seu espaço e do mundo de forma geral ⁵⁹. A transição do século XVIII para o século XIX caracteriza-se como um momento em que urbanistas e arquitetos puderam expressar suas preocupações com os problemas sociais e urbanos surgidos ao longo do desenvolvimento das sociedades industriais.

A inquietude política e técnica desenvolvida a partir da expansão do tecido urbano despertaram um medo urbano referente ao amontoamento da população, à construção de casas muito altas, ao alastramento de epidemias, à inexistência de sistemas de esgotos. Esse ambiente passou a justificar as propostas e as medidas estatais de intervenção urbana e social e fez com que a emergência da questão urbana como uma questão social bem como seus desdobramentos em relação às questões que envolviam a ambigüidade da relação progresso versus tradição; à distinção dos espaços público e privado; e, ao ambiente de mistério implícito às condições de vida nas metrópoles; reforçassem as representações urbanas no século XIX.

Ao surgir como entrave para o desenvolvimento nacional brasileiro, a precária condição de vida das cidades, sobretudo o Rio de Janeiro ⁶⁰, favoreceu a formulação de um discurso articulado por parte de higienistas, médicos e cientistas que praticavam ou teorizavam a medicina científica, que propunha intervenções sociais “mais ou menos drásticas para restaurar o equilíbrio do ‘organismo’ urbano” ⁶¹. Sidney Chalhoub chama a atenção para o fato de que desde o período imperial havia um esforço das autoridades e da medicina no combate às epidemias e à insalubridade da cidade carioca. A campanha a favor das condições salubres

⁵⁹ PESAVENTO, Sandra Jathay. *O imaginário da cidade - visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999. p. 33.

⁶⁰ Essa percepção se justificava a partir do cenário que constituía o espaço urbano da capital federal, o Rio de Janeiro, e das demais cidades brasileiras. Desde os tempos da chegada da Família Real e do Império, o precário ou o inexistente sistema de esgotos e de abastecimentos de água no Brasil constituía-se em adversidades e problemas para o poder público. A instalação da Corte aliada ao conseqüente aumento populacional favoreceu a crescente demanda de investimentos na infra-estrutura urbana, a re-funcionalização dos espaços tradicionais e expandiu os limites geográficos da cidade. Ao mesmo tempo, essas transformações físicas da cidade favoreceram o aparecimento de novos espaços de sociabilidade que definiam e impunham novos hábitos e comportamentos aos antigos cidadãos coloniais. De acordo com Sérgio Barra, antes mesmo de a República tentar implantar um processo civilizador que transformasse o Rio de Janeiro em símbolo do progresso e da civilização brasileira, o período joanino pode ser considerado composto por um projeto civilizatório que, a partir do Rio de Janeiro, deveria se espalhar por todo o seu território. A colônia herdou, a partir da permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, o caráter de atualização, de europeização dos hábitos e costumes da população colonial que nunca havia sido, de fato, européia em sua totalidade. Sobre esse assunto, ver: BARRA, Sérgio. *Entre a Corte e a Cidade*. O Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821). Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p. 25.

Porém, mesmo com todo o esforço empreendido pela Corte portuguesa e, posteriormente, pela Corte brasileira, o crescimento populacional e o desenvolvimento descontrolado das áreas urbanas favoreceram a permanência, até o século XX, de ruas estreitas e insalubres, de espaços de sociabilidade reprovados pelo ideal civilizatório de então, no centro da maior e mais importante cidade do país. Significativa parcela das classes populares habitava seu centro de forma desordenada e casual, sem qualquer tipo de planejamento e sem atenção e cuidados a questões higiênicas essenciais para a manutenção da qualidade de vida. Devido à precariedade sanitária, a capital republicana era espaço constituído de epidemias durante a maior parte do ano, o que afugentava a elite para Petrópolis, durante o verão, a fim de se conservar saudável ou até mesmo viva.

⁶¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Vol 1. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p 239.

da cidade bem como das habitações populares tinha conotação política e era expressa em diversos debates políticos imperiais, especialmente naqueles em que se discutia a questão habitacional das camadas populares. Entre as décadas de 50 e 70 do século XIX a campanha a favor da salubridade nos espaços cariocas era corrente em discursos ⁶² como o de Pereira Rego, vereador e presidente da Junta Central de Higiene do Rio de Janeiro, cujas idéias consideravam que

O aperfeiçoamento e progresso da higiene pública em qualquer país simboliza o aperfeiçoamento moral e material do povo, que o habita; é o espelho, onde se refletem as conquistas, que tem ele alcançado no caminho da civilização.

Tão verdadeiro é o princípio, que enunciamos, que em todos os países mais cultos os homens, que estão à frente da administração pública, procuram, na órbita de suas atribuições, melhorar o estado da higiene pública debaixo de todas as relações, como um elemento de grandeza e prosperidade desses países...

Entre nós, porém, a força é confessar que as municipalidades [...] têm-se esquecido um pouco dos melhoramentos materiais do Município e do bem-estar, que deles pode resultar a seus concidadãos, tanto que sobre alguns pontos essenciais e indispensáveis ao estado higiênico, parece que ainda nos conservamos muito próximos aos tempos coloniais ⁶³.

A idéia expressa de que a higiene pública dinamizaria o processo civilizador e progressista, fazendo com que a nação alcançasse patamares de grandeza e prosperidade relacionava-se diretamente à importância e ao destaque adquirido pela medicina social desde o início do século XIX.

É Michel Foucault quem confirma que grande parte da medicina científica do século XIX tem sua genealogia na experiência da medicina urbana desenvolvida no final do século XVIII ⁶⁴. Para ele, a medicina social se desenvolveu, na França, a partir do alargamento das estruturas urbanas. Por razões econômicas e políticas, o problema da unificação do poder urbano foi posto, apresentando a necessidade de constituir como modelo da unidade as grandes cidades francesas, “de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado” ⁶⁵. A partir daí, a medicina urbana objetivava analisar as regiões de amontoamento causadas pelo crescimento vegetativo desorganizado das cidades e seus perigos no que concerne a ocupação espacial e ao perfil dos indivíduos que lá circulavam. Portanto, fazia-se necessário controlar a circulação de todos os elementos urbanos (indivíduos, águas, esgotos, ar) e organizar as distribuições do espaço urbano.

⁶² Embora a maior preocupação ainda fosse a Guerra do Paraguai, evento que causou comoção nacional entre os anos de 1864 e 1870.

⁶³ Códice 44-2-7, Habitações coletivas, estalagens ou “cortiços”. Vários papéis sobre medidas higiênicas reclamadas pelas autoridades, projetos de posturas, e outros, concernentes ao assunto, 1855, 1864 a 1866 e 1868, AGCRJ, fls 9 e 9v. Apud: CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 34.

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 93.

⁶⁵ Idem, p. 86.

Para o filósofo francês, a importância da *medicalização da cidade*, desenvolvida durante o século XVIII para a constituição da medicina científica do século XIX, deve-se ao intermédio da medicina coletiva, social e urbana, que colocou a prática médica diretamente em contato com outras ciências afins. Considera-se que a partir desse contato, a noção de salubridade, “base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos”⁶⁶, foi fortalecida e suscitou o aparecimento da noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais urbanos, que podiam ou não favorecer a saúde.

Esse conhecimento médico produzido no decorrer do século XVIII informava o pensamento técnico sobre o corpo humano, cujo bem-estar estaria relacionado às influências externas, como o clima, as águas, a luz do sol, os ares que interagiam sobre a vida dos indivíduos. Tais elementos exteriores à vida humana eram denominados, pela teoria dos fluidos ou dos *miasmas*: emanações fétidas e pútridas, capazes de, quando inaladas, obstruir vias de circulação sanguínea e de deixar os indivíduos doentes, constituindo-se como focos de epidemias que deveriam ser extirpados do corpo social por meio da ação de químicos, biólogos e médicos que garantiriam a circulação dos fluidos, do ar e da água, responsáveis pela boa saúde do organismo. A noção de corpo saudável aliada ao conhecimento do sistema sanguíneo circulatório justificava os anseios pela constituição de espaços onde a boa circulação do ar e das águas evitaria o aparecimento de doenças e, também, de maiores problemas de ordem social e política⁶⁷. A partir dessa concepção, as políticas públicas passaram a enfatizar a boa iluminação e a boa ventilação das casas, dos espaços de trabalho, dos espaços de estudo e também dos espaços de punição.

Em contraposição à teoria dos fluidos, os estudos do cientista Louis Pasteur demonstravam que as doenças contagiosas não eram necessariamente transmitidas pela inalação do ar contaminado, mas principalmente pela propagação de germes infecciosos, originados por seus similares no contato direto entre os indivíduos, nas trocas de moedas, no uso coletivo de ferramentas de comunicação e transportes, como o telefone e os bondes. Como afirmava a teoria microbiológica de Pasteur em 1870, era necessário descobrir qual bactéria específica contaminava o ar ou as águas para a produção da vacina que efetuaría a prevenção e o controle de determinada doença.

A importância adquirida por essas teorias no interior dos debates médicos foi muito divulgada e seus termos técnicos, até então de uso específico dos saberes médico e sanitário, como cirurgia, doenças, tumores, saneamento, higienização, assepsia, e outros, foram incorporados ao pensamento político e favoreceram a medicalização da sociedade, implicando “a criação de condições ambientais que favorecessem a circulação dos fluidos, a formação de personalidades sadias e de uma nação próspera e civilizada”⁶⁸. A emergência de uma metáfora representativa da sociedade, construção imaginária do corpo social estabelecida

⁶⁶ FOUCAULT, Michel. Op. Cit. p. 92.

⁶⁷ SENNET, Richard. Corpos em movimento. In: *Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 218.

⁶⁸ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 167.

e considerada como corpo orgânico, organismo vivo, passou a embasar o discurso médico e sanitário dos técnicos e políticos que ansiavam proteger, cuidar e sanear os espaços habitados pelos indivíduos. E, nesse contexto de migração de representações do saber médico-higiênico francês no tempo e no espaço, as políticas públicas brasileiras foram capazes de elaborar estratégias, mesmo que no período imperial ainda fossem tímidas e pontuais, para garantir a formação de indivíduos saudáveis a partir da extirpação dos focos epidêmicos.

O estabelecimento de instituições de ensino médico no Brasil, como a Academia Imperial de Medicina, posteriormente Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ⁶⁹, pode ser considerado como responsável pela ampliação do campo de atuação e de autoridade da medicina durante o século XIX. Nesse sentido, faz-se importante compreender o funcionamento da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, âncora dos projetos higienistas imperiais e meio que informava os médicos brasileiros no final do século XIX. Inicialmente, essa instituição baseava seus estatutos nos estatutos da escola de Paris. Ao longo de seu desenvolvimento esses estatutos franceses foram gradualmente articulados à realidade encontrada pelos médicos no Brasil. A estruturação e a ampliação dessa instituição, cujos enfoques de pesquisa se voltavam para a cadeira de higiene, estiveram relacionadas ao reconhecimento das características sanitárias específicas de cada região e comunidade analisadas nas pesquisas.

A maior parte das pesquisas desenvolvidas pela Faculdade de Medicina se relacionava a questões específicas médicas como estudos de patologias, farmacologia e cirurgias. A investigação e controle do corpo social não se ateve às questões médicas, se alastraram como pólvora sobre as práticas cotidianas dos urbanóides. Os estudos voltaram-se também para questões sociais, como moralização, preocupação com casamentos consanguíneos, infanticídio, aleitamento e outros temas. Desse modo, os problemas sociais cada vez mais foram se tornando uma área de interesse direto da medicina-sanitária. Os médicos legitimados pelas instituições de ensino superior e pelo poder político que angariavam com a expansão do discurso civilizatório trabalhavam no convencimento de que o projeto médico era um projeto social, para a cura dos males da sociedade. Nessa perspectiva, “o saber médico procurou ultrapassar uma perspectiva de intervenção limitada à vida individual” ⁷⁰. O coletivo tornou-se o

⁶⁹ Paralelamente à fundação e ao funcionamento de instituições de ensino médico no período imperial, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro pretendia exercer controle social por meio da promulgação, em 1832, do Código de Posturas do Rio de Janeiro. Nele estavam inscritos diversos mecanismos regulatórios das normas de sociabilidade, o que refletia o esforço empreendido pelo governo para adequar a vida tradicional colonial ao novo sistema imperial cuja jurisdição estava pautada em deveres e direitos. Para atender aos interesses das elites era preciso inserir no projeto civilizatório a massa popular responsável pela desordem urbana na capital. Os ideais de moral e de civilidade valorizados pelo Código justificavam a vigilância dos ociosos, ação que facilitaria a realização dos anseios pela renovação urbana e pelo conseqüente embelezamento do Rio de Janeiro. Nesse sentido, à Academia Imperial de Medicina estava atribuída a tarefa de elaborar o saber da medicina social brasileira, intervindo no cotidiano a partir do aperfeiçoamento das medidas de higiene controladas pelas Câmaras Municipais desde meados do século XIX. Assim, a medicina social agia sobre o corpo doente da cidade, ordenando-a de acordo com os padrões científicos europeus de higiene. Sobre isso ver: GUEDES, Simone Cordeiro Costa. *Da arquitetura da ordem à cartografia da loucura: a história de um asilo manicomial em Cuiabá (1931-1979)*. Brasília, 2010. p. 23.

⁷⁰ MARTINS, Luiz Carlos Nunes & BERTOLOSSI, Leonardo Carvalho. *Pensamento médico e dinâmica urbana: aspectos sobre a cidade do Rio de Janeiro na metade do século XIX*. Secretaria de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, COC-Fiocruz, RJ. p. 6.

foco das análises e da ação médico-política, “tomando por base a formulação de interferências a serem aplicadas a diversos estratos do tecido social”⁷¹.

Em estudo sobre a formação das políticas de saúde pública no Brasil, Sidney Chalhoub esclarece que a veiculação e a propagação dessas idéias forneceram um suporte ideológico que justificou a ação saneadora de técnicos e médicos que acumulavam poder na administração pública. Se de modo tímido no império, mais vigoroso no período republicano. Para ele, após a ascensão de Floriano Peixoto à presidência da República ocorreu um maior recrudescimento das autoridades públicas sobre as moradias populares, sobretudo os cortiços. Esse teria sido o momento de maior influência política dos higienistas que, aliados ao movimento ideológico republicano, favoreciam o aparecimento de críticas ao governo imperial como condescendente e tolerante com a proliferação das habitações populares⁷². Para Margareth Rago, tanto a ascensão da burguesia quanto a imposição de sua hegemonia favoreceram o aparecimento de uma nova sensibilidade social e urbana, o estabelecimento de novas formas de percepção cultural e também de um novo imaginário social que viabilizavam o movimento de perceber as realidades urbanas⁷³.

A partir disso, as políticas públicas formuladas pelos higienistas tinham como alvo principal a promoção de melhorias nas condições de salubridade vigentes, desde os tempos da Corte, na capital e no país em geral e compreendiam justamente intervenções de caráter urbano e social para que a saúde fosse preservada. Medidas como o estabelecimento de planos racionais de remoção das camadas pobres de áreas centrais, de expansão de bairros salubres, de determinação de normas higiênicas para habitações, a expansão e o alargamento de ruas incluíam e favoreciam a ocorrência da restauração na região central da cidade, em especial onde havia o Porto de desembarque de mercadorias e de visitantes estrangeiros, geralmente autoridades, que, ao chegarem à capital do Brasil, se deparavam com ruas estreitas e tortuosas, de difícil acesso e circulação, sujas, repletas de animais, carris, e cercadas por habitações populares de higiene duvidosa.

A promulgação de tais medidas representava a aliança da medicina ao novo sistema contra a antiga ordem colonial. A formulação de um discurso a favor do estabelecimento da higiene em uma sociedade recém-saída de um contexto político colonial, considerado atrasado, administrou antigas técnicas de submissão, formulou novos conceitos científicos, transformou-os em táticas de intervenção e conseguiu congrega “harmoniosamente interesses da corporação médica e objetivos da elite agrária”⁷⁴. Estava dado o passo para a construção de um país do futuro, um país que se tornaria a nação movida pelo desejo de ordem e progresso.

⁷¹ MARTINS, Luiz Carlos Nunes & BERTOLOSSI, Leonardo Carvalho. Op. Cit. p. 6.

⁷² CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 46.

⁷³ RAGO, Margareth. Op. Cit. p. 169.

⁷⁴ Em análise sobre a relação entre o discurso médico e a família, Jurandir Costa afirma que muitas vezes a relação estabelecida entre o Estado republicano e a medicina social estava colocada em um movimento estratégico de convergência e divergência, principalmente porque nem sempre esses poderes reconheceram o valor da aliança entre seus saberes. Para Costa, “só historicamente é possível perceber que em meio a atritos e fricções, intransigências e concessões, estabilizou-se um compromisso: o Estado aceitou medicalizar suas ações políticas, reconhecendo o valor político das ações médicas”. In: COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e norma familiar*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. pp. 28-29.



FIGURA 1: O mercado público nas proximidades do cais Pharoux, 1880. A confusão de pessoas, de produtos, de lixo e de construções que se esbarram e se tocam ocupam espaços cuja definição considerada errante não foi alterada de imediato após a mudança do regime imperial para o republicano. As maneiras de viver a cidade e na cidade funcionavam como permanência das antigas práticas e como resistência ao esforço político republicano para legitimar um discurso ideológico aparentemente considerado instável pelas massas populares. Juan Gutierrez. In: KOK, Glória. Rio de Janeiro na época da Av. Central. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

O imaginário gestado entre os políticos e os governantes das últimas décadas do século XIX era permeado pela questão da salubridade. Esta se ligava diretamente aos interesses da nação e procurava resolver problemas de uma sociedade que, apesar de ainda existir enquanto tradição, ansiava pela *civilização* que suplantaria os tempos coloniais, caracterizados pelo *atraso* econômico e as precariedades urbanas. Aliadas às pretensões e tentativas de solução dos problemas de higiene pública, as propostas políticas que sugeriam o empreendimento de políticas de aperfeiçoamento moral e material da população, principalmente da capital federal, baseavam-se na idéia de que era necessário percorrer um caminho civilizador para elevar a sociedade brasileira aos padrões de progresso, prosperidade econômica e social e de grandeza das nações européias. Nessa perspectiva, Sidney Chalhoub afirma que essas duas operações resultaram em um processo

de configuração dos pressupostos da Higiene como ideologia: ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas

específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no “caminho da civilização”⁷⁵.

A afirmação de Chalhoub acerca do uso do saber higiênico por parte das estratégias políticas republicanas remete à discussão realizada por Marilena Chauí sobre o discurso ideológico. Para a filósofa, “a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado”⁷⁶. Ou seja, toda vez que consegue conjurar o perigo da indeterminação social e política que possibilita a inutilidade da interrogação sobre o presente, a ideologia adquire feição própria e estabelece “representações e normas prévias que fixem definitivamente a ordem instituída”⁷⁷.

Compreendido dessa forma, Marilena Chauí afirma que

o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através da lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante⁷⁸.

A partir dessa discussão não há como discordar de Chalhoub quando este afirma que a institucionalização da cientificidade e sua contribuição para as tomadas de decisão que se colocavam acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais⁷⁹ tornavam possível imaginar uma forma neutra de gestão dos problemas das cidades e das diferenças sociais nelas existentes. Para além de questões ideológicas políticas, é possível considerar a aliança dos discursos médico e político como produtora de um discurso higienista, capaz de alcançar diversos setores de conhecimento bem como a maior parte dos setores sociais⁸⁰.

Apesar de os fatos discutidos até aqui estarem além das representações sociais e culturais, somente por meio delas é possível acessá-los. Os interesses dos grupos que forjam as representações são responsáveis por suas determinações, sendo capazes de produzir estratégias e práticas cuja tendência pode legitimar projetos que justifiquem suas escolhas e condutas. Ao funcionarem como matrizes de discursos, em que ocorrem misto de ausência e presença e pertinências operatórias, as representações e as práticas situam-se em intrigas discursivas “produtoras de ordenamentos, de afirmação de distâncias, de divisões”⁸¹, como é possível perceber no estudo da conjuntura republicana que abarca a medicalização social.

Denise Jodelet reitera essa concepção ao afirmar que

⁷⁵ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 35.

⁷⁶ CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas*. 12ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 15.

⁷⁷ Idem. p. 17.

⁷⁸ Idem. p. 15-16.

⁷⁹ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 36.

⁸⁰ A perspectiva apresentada por Simone Guedes em sua tese de doutoramento corrobora a idéia de que o discurso higienista funcionava como mecanismo de imposição de normas e adequações, em ambiências públicas, privadas e institucionais, à pedagogia de recuperação social de massas populares e de grupos ou indivíduos isolados na urbe. Para a autora, durante o “processo de reordenação do Brasil, as campanhas sanitárias com discursos estratégicos, foram adotadas e eram desenvolvidas maciçamente”, no sentido de evitar a propagação dos males tropicais e dos males sociais. Ver: GUEDES, Simone. Op. Cit. p. 110.

⁸¹ CHARTIER, Roger. Op. Cit. p. 28.

as representações expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por ele representado. Estas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas – trata-se das funções e da dinâmica sociais das representações

⁸²

Dessa forma, ao atingir grande parcela da sociedade e provocar a criação de projetos para modificar os hábitos culturais e sociais de cidades e também de nações, e até mesmo a criação e a reformulação de espaços de convivência pública e privada, o discurso higienista, veiculado no final do século XIX, ao ser re-significado e articulado política e culturalmente à realidade brasileira, pode ser considerado representação cultural das transformações não-lineares de um determinado saber científico legitimado pelas práticas institucionalizadas naquela sociedade.

Nessa perspectiva, a aliança entre as tecnologias de saber médico e as tecnologias de poder político constituíam tecnologias disciplinares que orientavam os inspetores sanitários em sua prática de identificação de focos de infecção e de moléstias contagiosas que provocavam os medos na cidade carioca ainda no período imperial. As tentativas imperiais e republicanas de erradicação de problemas como a desaglomeração das habitações populares, o descongestionamento do espaço doméstico do trabalhador constituem tecnologias disciplinares que, posteriormente, invadiram o espaço privado dos habitantes da capital federal. Dessa maneira, a angústia e a insegurança que ocupavam os debates políticos e técnicos seriam contidas pela prática de uma medicalização social capaz de tornar os indivíduos dependentes do discurso médico e sanitarista veiculado em meio ao caos mantido pela existência da tradição dos tempos coloniais.

O imaginário republicano que envolvia a questão urbana e médica consolidou a medicalização da sociedade e a colocou em prática durante o governo do presidente Rodrigues Alves, entre os anos de 1902 e 1906. As reformas realizadas na cidade do Rio de Janeiro ⁸³, tanto de ordem higiênica, representadas pela prática do saber científico do sanitarista Oswaldo Cruz, quanto de ordem técnica e urbanista, representadas pela reformulação do espaço urbano da cidade coordenada pelo prefeito Pereira Passos, foram capazes de ir além das representações construídas sobre a cidade naquele momento. O turbilhão de transformações sociais ocasionadas pela modernização política e econômica empreendida pelo regime republicano brasileiro apresentava como necessidade, e em certos casos como princípio, a sedução dos setores empresariais para a realização da definição dos espaços sociais e da tentativa de configuração de novas formas de habitação familiar. A insistência higienista para a realização de medidas terapêuticas na região central da cidade do Rio de Janeiro e para a

⁸² JODELET, Denise. Representações Sociais: Um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 21.

⁸³ O enfoque das reflexões apresentadas nesse capítulo e que fundamentam o argumento dessa dissertação está direcionado para a institucionalização da higiene e da salubridade no campo político, social e cultural na Europa e no Brasil de uma forma geral, e menos para o estudo do caso dessa institucionalização e de suas práticas na cidade do Rio de Janeiro.

destruição de moradias coletivas consideradas insalubres parecia legitimar as pretensões dos empresários atentos às oportunidades de investimentos abertas com a expansão e as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro. Muitos desses empresários, porém, ocupavam cargos de vereador dentro da Câmara e decidiam as diretrizes da política de expansão urbana.

A maior parte dos problemas que deveriam ser resolvidos pelas empresas de engenharia havia sido evidenciada pelos higienistas. O lugar de fala desses sujeitos instituídos influenciou decisões estatais e capitais, contribuindo para a promulgação das primeiras leis que regulavam o crescimento das cidades. A prática da medicina social sedimentou seus discursos sobre o urbano, infiltrando-o “no senso comum das elites e camadas médias, que na década de 1870-80 já constituíam influente opinião pública”⁸⁴ e reforçavam os anseios pela realização de melhoramentos nos equipamentos urbanos a fim de transformar as antigas cidades em espaços salubres e modernos.

Dessa forma, ao representarem mais do que o imaginário urbano brasileiro, as reformas cariocas também reiteram a idéia de que as representações urbanas tem a capacidade, de forma geral, de migrar no tempo e no espaço e de influenciar locais e momentos específicos diferentes. Nesse sentido, a reformulação do espaço urbano parisiense⁸⁵ realizado algumas décadas antes pode ser considerado o momento em que se situa a prática institucionalizada da medicalização social da qual Foucault abordou e informou essa pesquisa. Na França e no Brasil, as aglomerações que vigoravam no espaço urbano, as populações pobres e seus bairros eram vistos como ameaça ao governo e às classes abastadas, já que ofereciam possibilidade de revoltas contra suas condições de existência e por constituírem focos de epidemias. Tais questões relacionadas aos ambientes malsãos e insalubres das cidades preocuparam governos europeus e americanos e incentivaram a intervenção no tecido urbano através de reformas, melhoramentos, saneamento urbano e deslocamento de bairros pobres para regiões periféricas de importantes capitais, como Paris e Rio de Janeiro, no entre séculos XIX – XX, ou até mesmo incentivaram a construção de cidades como Washington e Belo Horizonte.

Essas práticas de alteração do espaço físico da cidade, que lhe dão forma e feição, contêm em si um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade e de intervenção do cotidiano, e representam, portanto, a legitimação do uso da saúde pública, por parte dos governantes, na realização do saneamento do meio ambiente, da definição dos

⁸⁴ BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. Cit. p. 241.

⁸⁵ A capital francesa se encontrava em uma situação urbana de contrastes e levou seus reformadores a aspirarem sanear e a reconquistar o centro da cidade para que a circulação e a segurança pública fossem garantidas. Para isso, foram abertas largas avenidas onde as políticas públicas pudessem remediar e contornar a situação precária de amontoamento e sujeira, onde coabitavam o luxo e a miséria. Entre 1853 e 1870, o barão Georges-Eugène Haussmann, prefeito de Paris, realizou inúmeras intervenções que resultaram em significativas transformações para a cidade, já considerada importante centro mundial de cultura e civilização. As reformas urbanas de Paris pareciam manifestar as mudanças estruturais da sociedade do século XIX: uma nova modernidade urbanística se impunha, privilegiando as grandes vias, a circulação dos transportes, das águas, do ar e dos homens. A intervenção urbana haussmaniana foi legitimada pelas exigências científicas e também por uma lógica econômica e financeira do capitalismo triunfante. Assim, a convergência dos interesses da higiene, do comércio e da estética influenciava a reconstrução do desenho urbano arcaico de Paris. Demolir, construir, desenvolver as comunicações e aperfeiçoar a prestação de serviços públicos apresentavam-se como oportunidades lucrativas para o investimento dos capitais, o que reforçava os imperativos da estética, da higiene e da técnica. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. Cit. 1999. p. 41 e 93.

lugares onde a pobreza, as doenças e a insalubridade não interfeririam no bom funcionamento da circularidade e da economia urbanas.

A influência que alguns planejamentos ou algumas reformulações urbanas latino-americanas receberam das reformas urbanas parisienses, como Rio de Janeiro e Belo Horizonte ⁸⁶, é justificada pela historiadora Sandra Pesavento que considera os discursos e as imagens construídos sobre o urbano como objeto do imaginário coletivo. Para ela,

o fato de ser possível estabelecer uma articulação entre práticas e representações do urbano entre épocas e locais variados, nos mostra que problemas semelhantes ou mesmo idênticos se colocaram nesses tempos e espaços distintos. (...) Há uma temporalidade das práticas sociais e de suas representações, mas as idéias viajam no tempo e no espaço e são recicladas em outro contexto, que as historiciza. Ocorrem, nesse processo, simplificações e acréscimos, aceitações e rejeições, seleções e versões, implicando a atribuição de outros sentidos distantes daqueles do original. ⁸⁷

Assim, ao re-significar a técnica parisiense e ao utilizar-se do intuito de salvar indivíduos dos riscos das doenças e das epidemias, a política higienista posta em prática pela República, justificou não apenas o controle dos espaços públicos, mas também a invasão e o controle dos espaços privados, como os locais de habitação de trabalhadores, especialmente os mais humildes. Para Jurandir Costa, a recorrência a estudos quantitativos sobre a mortalidade infantil e sobre as precárias condições de saúde dos adultos intensificou a força da política higienista na terceira década do século XIX.

A autoridade conquistada pelos técnicos responsáveis pela manutenção e prática da política pública legitimou suas falas que passaram a apontar a incapacidade da família de cuidar de seus membros e a exigir da família a prática de uma educação moral, intelectual, sexual e física inspirada nos preceitos sanitários daquele momento. Segundo Costa, “por seu intermédio, os indivíduos aprenderiam a cultivar o gosto pela saúde, exterminando, assim, a desordem higiênica dos velhos hábitos coloniais” ⁸⁸. Sendo assim, ao mesmo tempo em que conseguia alterar o perfil sanitário da família, a higiene modificava sua feição social e contribuía, junto a outras instâncias sociais, para uma transformação familiar mais complexa: a conversão de seus predicados psíquicos, sexuais e físicos em insígnias de classe social, como afirma Costa, fez da família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, uma família burguesa ⁸⁹.

Apesar de o discurso higienista tentar se afirmar acima da moral e dos homens, ele parece ter sido capaz de influenciar decisões políticas importantes quanto ao direcionamento dos benefícios a serem alcançados através das iniciativas das administrações públicas, bem como foi capaz de, segundo Jaime Benchimol, “promover mudanças às vezes substanciais tanto nos padrões de sociabilidade como nas formas de organização do espaço” ⁹⁰. Inscrito no processo civilizador brasileiro e aliado aos anseios de construção de uma nação progressista e

⁸⁶ O estudo desse caso será aprofundado nos capítulos seguintes.

⁸⁷ PESAVENTO, Sandra Jathay. Op. Cit. 1999. pp. 22-23.

⁸⁸ COSTA, Jurandir Freire. Op. Cit. p. 12.

⁸⁹ Idem. p. 13.

⁹⁰ BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. Cit. p. 240.

saudável, o discurso e as práticas da ciência da higiene podem ser considerados como parte de um projeto moralizador da sociedade republicana.



FIGURA 2: Vista interna de um cortiço. Barracão de madeira componente da estalagem existente nos fundos dos prédios números 12 e 44 da rua do Senado, 27.3.1906. Augusto Malta. In: KOK, Glória. Rio de Janeiro na época da Av. Central. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.



FIGURA 3: Estalagem localizada na Rua do Senado. Foto de Augusto Malta, 1906.

As figuras 2 e 3 constituem-se como discurso portador de sentidos sobre o cotidiano dos habitantes da capital federal no início do século XX. Marcadas pela historicidade de sua produção, as duas imagens facilitam o acesso à gama de razões e sensibilidades que mobilizavam o cotidiano dos homens e contribuem para a compreensão dos possíveis sentidos que os habitantes de cortiços e estalagens, diante das reformas urbanas e novas demandas culturais das elites, atribuíam à sua situação.



FIGURA 4: Na imagem vê-se a Avenida Central construída e finalizada em 1910. Nela os habitantes vivenciavam seu cotidiano e praticavam o *footing* nas horas de lazer. A realização e existência dessa avenida representam o esforço político e social empreendido durante o governo do presidente Rodrigues Alves para a consolidação da imagem de que a nação brasileira também poderia ser moderna. Aos olhos das nações hegemônicas, a Avenida Central funcionou, por muitas décadas, como resultado das políticas públicas sanitárias, higienistas e urbanísticas que traziam a bandeira do progresso e da civilização como justificativa para suas ações. Coleção Gilberto Ferrez. Foto: Marc Ferrez. In: PARENTE, José Inácio e MONTE-MÓR, Patrícia (Orgs.). Rio de Janeiro: Retratos de Cidade. Rio de Janeiro: Interior Produções, 1994.

A medicina científica e também social posta em prática por higienistas e republicanos brasileiros no *fin de siècle* parece ter funcionado de forma eficaz no tocante a sedimentação de um discurso sobre o urbano cujos argumentos permaneceram no interior dos debates sobre políticas públicas no início do século XX. Nos planos e projetos de engenheiros, de políticos e de outros atores sociais, a higiene como representação política e social parece legitimar as pretensões dos empresários ao insistir na necessidade de uma terapia radical no centro de grandes e importantes cidades, enfatizando, sempre que possível, que a terapia da salubridade dependia da destruição das habitações insalubres e da redução do amontoamento de pessoas naquela região.

A migração das representações construídas sobre o urbano e que abarcavam a união de representações científicas, culturais e sociais no tempo e no espaço nem sempre foi capaz

de adequar as idéias e as representações exteriores ao ambiente social brasileiro. A apropriação das representações urbanas e das idéias políticas e médicas produziu realidades sociais e culturais diferentes e suscitou o aparecimento e a reformulação de outras representações sobre as mesmas categorias. Sendo assim, as influências políticas européias e norte-americanas aliadas à propagação do saber científico e médico acabaram funcionando como motores nas formulações de políticas públicas que nem sempre conseguiram cumprir o papel de criar e manter novos hábitos que estivessem em consonância com os padrões de civilidade e modernidade, bem como foram ineficazes na manutenção dos espaços salubres que elevariam a sociedade à condição de civilizada.

O momento de legitimação científica da higiene como ideologia despolitizadora da história e de processo civilizatório do país compreende a fundação de Belo Horizonte. As representações urbanas construídas sobre a capital mineira antes e depois de sua inauguração constituíam um índice de elementos que integravam o imaginário das elites brasileiras, sobretudo republicanas, no final do século XIX. A forma como o projeto de construção de Belo Horizonte significou o discurso civilizador e higiênico do *fin de siècle* brasileiro constitui-se como objeto de estudo aprofundado nos capítulos seguintes para possibilitar a compreensão do processo de fundação de Belo Horizonte. O capítulo a seguir apresenta abordagens relativas aos discursos que pensaram, planejaram e construíram a cidade de Belo Horizonte como a nova capital de Minas Gerais.

2.

“Salve, Minas!”⁹¹: a construção da Nova Capital mineira.

Novos horizontes vem abrir ao progresso do Estado, em todas as suas manifestações, a mudança da capital para Bello Horizonte⁹².

No mês de abril de 1895, a Comissão Construtora da Nova Capital entregou ao Presidente do Estado, Affonso Penna, a *Revista Geral dos Trabalhos*, que apresentava o relatório dos estudos realizados na região do Arraial de Belo Horizonte para a construção da Nova Capital mineira. Na parte do relatório dedicada ao estudo higiênico de Belo Horizonte, pode-se ler que a *hygiene* [sic], para os membros da Comissão, constituía-se em um

código de medidas prophylacticas, onde se acham compendiadas todas as causas capazes de enfraquecer o organismo humano (theatro incontestável de lutas incessantes entre os infinitamente pequenos e o homem) e simultaneamente as medidas necessárias para entorpecer-lhes a acção. Comprehende-se perfeitamente que, à medida que nossos conhecimentos médicos vão-se tornando mais aperfeiçoados, à medida que novas doutrinas vão obtendo a sancção dos factos e da experiência, a etiologia, alargando seus limites, obriga a hygiene a pôr-se de accordo com evolução da sciencia contemporânea, d’ahi a razão porque, com as novas descobertas bacteriológicas, passou ela por uma metamorphose radical, alvejando hoje uma mira certa e determinada, quando ainda, há bem pouco, esse ponto de ataque se achava eclipsado em um mundo nebuloso de miasmas e vírus⁹³.

E mais à frente, o Dr. Cícero Ferreira⁹⁴, membro da Comissão, continuava

No estudo de Belo Horizonte, sob o ponto de vista hygienico (...), devendo nos cingir exclusivamente àquillo que se prende mais de perto a collectividade e que interessa ao solo, ao ar e às águas, no intuito de, verificando quaes as medidas prophylacticas reclamadas pelo bem estar da

⁹¹ O título desse capítulo foi inspirado pelo artigo do mesmo nome publicado no periódico *A Capital* em 12 de dezembro de 1897, por ocasião da instalação oficial da sede do governo e da inauguração da cidade de Belo Horizonte. Este periódico diário circulou de 21 de janeiro de 1896 a 4 de agosto de 1898 e foi dirigido por Francisco Bressane.

⁹² Salve, Minas! *A Capital*, Belo Horizonte, anno II, n. 98, 12/12/1897. p. 1.

⁹³ ESTADO DE MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora*. Rio de Janeiro: H.A. Lombaerts, 1985. p. 17.

⁹⁴ Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues, nascido em Oliveira, MG, era médico e professor formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1885. Inicialmente, trabalhou na CCNC como membro escrivão, mas posteriormente exerceu funções de médico da 3ª. Divisão da Comissão, já chefiada por Francisco Bicalho. Dentre as funções que exerceu em Belo Horizonte estão as de médico da Prefeitura, de diretor de Higiene Municipal, organizador dos regulamentos da Polícia Sanitária. Também foi prefeito da cidade entre 20/04/1905 e 10/05/1905. Cf. BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. História Antiga e História Média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. vol. 2. p. 119.

futura população da Nova Capital, proporcionar aos que aqui desejarem estabelecer sua residência, elementos seguros sobre a salubridade local⁹⁵.

O discurso presente nesse documento se inscreve no momento, já discutido no primeiro capítulo, em que o desenvolvimento da medicina urbana e da medicina científica favoreceu, concomitantemente ao processo de industrialização e de crescimento populacional nas cidades. A constituição de espaços urbanos salubres, saudáveis, higiênicos, elegantes e modernos, sendo estes, para além da higiene, símbolos culturais invejados pela ex-colônia portuguesa, que possibilitariam o alcance de *status* de civilização e de progresso, tanto em países europeus como em países americanos. Esse discurso higienista, que informa atos e comportamentos, suscita questionamentos e merece atenção no empenho em compreender as maneiras como os discursos proferidos sobre a articulação progresso/ higiene significaram para os técnicos membros da Comissão Construtora da Nova Capital⁹⁶, como para o Estado mineiro e para a sociedade que ocuparia o espaço urbano de Belo Horizonte⁹⁷.

A historiografia tem considerado a criação de Belo Horizonte como utopia e instrumento de dominação: almejada por interesses diversos da política e da economia mineiras; planejada por engenheiros, médicos, higienistas e arquitetos formados na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e na *École de Beaux Arts de Paris* para sepultar o insalubre Arraial do Curral d'El Rei (posteriormente denominado Arraial de Belo Horizonte) e promover uma nova espacialidade salubre e bela; construída como representação do progresso de Minas Gerais e da civilização brasileira republicana. O processo de seu desenvolvimento pode ser apreendido sob diversos ângulos e se apresentar, em toda a sua complexidade, por meio de discursos e imagens que seus planejadores e habitantes lhe atribuíram, fossem eles engenheiros, médicos, higienistas, escritores, políticos ou cidadãos comuns.

As complexas relações sociais urbanas existentes no momento de fundação de Belo Horizonte podem ser analisadas a partir dos diversos discursos que a construíram, principalmente porque a cidade pode ser considerada como uma construção social resultante das práticas e das representações de seus usuários. Dessa forma, as matérias veiculadas

⁹⁵ ESTADO DE MINAS GERAIS. Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora. Rio de Janeiro: H.A. Lombaerts, 1985. p. 18.

⁹⁶ A sigla CCNC será utilizada em substituição ao nome da Comissão Construtora da Nova Capital.

⁹⁷ A perspectiva foucaultiana sobre a construção da ordem lança luz a essa pesquisa no tocante à compreensão do poder médico e político como uma prática social construída historicamente capaz de produzir saberes que controlam, por meio da construção e da profusão de discursos, o corpo social e suas práticas cotidianas. As práticas e as relações de poder, compostas por mecanismos e técnicas, relacionam-se direta e intimamente com a produção de múltiplos saberes, de rituais de verdade que tentam controlar e manipular a resistência diversa da estrutura social. O entrelaçamento de saberes a técnicas de poder favorece a prática de poderes disciplinares que organizam um determinado espaço, no caso de Belo Horizonte, o espaço urbano, para então distribuir os indivíduos em espaços classificatórios e combinatórios a fim de que desempenhem as funções que lhes foram atribuídas pelo saber. Aliado ao movimento de organização e classificação dos indivíduos no espaço encontra-se a vigilância descontínua e fragmentar que penetra em toda a extensão do espaço ocupado e é conhecida pelos indivíduos a ela submetidos. O exercício da vigilância e da disciplina é respaldado por um saber que acaba sendo registrado por um determinado discurso ao mesmo tempo em que produz um novo conhecimento. A mútua implicação existente entre o poder republicano e o saber produzido pelos técnicos e médicos da CCNC serão compreendidos nessa perspectiva a fim de que seja possível entender como foi construído um discurso higiênico e moderno sobre a cidade de Belo Horizonte. A esse respeito ver: MACHADO, Roberto. Introdução – por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979. pp. VII – XXIII.

tanto nos relatórios oficiais como na própria imprensa mineira podem representar concepções acerca da Nova Capital no *fin de siècle* brasileiro.

Por se constituir como desafio de análise e objeto de questionamento, de múltiplos discursos e olhares justapostos ou contraditórios, o processo de fundação de Belo Horizonte merece atenção das investigações dos discursos que pensaram, planejaram e a construíram como a Nova Capital de Minas Gerais. Sendo assim, o objeto principal nesse caminho da pesquisa é compreender de que maneira a higiene foi significada pelos sujeitos institucionalizados da Comissão Construtora da Nova Capital e do governo estadual, e também a forma como os ideais de modernidade e de civilização foram almejados no planejamento da nova cidade.

2.1. Em busca de um belo horizonte: o processo de transferência da capital mineira.

A proposta de transferência da sede do governo de Minas Gerais apareceu pela primeira vez no século XVIII, durante a Conjuração Mineira que previa a mudança de sede de Ouro Preto para a vila de São João Del Rei. Mas a mudança só foi concretizada após a grave crise política por que passou o Estado de Minas Gerais em finais do século XIX, momento de mudança do regime de governo monárquico para republicano. A elite republicana mineira, entusiasmada com o ideal de conciliação política sugerido pela República necessitava de um local que expressasse essa conciliação. O embate político ocorrido entre as elites cafeeiras em ascensão nas regiões da Mata e do Sul e os representantes das áreas localizadas fora desse circuito marcou o advento da República em Minas Gerais. Apesar de não se constituir no aspecto mais importante dos projetos políticos em disputa, a transferência da sede da capital se converteu num dos assuntos mais debatidos pela Assembléia Constituinte de 1891.

As justificativas a favor da transferência discutidas durante a Assembléia criticavam a permanência da cidade de Ouro Preto como capital no tocante à impossibilidade de funcionar como centro politicamente integrador e economicamente difusor do desenvolvimento para toda a província. Por mais de um século, desde a separação das capitanias de São Paulo e Minas Gerais, em 1720, Ouro Preto exercera a função de capital, sem ser capaz de desempenhar o papel de centro econômico da capitania, da província e do Estado, permanecendo apenas como sede da administração mineira. O desenvolvimento da exploração aurífera iniciada no final do século XVII e início do século XVIII dinamizou expressivamente a economia da capitania. Mesmo após o desenvolvimento de alguns centros urbanos, nenhum deles poderia ser caracterizado como centro econômico, principalmente porque, de acordo com Paul Singer⁹⁸, inexistia uma conexão econômica que interligasse as cidades a um centro de maior importância. Acrescente-se ainda a essa situação, o fato de a atividade agrícola, fonte de abastecimento da mineração, ser praticada fora das adjacências de seu mercado consumidor em expansão.

Apesar de apresentar um quadro de integração com outras capitanias durante o ciclo do ouro, Minas Gerais mostrava-se fragmentada internamente. Tal situação, prolongada até o século XIX, constituiu importante fator na busca por um centro urbano capaz de promover uma maior integração das áreas já dinamizadas economicamente. Mesmo se apresentando como uma nova perspectiva econômica nesse momento, a exploração do café não deu sinais de integração entre os núcleos urbanos de Minas Gerais e não minimizou a fragmentação econômica da província. Pelo contrário, o declínio da mineração tornou a economia provincial dependente das atividades rurais, o que acirrou contradições e diferenças regionais e ocasionou a desigualdade da densidade demográfica das diferentes regiões mineiras à época

⁹⁸ SINGER, Paul. Belo Horizonte. In: Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 205.

⁹⁹. Para Dulci ¹⁰⁰, a desarticulação estrutural da economia mineira, subordinada a centros econômicos externos, teria fomentado diversas iniciativas políticas no início da República como, por exemplo, a transferência da capital da província, até então situada em Ouro Preto, para o pequeno povoado denominado Curral del Rei ¹⁰¹.

Além do fato de que o isolamento geográfico de Ouro Preto era um reflexo da exploração mineradora, sua topografia passou a se apresentar como entrave ao desenvolvimento de atividades mercantis e fabris. Como não conseguia exercer a centralidade necessária que a fazia representante da identidade da província de Minas, a função de Ouro Preto se resumia basicamente à administração. Tal alienação perante a vida econômica de Minas comprometeu sua continuidade como capital e, para Singer, a desarticulação socioeconômica da província teria inspirado movimentos separatistas em sua elite econômica, influenciada por ideais republicanos, aspirante por representação política ¹⁰².

Como resposta à crise econômica em questão, a proposta de transferência da capital foi retomada. Os interesses políticos da Zona da Mata e do Sul do estado, em especial, reivindicavam a transferência para essas regiões já desenvolvidas. Mas os interesses da zona metalúrgica, ao norte, impediram essa mudança. Assim, o debate passou para a possibilidade de a nova capital requerer uma localização mais central no território mineiro. Acreditava-se que esse centro de gravidade pudesse, por si só, reorganizar a economia do Estado em torno de sua área de influência previamente instituída com a simples localização da capital. A primeira iniciativa para o estabelecimento de um equilíbrio econômico há muito esperado pela elite mineira seria situar-se nas imediações do centro de gravidade do estado.

Esse empenho em modernizar o estado mineiro expresso nos debates do Congresso Constituinte havia sido iniciado já nos tempos monárquicos e intensificado após a instalação do regime republicano em 1889. O quadro de instauração do sistema federativo, que garantia a autonomia dos estados em relação à União favoreceu a busca por bases econômicas sólidas que garantissem a independência das finanças estaduais em relação às rendas provenientes da cafeicultura. A pretensão de diversificar a economia, a partir da diversificação da produção agrícola e industrial garantiria segurança e estabilidade ao mercado interno mineiro. Sendo assim, durante os debates no Congresso, apresentaram-se propostas de apoio oficial à cultura cafeeira das regiões Sul e da Mata a fim de garantir melhorias no escoamento da produção cafeeira para o mercado internacional. Além disso, foram apresentadas medidas de unificação do estado para superar o atraso de determinadas regiões do estado em relação às regiões que haviam se desenvolvido economicamente.

Houve, por parte do governo mineiro e dos interesses republicanos, a tentativa de garantir a modernização regional a partir do apoio oficial a essas demandas e da realização de três empreendimentos específicos inter-relacionados. Primeiramente, como medida de

⁹⁹ RESENDE, M. E. Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

¹⁰⁰ DULCI, Otávio Soares. *Origens do Desenvolvimento Mineiro*. In: *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

¹⁰¹ Idem. p. 42.

¹⁰² SINGER, Paul. Op. Cit. p. 207.

modernização de ordem política, o governo buscou expandir a rede de transporte subvencionando as “companhias privadas que detinham concessões de construção e exploração de estradas de ferro e de navegação fluvial”¹⁰³. Em segundo lugar, como tentativa de modernização das bases agrárias, o problema da mão-de-obra posto após a Abolição precisaria ser resolvido com a importação de mão-de-obra européia que serviria às demandas da cafeicultura e seria fixada em colônias organizadas pelo próprio governo. Em terceiro lugar, a modernização urbana apresentada ansiava política e economicamente o desenvolvimento industrial e urbano que estavam inseridos na conjuntura cultural e científica abordada no primeiro capítulo bem como a integração política e econômica do estado.

Para além dessas análises que consideram o esforço, bem ou mal-sucedido, de conciliação entre as diferentes regiões mineiras, com o fim de conferir alguma unidade ao Estado, como elemento motivador para a opção de construção de uma nova cidade em Minas Gerais, a proclamação da República de 1889, e seus ideais republicanos e positivistas importados e, ao mesmo tempo, re-significados no Brasil, influenciaram significativamente a concepção da nova capital de Minas¹⁰⁴. O turbilhão de acontecimentos sócio-políticos ao final do século XIX demandava ações e símbolos que possibilitariam a legitimidade da nova organização política idealizada pela República. Essa esfera pode ser considerada como um dos motivos que justificaram a construção da nova capital de um estado que, outrora, alcançara significativa participação econômica e que, tal como a República emergente, traria modernidade e progresso para o estado de Minas Gerais.

De acordo com a historiadora Rita de Cássia Henriques, a República em Minas Gerais foi imposta em nome da modernidade, apesar de ser constituída por contradições de ordem social, política e econômica. Ao combater, historicamente, o centralismo monárquico e aspirar a uma democracia liberal, a elite política mineira acabou restringindo a participação política a seus fiéis representantes, que se alocavam como clientes em todas as esferas de poder¹⁰⁵. Para socióloga Berenice Guimarães, a República mineira era desafiada por duas questões: uma, a organização do estado frente à federação e, outra, a mudança da capital, que empolgaria grande parte da população, ao afetar múltiplos interesses e extravasar o quadro restrito da política de grupos. A construção e a manutenção da nova ordem impunham-se, naquele momento, como o objetivo principal do governo e, dentro dessa, a construção da nova capital expressava a transformação de Minas em um Estado moderno, parte de uma federação¹⁰⁶. Esses anseios por parte da República de Minas Gerais justificam a consideração de que “o

¹⁰³ AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da Nova Capital*. Formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. p. 33.

¹⁰⁴ HORTA, Célio Augusto da Cunha. Origens espaciais e históricas de Belo Horizonte. In: BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. *BH Verso e Reverso*. Belo Horizonte: 1997, p. 83.

¹⁰⁵ HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. A razão moldando o cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar - Belo Horizonte- 1907- 1908. In: *Caderno de História*, Belo Horizonte, volume 2, n. 3. Belo Horizonte: outubro de 1997. p. 62.

¹⁰⁶ GUIMARÃES, Berenice. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

século XIX no Brasil pode ser estudado como um século fundante, pedra inaugural com um vetor em direção a um modelo de civilização”¹⁰⁷.

A concepção de que a Nova Capital deveria funcionar como agente polarizador do Estado inspira-se, segundo Heliana Salgueiro, nos princípios da economia política francesa que se generalizou no *fin de siècle* XIX¹⁰⁸. Tal idéia se adequava à situação do estado de Minas Gerais, onde as atividades econômicas tradicionalmente voltadas para o mercado externo favoreciam a incapacidade de suas cidades de funcionar como unidades articuladas. Nessa perspectiva, a elite mineira sonhava com uma cidade-capital que, ao polarizar os interesses agrícolas, industriais e políticos de todas as regiões do estado, se tornasse centro de todos os centros.

Novas idéias eram inseridas no debate social por meio da profusão de discursos republicanos difundidos pelos jornais, principal meio de comunicação da época. Os periódicos daquele momento funcionam como fontes fundamentais para a realização de uma análise sobre as divergências e as convergências existentes no interior do debate sobre a questão da mudança da capital. De acordo com Claudia Viscardi, a imprensa mineira começou a pressionar o Estado a favor ou contra a transferência da sede a partir do ano de 1890. A campanha favorável à mudança teria sido iniciada em Juiz de Fora, localidade que tinha chances de receber a sede administrativa do estado, por meio da veiculação das opiniões do jornal *O Pharol*¹⁰⁹. Obviamente, aos poucos, outros periódicos, inclusive de outras localidades, aderiram ao movimento a favor, como é evidente na matéria publicada em 1890, na cidade de Varginha:

Informam-nos de que há um projeto muito bem amparado de se transferir a capital de Minas Gerais para uma cidade, que para isso se construirá especialmente com todas as exigências da higiene e das necessidades da civilização. O local não está ainda designado, mas pensa-se na margem do rio das Velhas, no centro do Estado. Essa cidade construída especialmente será o centro de toda a viação férrea do Estado e o empório da navegação. Faz-se em todo o Estado propaganda nesse sentido e no momento oportuno a pretensão será apresentada ao governo¹¹⁰.

Ao contrário dos jornais mudancistas, alguns jornais ouro-pretanos apresentaram suas posições contrárias à questão da transferência, como o *Jornal de Minas*, que defendia a permanência da capital em Ouro Preto. O debate na imprensa tornou-se acirrado, ganhou as ruas e extravasou as fronteiras mineiras. O Congresso e o Executivo federais passaram a receber representações solicitando a mudança, ao mesmo tempo em que representantes de

¹⁰⁷ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar e os seus agentes no século XIX na Província de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, Belo Horizonte – São Paulo, 1997, p. 23.

¹⁰⁸ SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In: *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 147-148.

¹⁰⁹ VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. A Capital Controversa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Ano 43, vol. 2, jul.dez/2007, p. 30.

¹¹⁰ *Correio do Povo*, Varginha, 25 de maio, 1890. p. 1. Apud: BARRETO, Abílio. Op. Cit.. p. 300.

Ouro Preto pressionavam o presidente Deodoro da Fonseca para que cancelasse a lei federalista que autorizava mudanças de capitais.

O boato de que o então governador Augusto de Lima determinaria a mudança da capital foi registrado n' *O Jornal de Minas*

Consta-nos, e por isso mesmo que nos consta, damos a notícia com todas as reservas que o governador decretará brevemente a mudança da capital, escolhendo-se a cidade de Barbacena para a capital provisória, até que o poder competente resolva o assunto. Esta notícia nos foi transmitida por pessoa que deve conhecer de perto os intuitos da administração e, por isso, tem todos os visos de verdade. (...) Assumimos a responsabilidade de afirmar a existência dos fatos, e quem quiser nos peça as provas. O que se passou foi sabido em toda a cidade. S. Exa. o sr. governador deliberou decretar a mudança da capital para Belo Horizonte, e insistia no ato com tenacidade, quando, a conselho de amigos, demoveu-se consertando a deliberação para o Congresso, onde se iniciará a medida proposta da Mensagem. O Sr. Governador, deferindo a questão, proporá que se mude a capital para Belo Horizonte, como queria o decreto... Esperemos a Mensagem e aí teremos a nossa justificação¹¹¹.

O tempo de espera para confirmar a reunião do Congresso Constituinte foi propício para que os jornais divulgassem notícias ou boatos de que a região de Belo Horizonte¹¹², pertencente até então ao distrito de Sabará, não tinha capacidades políticas, econômicas e higiênicas para sediar a capital mineira republicana. De acordo com Abílio Barreto, Belo Horizonte passou a ser alvo da “mais cruenta, perversa, injusta e desenfreada campanha de descrédito que jamais se moveu contra qualquer outro lugar”¹¹³. Para esse historiador, os *gazeteiros profissionais* e os *zombeteiros*, maldosamente ignoravam as características da região para criarem mentiras e injuriar a salubridade local, as condições do ar, da água, do clima, da terra, da gente de Belo Horizonte. A acusação de que o arraial só era capaz de

¹¹¹ *Jornal de Minas*. Ouro Preto, 3 de abril de 1891, p. 1. Apud: BARRETO, Abílio. Op. Cit. 1995, vol. 1. p. 315.

¹¹² Pertencente ao distrito de Sabará, o Arraial do Curral del Rei se desenvolveu a partir da fazenda do Cercado, fundada em 1701, pelo bandeirante paulista João Leite da Silva Ortiz. Segundo Berenice Guimarães, o Curral del Rei foi fundado em 1714 e em 1889 foi elevado à distrito de Sabará quando passou a ser denominado Arraial de Belo Horizonte, o que antecede o início das obras de construção da nova capital e pode remeter tanto à beleza natural, simbolizada pela Serra do Curral, quanto à necessidade de legitimação de uma nova sociedade, moderna, higiênica, promissora. Cf: GUIMARÃES, Berenice Martins. Op. Cit. 1991.

Já para Conceição Piló, a mudança da denominação de Curral del Rei para Belo Horizonte, ocorreu a partir de um decreto do presidente Afonso Pena, na década de 1890, sendo possível atribuir esse fato à aversão a tudo que se referia ao período colonial, pertinente ao momento de legitimação do regime republicano. Cf: PILÓ, Conceição. *Palácio da Liberdade: Dos Campos Gerais dos Goitacases ao Belo Horizonte das Minas Gerais de nossos dias*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

Para Célio Horta, “Em 1893, este arraial foi condenado à morte para ser construída, no prazo de 4 anos, a nova capital de Minas”. Cf: HORTA, Célio Augusto da Cunha. *Origens espaciais e históricas de Belo Horizonte*. In: BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. *BH Verso e Reverso*. Belo Horizonte: 1997, p.81.

¹¹³ BARRETO, Abílio. Op. Cit, 1995. v. 1 . p. 315.

O historiador autodidata Abílio Barreto, que viveu desde os 14 anos na região onde foi construída a cidade, apresenta seu trabalho como um esforço para descrever as características do antigo arraial e do processo de edificação da nova capital. Para tanto, Barreto considerou importantes as referências e narrações das fontes, desde a formação do Arraial do Curral Del Rey (posteriormente denominado Arraial de Belo Horizonte), até a instalação da Prefeitura da Cidade de Minas. De acordo com Maria Auxiliadora Faria, a pretendida neutralidade científica de Abílio Barreto “acabou conferindo à obra características de uma crônica”¹¹³. Apesar de seu trabalho descritivo e pouco crítico das fontes, característica esperada para um trabalho do início do século XX, a narração de Abílio Barreto sobre a fundação da cidade se inscreve nos debates internacionais sobre a cidade e a arquitetura que ocorriam durante o final do século XIX, principalmente porque o autor expõe exemplos de instituições e pessoas que participavam desse debate e funcionavam como mediadoras culturais entre continentes. Cf: FÁRIA, Maria Auxiliadora. *Belo Horizonte – Memória Histórica e Descritiva*. À guisa de uma análise crítica. In: BARRETO, Abílio. Op. Cit. p. 27.

produzir indivíduos pálidos, retraídos e papudos justificava o apelido dado ao arraial de *papudópolis* e ansiava vetar sua escolha como localidade cujas condições higiênicas pudessem contribuir para a formação de uma capital moderna. Mesmo não sendo capazes de fundamentar suas acusações de que Belo Horizonte produzia doentes do bócio ¹¹⁴, cujas causas ainda eram desconhecidas, e nem capacidade para provar as incidências da doença, essas acusações construídas por parte dos antimudancistas se apoiavam na legitimidade do conhecimento médico que definia quais condições ambientais eram salubres para as sociedades daquela conjuntura.



FIGURA 5: Rua General Deodoro. Ao fundo pode-se ver a torre da Catedral da Boa Viagem. Arraial de Belo Horizonte, 1897. Autoria: Raimundo Alves Pinto. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital. Museu Histórico Abílio Barreto. Belo Horizonte, MG.

¹¹⁴ A característica principal dessa doença é a hipertrofia da glândula tireóide, ou seja, o crescimento exagerado dos gânglios que origina um tumor no pescoço ordinariamente chamado de papo. Essa doença era marcado pelo preconceito, principalmente porque era associada ao surgimento de degenerações físicas e mentais, como o cretinismo. In: SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *A Influenza espanhola e a cidade planejada*. Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm: FAPEMIG: CAPES, 2008. pp. 104-105.



FIGURA 6: Rua do Rosário. Arraial de Belo Horizonte. 1894-1895. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital. Museu Abílio Barreto. Belo Horizonte, MG.



FIGURA 7: Trecho do Largo do Rosário. Arraial de Belo Horizonte. 1897. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital. Museu Histórico Abílio Barreto. Belo Horizonte, MG.

De fato, as condições rudimentares da cidade no final do século XIX (ver figuras 5, 6 e 7), já beirando o século XX, eram evidenciadas pela inexistência de calçamento das ruas do Arraial, pela existência em abundância de moradias simples bem como pelo hábito de usar vestimentas de estopa. A vida do Arraial encontrava-se em um movimento contrário ao que era visto e vivido pelos europeus, especialmente pelos franceses, que habitavam e freqüentavam festas em salões e edifícios grandiosos e pomposos, de onde exalavam luxúria e elegância em fartura. No entrecruzamento entre a singeleza da realidade do Arraial e a opulência do imaginário relacionado à Europa eram construídas as representações sobre o espaço urbano a ser construído naquele local.

Nesse sentido, para além da importância das perspectivas política e econômica ligadas à questão da transferência, é possível relacionar as representações construídas sobre o espaço urbano a partir da segunda metade do século XIX ao cenário em que se insere esse debate. As idéias de progresso e de civilização constituíram-se como emblemas do ideário republicano e urbano no Brasil do final de século. Como foi abordado no primeiro capítulo, o intuito de reformar o tecido urbano e de promover seu saneamento funcionou como ideal de

política pública a ser alcançado e concretizado. Nesse contexto, o sítio acidentado de Ouro Preto (ver figura 8) era alvo de críticas por não oferecer possibilidade de expansão para os equipamentos urbanos. Tal situação inviabilizaria a permanência de Ouro Preto como capital de Minas. Ao visitar Ouro Preto em 1867, o inglês, Richard Burton, descrevia

Ouro Preto apresenta tanta curvatura mal feita e tanta estreiteza quanto se poderia desejar. Haverá todas as pitorescas dificuldades para a construção da rede de esgotos e de gás - um preço um tanto alto para pagar tanta curvatura. (...) Fisicamente, Ouro Preto não é digna da vasta província que comanda. (...) As terras em torno da cidade são improdutivas, as montanhas auríferas só podem ser exploradas por companhias e a cidade não é rica. (...) Ela vive pelo suor de outras fontes, por sua profissão de capital e pelo dinheiro que o Governo gasta com seus funcionários, o que faz a província queixar-se da “empregocracia”. (...) Quanto mais cedo for encontrado novo lugar para a capital, tanto melhor, mas não é fácil, como já disse, encontrar um ponto central adequado a tal fim ¹¹⁵.

Da descrição do viajante inglês pode-se considerar a cidade de Ouro Preto como um produto da conturbação causada pela mineração desde o século XVIII. O desenvolvimento desordenado da antiga capital de Minas Gerais favoreceu a precariedade de sua situação geográfica, econômica, social e urbana já em meados do século XIX, quando as comparações com as cidades européias do período se tornavam inevitáveis. A visão européia sobre o Brasil demonstrava um abismo entre a sociedade brasileira e alguns países europeus representantes do ideal de civilização. A cidade desenvolvida, a partir da atividade mineradora, com ruas tortuosas e inclinadas, simbolizava a monarquia e a dominação religiosa que os republicanos desejavam esquecer.

¹¹⁵ BURTON, Richard F. *Viagem do Rio de Janeiro à Morro Velho*. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p. 188.



FIGURA 8: Ouro Preto em 1870. A autoria de Marc Ferrez.

As críticas a esse espaço urbano relacionavam-se diretamente ao desenvolvimento das teses higienistas, como foi abordado no primeiro capítulo. Na perspectiva da Análise de Discurso ¹¹⁶, o sujeito urbano constitui-se em interpretação de determinada realidade, o que favorece a interferência da ideologia no sentido que o sujeito confere à realidade. A maneira como Ouro Preto era descrita e vista por seus habitantes e por seus usuários era afetada pela ideologia política da higiene bem como pelas representações culturais da higiene que abarcavam essa ideologia e estavam em voga no final do século XIX. Os princípios desta ideologia, por sua vez, residiam na redução do sentido da higiene ao seu efeito de evidência, cuja ilusão de conteúdo, de promessa de civilização e progresso, afetava as concepções acerca do espaço urbano que os sujeitos ocupavam. Ao fixar um conteúdo composto por um conjunto de princípios destinados a conduzir o país à civilização, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade histórica, a higiene enquanto representação cultural e enquanto ideologia política implicava a despolíticação da realidade histórica e legitimava as políticas públicas que transformariam o espaço urbano e sua sociedade.

A concepção de que era necessário construir espaços sociais limpos e saudáveis originou na idéia de que o corpo individual precisava ser saudável e limpo para se deslocar com total liberdade. As descobertas de William Harvey sobre a circulação sanguínea do corpo humano estabeleceram uma nova compreensão do funcionamento da estrutura do corpo, de seu estado de saúde e de suas relações com a alma, coincidindo com o advento do capitalismo moderno e contribuindo para o surgimento de uma significativa transformação social: o

¹¹⁶ ORLANDI, Eni. Op. Cit. 2004.

individualismo. As idéias de Harvey ¹¹⁷ foram transpostas ao pensamento social, propiciando novas percepções sobre o urbano e a sociedade. A dessensibilização do corpo humano se adaptou às cidades entregues às exigências do tráfego e ao movimento acelerado de pessoas, cidades cheias de espaços neutros que sucumbiram à força da circulação e da industrialização.

Os desenhos urbanos passaram a prever o funcionamento das cidades de acordo com o funcionamento do corpo humano. O planejamento da cidade maquinista, como afirma Françoise Choay, já era almejado no início do século XIX, antes mesmo da criação do urbanismo como pressuposto científico que pretendia resolver os problemas da sociedade industrial no século XIX ¹¹⁸. A estagnação dos componentes urbanos poderia prejudicar a aeração e a beleza, elementos estreitamente associados ao trabalho de regeneração dos espaços e do ar. Diversas campanhas foram empreendidas no combate à existência de ambientes fechados e malsãos, o que fez com que o corpo e a cidade funcionassem a favor da canalização, filtração e aceleração da circulação do ar, das águas e dos esgotos. Dessa forma, a higiene parecia se tornar uma obsessão que atingia tanto o visível, a cidade, quanto o invisível, o ar e os costumes.

O desejo de mudança, de “autotransformação e de transformação do mundo e das coisas em redor, a experiência de viver uma vida de paradoxo e de contradição” ¹¹⁹, como descreve Marshall Berman, se inscrevem em um momento e em uma maneira de ser e de existir que constitui a modernidade do *fin de siècle* XIX. A atmosfera de turbulência, de expansão das possibilidades de experiência favoreceu a materialização de grandes reformas urbanas, projetos de modernidade que possibilitam o encontro marcante de comportamento e valores tradicionais com as espacialidades construídas no interior da modernidade. Os ecos desse novo tempo e desse novo espaço chegam ao Brasil e a Minas Gerais e empreendem mais força ao debate que ocorria entre os interesses regionais na realização, ou não, da transferência e da construção de uma nova capital.

Com relação a essas disputas políticas que definiriam a escolha do local para a construção da nova cidade não há consenso historiográfico. Esse processo tem sido considerado “um ganho político incalculável para o desenvolvimento posterior da região “escolhida”, ou melhor, para a região vencedora da disputa” ¹²⁰. Segundo Fábio Castilho, há duas correntes que tentam responder a essa questão.

A primeira destaca as bases políticas e regionais da disputa entre mudancistas e não mudancistas e considera a mudança da capital como um evento relacionado às disputas políticas e a diferenciação econômica das regiões do interior mineiro. Sendo assim, essa corrente explicativa marca a disputa entre Zona da Mata e Sul de Minas que pretendiam sediar a nova capital, visto que a região central, após a decadência da mineração, não tinha mais fôlego para manter a capital.

¹¹⁷ SENETT, Richard. Op.Cit. 2001, pp. 213-214.

¹¹⁸ CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 1-3.

¹¹⁹ BERMAN, Marshall. Op. Cit. p. 21.

¹²⁰ CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. A vitória do *Tertius*: as disputas políticas que antecederam a construção da “Cidade de Minas”. In: CAMPOS, A. P.; FELDMAN, S. A.; FRANCO, S. P.; NADER, M. B.; SILVA, G. V. (Org.) *Anais eletrônicos do II congresso Internacional de História Ufes/Université de Paris-Est: cidade, cotidiano e poder*. Vitória: GM Gráfica & Editora, 2009, p. 8.

A segunda corrente explicativa entende que um esforço de conciliação, que garantiria a unidade do estado, entre as diferentes regiões mineiras motivou a escolha da localidade. A consulta realizada por Maria Efigênia Resende aos Anais do Congresso Constituinte Mineiro e às mensagens presidenciais considera a conciliação política mineira como elemento importante no processo de transferência e a direcionou ao enfoque do papel de Afonso Pena ¹²¹ no processo. Para ela, Pena, na condição de senador constituinte da região centro-norte de Minas, opunha-se ao projeto mudancista. Mas ao assumir a presidência do Estado, passou a favorecer esse discurso e, por essa razão, “a criação da futura Belo Horizonte seria resultado do interesse do Executivo estadual, ocupado na ocasião por Pena, que soube administrar e conciliar os inúmeros conflitos existentes” ¹²². Sua atuação teria sido motivada pela busca do equilíbrio econômico como condição da unidade política do Estado, posição que ultrapassava os interesses regionais. Essa perspectiva pode ser reiterada por meio das homenagens feitas ao ex-presidente do Estado, às vésperas da inauguração da nova capital, pelo periódico *A Capital*. Em ‘Mudança da Capital’,

O eminente mineiro em cujo governo se iniciou este grande empreendimento, não relutou em um só momento em cumprir a lei. De animo decidido e com a energia que todos lhe reconhecem, tomou todas as providencias que então se tornavam necessárias e a grandiosa empresa teve começo por entre os applausos de todos quantos não se achavam obcecados pelo erro, ou apaixonados pelo interesse pessoal offendido ¹²³.

Na perspectiva moderna de Afonso Pena a criação de uma nova capital representaria “os novos valores e as crenças dominantes numa época de mudanças intensas, atenuando, inclusive, os arroubos separatistas observados na virada do século” ¹²⁴. Dessa forma, tanto em uma quanto em outra corrente explicativa a intensa negociação das facções políticas mineira é destacada, assim como o importante papel das elites regionais e as disputas que estavam presentes em Minas Gerais.

O processo decisório de transferência e escolha da nova localidade teria obedecido, de acordo com Berenice Guimarães, a um plano político que envolveu interesses conflitantes e negociações entre facções diversas. Para ela, havia concordância quanto à necessidade de uma nova capital, mas a disputa em torno da escolha do local foi acirrada, assemelhando-se a um concurso.

Em 1896, o jornal *A Capital*, publicado no Arraial de Belo Horizonte, sob o artigo intitulado “Nova Capital”, descrevia e criticava a disputa política entre as regiões mineiras que envolvia a questão da transferência. De acordo com o artigo, a idéia de que a sede administrativa deveria permanecer em Ouro Preto caminhava contra os ideais republicanos favoráveis à liberdade política e à participação popular na política. Para o periódico, as

¹²¹ Afonso Augusto Moreira Pena presidiu o Estado de Minas Gerais de 14/07/1892 a 07/09/1894.

¹²² RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, vol. 39, pp. 129-161, jul de 1974. Apud, VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *A Capital Controversa. Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Ano 43, vol. 2, jul.dez/2007. p. 32.

¹²³ Mudança da Capital. *A Capital*, Belo Horizonte, anno II, n. 97, 09/12/1897, p. 1.

¹²⁴ CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Op. Cit. p. 9.

agitações populares constituíam-se como elemento importante para o funcionalismo exercer sua função administrativa. Sem essas influências que agregam valores e suscitam reflexões por parte do Estado, o governo republicano estadual estaria fadado a praticar os vícios em que vivia a antiga capital, Ouro Preto. Dessa maneira, *A Capital* considerava

(...) tão inconveniente e pernicioso é o meio em que difficilmente vão agindo os elevados poderes públicos de nosso Estado, que este não logrará organizar-se convenientemente, ainda que o queira a quase unanimidade dos mineiros sem os embaraços e tropeços que vamos encontrando, nos moldes traçados pelas actuaes instituições, emquanto permanecer ali a capital de Minas.

(...) Lamentável seria que se transplantasse para aqui [Arraial de Belo Horizonte] o viciado meio de Ouro Preto; e para evitar esse mal, que continuaria a influir perniciosamente nos destinos do Estado, só temos um caminho a seguir: facilitar o desenvolvimento da nossa futura capital, obra meritória, contra a qual investem quixotescamente os desfuctáveis, ainda que insolentes sebastianistas de Ouro Preto e de Juiz de Fora (...). (...) Mister si torna que a nova capital mineira seja uma grande e populosa cidade, centro de animação e vida, onde a opinião pública, bem orientada, saiba e possa fazer justiça – premiando os bons e castigando os maus ¹²⁵.

Aí se percebe a informação de comportamentos e de práticas, a difusão de idéias e de condutas dos diferentes grupos que moldam e representam esse momento de debate. Nele ocorria, ao mesmo tempo, a oposição entre grupos estereotipados que, de um lado, se ligava ao futuro, à modernidade e sustentava a idéia de que a economia mineira precisava avançar; e de outro, o esforço de um grupo que se ligava ao passado e à tradição, apesar de ser considerado defensor de uma cidade atrasada onde, como afirmou Richard Burton, a instalação de sistemas de saneamento básico era inviabilizada pelo desenho torto de suas ruas que haviam crescido ao acaso.

Com o intuito de resolver o problema da parcialidade na escolha do local, o presidente do Estado Afonso Pena, convocou uma comissão presidida pelo engenheiro civil Aarão Reis ¹²⁶, paraense, formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, estaria isento de interesses, para realizar os estudos e verificar a viabilidade da construção em diferentes locais a serem indicados pelo governo do Estado. Nessas condições, cinco sítios foram relacionados como candidatos a sediar a nova capital mineira: Barbacena, Juiz de Fora, Paraúna, Várzea do Marçal e Arraial de Belo Horizonte (antigo arraial do Curral d'El Rei).

A *Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital*, criada e instalada em 1892, realizou estudos nas cinco localidades (ver figura 9), sob a coordenação de Aarão Reis. O relatório produzido ao longo desses estudos foi apresentado ao governo do Estado em meados de 1893 e apresenta-se como possibilidade de análise das representações,

¹²⁵ Nova Capital. *A Capital*, Belo Horizonte, anno I, n. 6, 03/03/1896, p. 1.

¹²⁶ O engenheiro civil Aarão Reis, nascido em Belém do Pará, diplomou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1874, atuando em instituições de referência em sua categoria, assim como em vários projetos de obras públicas no entre séculos XIX-XX. De acordo com Silveira, "sua atuação como engenheiro, publicista e educador revelam preocupações de ordem social e o engajamento na efetiva construção de um país moderno". In: SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Op. Cit. 2008. p. 100. Ver também, SALGUEIRO, Heliana Angotti. Da leitura do território ao planejamento urbano: o caso de Belo Horizonte. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. pp. 149-172.

dos conhecimentos urbanos e das referências dos seus autores. Por diversas vezes a questão da higiene urbana é ressaltada como critério de escolha da localidade. A tríade *salubridade, comodidade e embelezamento* era evocada pela Comissão como objetivo a ser alcançado tanto no momento da escolha do local como no momento da construção e da edificação da cidade como agente transformador da sociedade ¹²⁷. Para Aarão Reis,

ao homem é lícito vir em auxílio da natureza, por meio de bem combinado sistema de obras de melhoramento e saneamento, [para que se desenvolvam] tais localidades sob o impulso da civilização e da riqueza ¹²⁸.

¹²⁷ A crença, por parte dos membros da *Comissão*, de que a cidade podia funcionar como agente transformador da sociedade inspirava-se na perspectiva urbana fourierista. A esse respeito, ver SALGUEIRO, Heliana Angotti. Op. Cit., 2001. p. 164.

¹²⁸ REIS, Aarão. *Relatório da Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. Apud, SALGUEIRO, Heliana. *Da leitura do território ao planejamento urbano: o caso de Belo Horizonte. Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. p. 149.

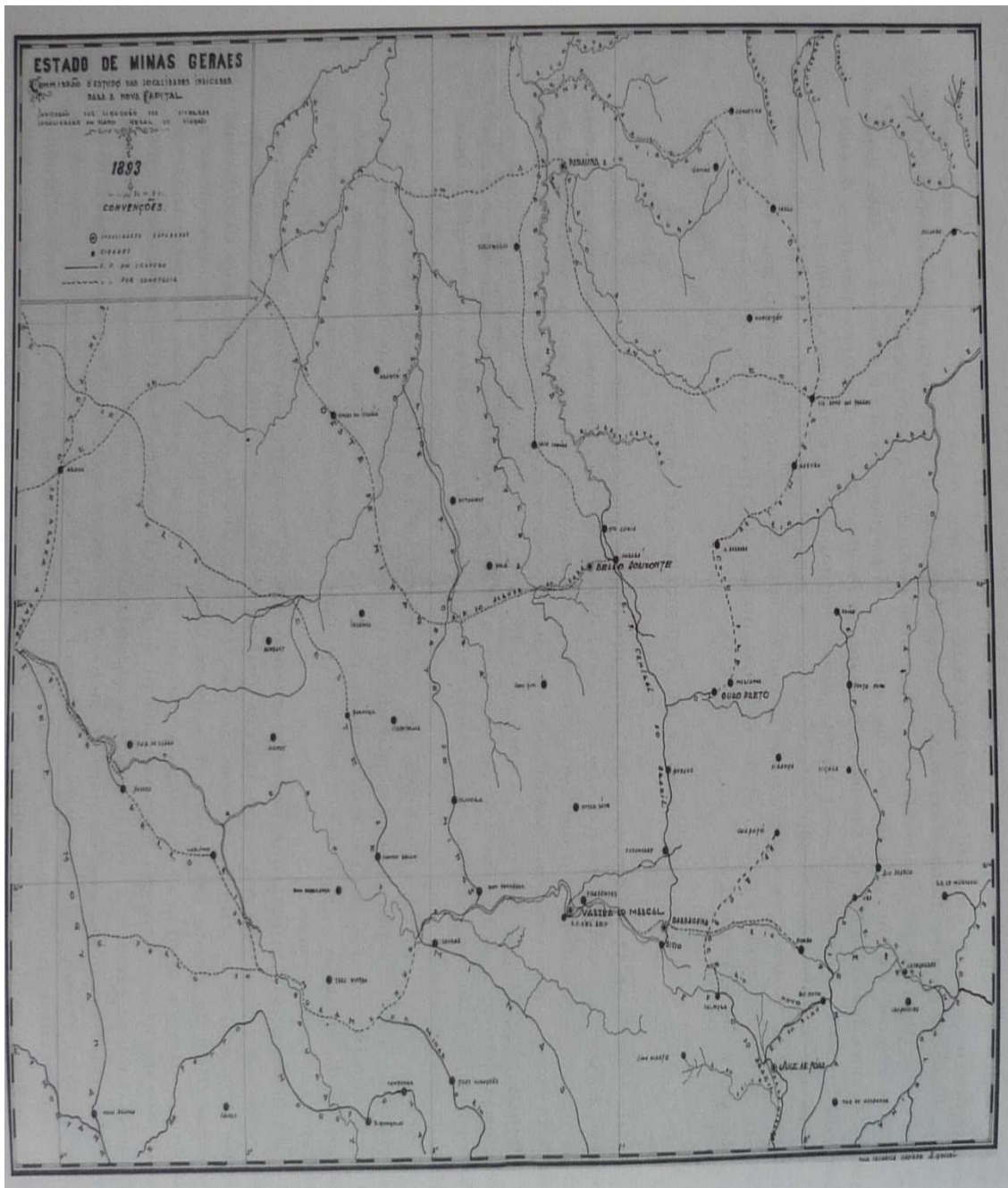


FIGURA 9: Planta do Estado de Minas Gerais. Destaque para as localidades estudadas em 1893 pela Comissão d'Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital. In: BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. História Antiga e História Média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. v. 1. p. 344.

Daí percebe-se a emergência de representações dos temas fundamentais na reflexão urbano-territorial do século XIX e das formas de apropriação dos modelos urbanísticos desenvolvidos na Europa. A transferência de modelos provoca alterações em sua essência, adaptações fragmentadas a uma realidade que se pretende igual, mas que difere da realidade social do país exportador do modelo. Essa transformação fica clara no texto do Relatório porque nele são apresentadas noções sincrônicas e, ao mesmo tempo, não sincrônicas, aos

modelos franceses que informavam aqueles técnicos. Tal constatação permite a compreensão das diferenças no tempo e no espaço específicos de cada situação, bem como da história intelectual de cada um de seus autores.

As noções de higiene, civilização e embelezamento abordadas no texto do *Relatório* favorecem a associação entre utopia e cientificismo no desenvolvimento da leitura dos lugares das localidades indicadas. O conforto e as melhorias da higiene garantidas pela ciência moderna foram utilizados como critérios de análise dos sítios: condições para a instalação dos esgotos, dos recursos naturais para a iluminação elétrica e da distribuição dos equipamentos no espaço urbano foram investigadas com base nos escritos dos higienistas franceses que informavam os planejadores da Nova Capital. Dessa forma, a noção de embelezamento, no *fin de siècle*, relacionava-se diretamente “à salubridade, à higiene, ou à centralidade e às vias de comunicação”¹²⁹, como afirma Salgueiro.

O raciocínio que uniu o embelezamento ao utilitarismo urbano funcionou como discurso pró-mudancista e contra a permanência de Ouro Preto como sede administrativa de Minas Gerais. As críticas negativas à sua permanência não se remetiam apenas a questões topográficas e políticas, como Burton assinalou, mas também à sua impossibilidade de funcionar como um espaço composto por redes de circulação que articulariam a cidade a seu território. Tal situação da antiga capital mineira devia-se ao fato de que a maior parte dos arraiais constituídos no período da mineração e que deram origem à Vila Rica, por medida de segurança, situavam-se fora dos cruzamentos, em fim de caminho, o que impossibilitava o desenvolvimento da condição de foco irradiador que a elite republicana viria a preconizar mais tarde.

Os estudos realizados a partir dessas noções resultaram em um Relatório que oscilou entre duas cidades como indicações para a construção da Nova Capital. Embora as variações fossem mínimas durante a comparação entre as duas, a cidade que seria preferida pela Comissão seria Várzea do Marçal por condições de funcionamento como centro de gravidade do estado. Porém, havia uma ressalva que apontava as possibilidades do Arraial de Belo Horizonte (ver figura 10), posteriormente, desenvolver melhor essa função do que a primeira cidade. O relatório escrito pelo engenheiro Samuel Pereira sobre as análises do Arraial de Belo Horizonte valorizava seu sítio

por apresentar a localidade, em seus principais lineamentos topographicos, a bella forma de um vasto e amplo amphiteatro, aberto para o oriente, como que para receber desde cedo os beneficos raios solares (...). Esse bello amphitheatro offerece, sob forma de um dodecagno, superficie superior a 1.900 hectarios e sufficiente portanto para o estabelecimento, em boas condições hygienicas, de uma população de 190.000 habitantes a razão de 100m² por habitante, média mais folgada, como já dissemos, que as principais cidades europeás e americanas edificadas em condições sanitárias vantajosas¹³⁰.

¹²⁹ SALGUEIRO, Heliana Angotti. Op. Cit., 2001. p. 144.

¹³⁰ REIS, Aarão. *Relatório da Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 20-21. Apud: SALGUEIRO, Heliana. Op. Cit. 1997.

Outro técnico da Comissão apresentou resultados sobre as condições precárias de saneamento e saúde pública nas diversas cidades e regiões do estado mineiro e reiterou a pretensão, baseada no pensamento europeu, da realização da higiene e da salubridade no sítio da nova cidade, em artigo publicado no periódico *A Capital*, em 1896. O médico Cícero Ferreira considerava os estudos sobre a origem primitiva das cidades e dos centros populosos do Estado um serviço curioso que oferecia a vantagem de conhecer os fatores que contribuíram para a existência de tantas *deficiências higienicas* no estado. A formação casual das primeiras aglomerações humanas surgidas em Minas era, para o médico, obra inconsciente, sem planejamento pensado por profissionais capazes de lhe garantir a saúde pública e coletiva de seus espaços. Como a maior parte dos trabalhos de abastecimento de água potável, drenagem do solo, canalização de esgotos e remoção de lixo era considerada obras de luxo exclusivamente realizadas nas cidades européias, as municipalidades mineiras cometiam erros ao permitir que as cidades e os arraiais se encontrassem nessas situações. A partir disso, Ferreira afirmava que,

(...) Do pecado original que presídio ao levantamento das diferentes cidades do nosso Estado, certo não soffre a futura capital de Minas, que se vê cercada de profissionaes distinctos, cõncios da responsabilidade que lhes pesam sobre os hombros e pois devemos esperar que sejam postos em contribuição todos os elementos próprios para a manutenção de uma cidade de accordo com as exigências da hygiene moderna ¹³¹.

A eleição da questão higiênica como um pressuposto para a escolha da localidade e a construção da nova cidade, reitera a “primazia assumida pelo problema do saneamento nas experiências e nos discursos elaborados sobre a vida urbana e a saúde pública na segunda metade do século XIX” ¹³². Os problemas relativos à higiene, à nosologia, ao regime de águas, ao clima e à topografia, tanto de Ouro Preto quanto da localidade a ser escolhida para nova sede do governo favorecem a definição e a compreensão do processo que resultaria na fundação da nova cidade.

As pesquisas de Célio Horta ¹³³ e de Heliana Salgueiro apresentam os aspectos geográficos considerados nos sítios dos locais candidatos pela *Comissão d’Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital*, coordenada pelo engenheiro Aarão Reis, em 1893. Para o primeiro autor, os estudos consistiram em: configuração topográfica; posição geográfica; formação geológica do solo e do subsolo para a avaliação do grau de fertilidade (assegurar o abastecimento agrícola) e a facilidade de construção e edificação (disponibilidade de matérias-primas); condições de hidrologia e hidrogeologia (além da quantidade e qualidade das águas); situação da ligação ferroviária (através da viação estadual e federal) e custo econômico mínimo. Para Heliana Salgueiro, foram levantados dados sobre as características

¹³¹ FERREIRA, Cícero. *Higiene. A Capital*, Belo Horizonte, anno I, n. 18, 04/06/1896. p. 2.

¹³² SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *Op. Cit.* 2008. p. 111.

¹³³ HORTA, Célio Augusto da Cunha. *Origens espaciais e históricas de Belo Horizonte*. In: BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. *BH Verso e Reverso*. Belo Horizonte: 1997.

do clima; nosologia (epidemias e moléstias comuns); sistema de esgotos e de coleta e transporte de lixo; recursos de vida (comércio e indústria); iluminação pública e particular; viação urbana e suburbana, condições bacteriológicas e de potabilidade das águas ¹³⁴. Além disso, sobre as facilidades de edificação foram analisadas as condições de desapropriação dos moradores.

Todos os estudos realizados podem ser justificados pela iniciativa positivista ¹³⁵ da *Comissão d'Estudo* na busca pela afirmação do empreendimento como um trabalho científico bem elaborado. As informações coletadas em cada local foram trabalhadas estatisticamente no intuito de se assegurar a cientificidade do estudo em consonância com a religião positivista, valorizadora do rigor científico.

¹³⁴ SALGUEIRO, Heliana Angotti. Op. Cit. 1997, p. 151.

¹³⁵ As influências positivistas sobre os membros dessa Comissão, que também integraram a Comissão Construtora da Nova Capital, serão desenvolvidas ao longo desse capítulo, mais especificamente durante a segunda parte.

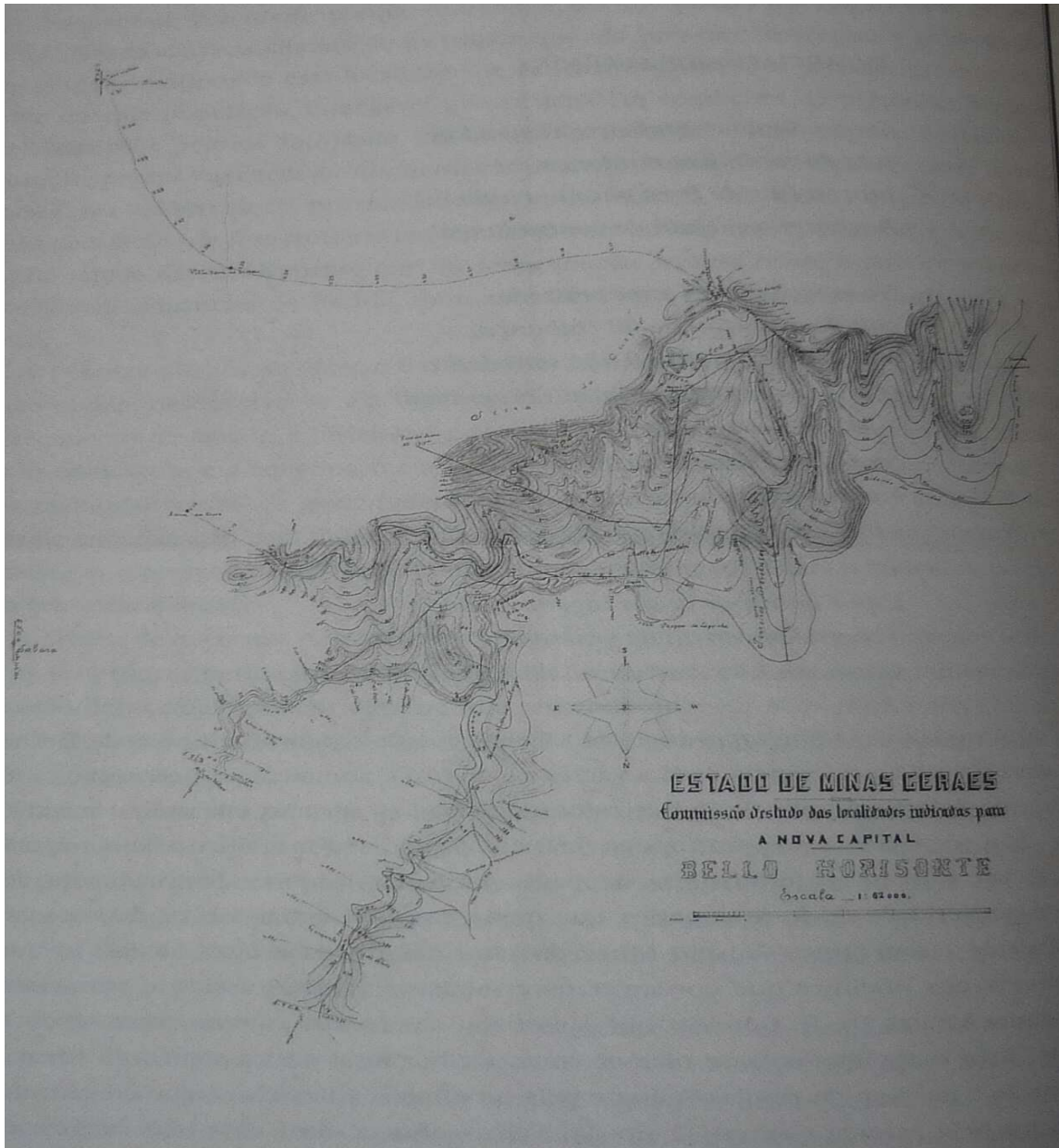


FIGURA 10: Planta do Arraial de Belo Horizonte desenhada pela Comissão d'Estudos das Localidades indicadas para a nova capital, 1893. In: BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. História Antiga e História Média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. v. 1. p. 398.

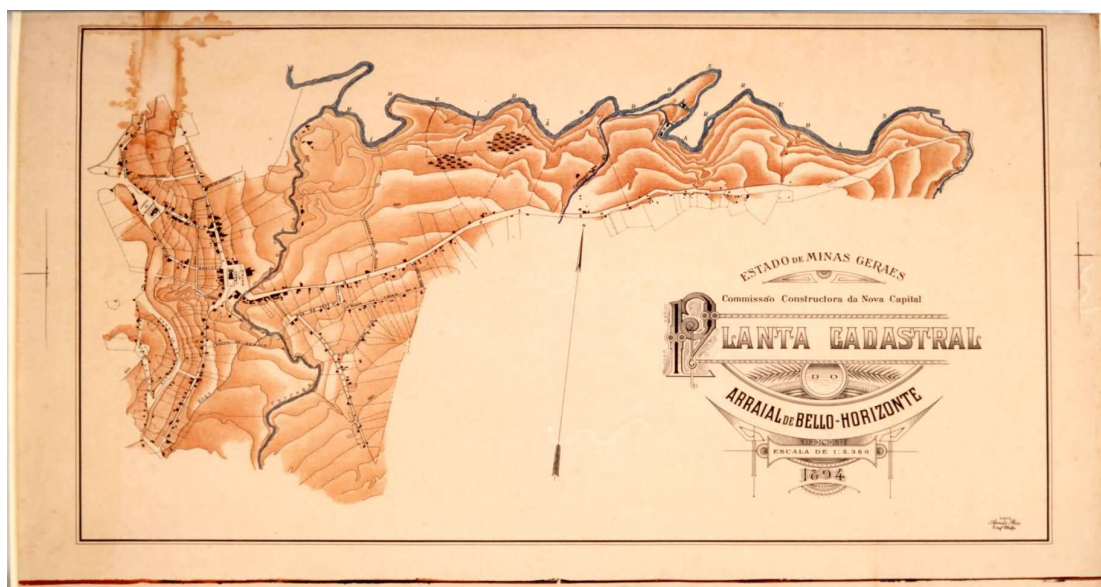


FIGURA 11: Planta Cadastral do Arraial de Belo Horizonte. Planta do arraial com identificação de ruas, becos, lotes, edificações e trechos dos córregos: da Serra, do Cardoso, do Acaba-Mundo e do Arrudas. Responsável: Aarão Reis. Belo Horizonte. 1894. Coleção Comissão Construtora da Nova Capital. Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte.

O acirramento do debate estabelecido para a escolha entre dois sítios foi amenizado pelo engenheiro Aarão Reis que, ao se basear no menor custo de implantação, escolheu Várzea do Marçal como a melhor localidade interligada às demais zonas e que representava o centro de gravidade do Estado. No entanto, para Célio Horta, essa decisão do engenheiro aparentemente não considerou os aspectos de estratégia político-econômica principalmente porque se a nova capital fosse instalada em Várzea do Marçal, tanto o desequilíbrio interno do Estado quanto as ameaças de separatismo poderiam ser agravados.

Durante a reunião do Congresso Constituinte, duas emendas ao artigo da transferência que determinava a transferência foram apresentadas a fim de modificar o parecer da Comissão favorável à instalação em Várzea do Marçal. A primeira, encabeçada pelo deputado Domingos Viotti, indicava Barbacena como localidade para sediar a nova capital. Já a segunda, encabeçada pelo deputado José Pedro Drummond, propunha a indicação de Belo Horizonte para funcionar como sede administrativa do estado. Durante os debates, os deputados que representavam a segunda emenda justificaram sua defesa com base nos estudos higiênicos realizados, por José Pedro Drummond e pela Comissão, nas cinco localidades analisadas (ver figura 11). O deputado Drummond fez uma longa exposição analisando os estudos da Comissão e reiterou sua posição lendo um trecho do relatório de Aarão Reis em que este afirma:

O único obstáculo que se pode apresentar contra a mudança da capital para Belo Horizonte é não estar ainda a localidade servida por uma via férrea que a ponha em comunicação imediata com todos os pontos do Estado de Minas e com os grandes centros e portos principais da República. (...) Por essa

forma será Belo Horizonte um ponto forçado da grande artéria, que tem de ligar o norte com o sul da República e o ponto central das ramificações para todo o litoral e para as repúblicas do Prata e do Pacífico; perfeitamente de acordo com plano da viação geral e estadual, fica assim evidente, como dissemos na primeira parte deste relatório, que a mudança da capital para esta localidade oferece maior soma possível de vantagens aos interesses agrícolas, industriais e políticos do Estado de Minas, considerados em conjunto. (...) Se na atualidade a Várzea do Marçal representa melhor o centro de gravidade do Estado e acha-se já ligada por meios rápidos e fáceis de comunicação com todas as zonas, daqui há algumas dezenas de anos, Belo Horizonte melhor o representará, de certo, e mais diretamente ligada ficará a todos os pontos do vasto território mineiro ¹³⁶.

Não só a questão da centralidade, mas também as condições climáticas e as possíveis endemias *horizontinas* foram colocadas em debate no Congresso. O deputado Drummond fundamentou suas críticas aos políticos anti-mudancistas que afirmavam ser Belo Horizonte uma região endêmica do bócio. Segundo ele, a idéia de que os índices de bócio eram altos entre a população do arraial era falaciosa e havia sido rechaçada tanto pelo relatório médico da Comissão quanto por sua própria análise na região de Belo Horizonte. Assim, “se não procede o argumento em relação ao bócio, fica *ipso facto* destruído, e de sua conseqüência, o cretinismo, até porque o próprio Dr. Pires de Almeida em seu relatório diz que lá só encontrou um cretino” ¹³⁷.

Dessa forma, como decorrência desses estudos e embates e dos interesses regionais, a maioria de deputados optou pela escolha do Curral del Rei. Mesmo morando em Ouro Preto, sendo pessoas relacionadas à monarquia e não acreditando na possibilidade de erguer a capital no distante e pobre arraial no prazo de quatro anos, como estipulava a lei, os antimudancistas votaram a favor do Arraial do Curral d’El Rei para ver o projeto republicano não dar certo. Ouro Preto sofria críticas por parte da inteligência construtora da Nova Capital, sobretudo por representar a irracionalidade das formas e o povoamento desordenado, características incompatíveis com os ideais urbanísticos daquele momento. Ao ter suas intenções frustradas, o grupo antimudancista assistiu à promulgação da lei que designava Belo Horizonte como o local onde seria inaugurada a capital de Minas, e também à criação da *Comissão Construtora da Nova Capital* (ver figuras 12 e 13), em fevereiro de 1894, que organizaria o plano definitivo da nova cidade e empreenderia obras para a construção da Cidade de Minas, a ser oficialmente inaugurada em 12 de dezembro de 1897.

A divisão de poderes já estabelecida entre as regiões de Minas Gerais fornece o panorama político em que ocorreu uma conciliação entre as regiões mais influentes política e economicamente, como Sul e da Mata, e as regiões menos influentes, do Centro, e que resultou no consenso responsável pela realização do sonho republicano de suplantação da barbárie representada pelos períodos imperial e colonial.

¹³⁶ REIS, Aarão. Relatório da Comissão d’Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital. Citado por DRUMMOND, José Pedro. Discurso. MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. *Anais do Senado Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1893. In: BARRETO, Abílio. Op. Cit. 1995. v. 1. p. 419-420.

¹³⁷ Idem. p. 423.



FIGURA 12: Grupo da Comissão Construtora da Nova Capital. Ao centro Aarão Reis, engenheiro chefe da Comissão Construtora, portando a planta da Cidade de Minas. Autoria Aldo Borgatti. Belo Horizonte. 1894 – 1895. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital. Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte.

Ao considerar o que foi discutido até aqui, pode-se conceber o Relatório da *Comissão d'Estudo* como um documento que representa as ambições republicanas e modernas de garantir a união geográfica e a mobilidade territorial para a ligação entre o sul e o norte do estado, tendo como centro organizador dessa ligação, a Nova Capital mineira. Nesse Relatório, que ainda não é o plano da cidade, mas que a pensa como moderna, salubre e civilizada, a nova capital aparece como centro capaz de promover uma integração da rede viária do estado e do país, posteriormente. Como todo processo de fundação é contrário à idéia de continuidade histórica, a cidade a ser construída deveria “implicar a tábula rasa da aglomeração existente, a antítese com a imagem da cidade antiga que ela substitui”¹³⁸.

Para além do sonho progressista republicano, dos problemas econômicos mineiros, o processo de construção e de desconstrução da historicidade da fundação de Belo Horizonte, está envolvido pelo discurso higienista, preconizador do saneamento e da saúde urbana. Esse discurso permaneceu como elemento motivador e justificador do processo de construção da Nova Capital, bem como no processo de formação social de Belo Horizonte. Como afirma Menezes, “planejar a cidade (especialmente a cidade capital) é tanto planejar o território quanto planejar a sociedade”¹³⁹. Dessa forma, ao se relacionar à economia, à vida social e ao futuro das nações, o discurso higienista seguiria como emblema da capital mineira durante seu planejamento e construção.

¹³⁸ SALGUEIRO, Heliana Angotti. Op. Cit. 2001. p. 158.

¹³⁹ MENENES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Prefácio. In: SALGUEIRO, Op. Cit., 2001. p. 10.

2.2. “Higiene, elegancia e embelezamento”: a construção de Belo Horizonte

A expectativa pela conquista do progresso estadual mineiro expressa nos discursos políticos e jornalísticos, desde a retomada do grande debate relacionado à transferência da sede da capital, evidencia a euforia criada em torno da construção e da inauguração dessa cidade. As idéias de progresso e de civilização ligadas diretamente ao processo de modernização do Estado de Minas Gerais, mencionadas anteriormente, possuíam uma base ideológica muito forte, que procurava legitimar, perante a sociedade, a expectativa de sucesso desse empreendimento.

Os periódicos que circularam no momento de construção da cidade constituem-se como fontes fundamentais para a análise das descontinuidades das idéias dos diferentes grupos que compunham a cidade. As maneiras de ver a realidade, materializadas e representadas nas notícias e nas crônicas jornalísticas, eram responsáveis pela construção discursiva e ideológica da nova cidade principalmente porque difundiam idéias, práticas e condutas nas regiões diretamente afetadas pela transferência.

A construção discursiva realizada sobre a cidade de Belo Horizonte desde antes de sua construção como cidade real e concreta concebia sua existência como motivo de orgulho para os mineiros e tentava assegurar confiabilidade ao regime republicano recém-instituído. Esse aspecto, mencionado ao longo do desenvolvimento da pesquisa, contribuiu para a formação de enorme expectativa quanto aos benefícios trazidos pela nova capital. Entretanto, nem todas as expectativas em torno da cidade eram semelhantes, especialmente entre aqueles indivíduos e famílias que tiveram de deixar o seu lugar de origem, suas habitações, para dar lugar aos novos prédios públicos e privados que seriam erguidos pela CCNC no antigo arraial. Os discursos pró-modernização de Minas Gerais conquistaram a oposição de pessoas comuns e também de lideranças tradicionais do antigo arraial, como o Padre Francisco Dias¹⁴⁰. O pároco da Matriz de Boa Viagem apresentou-se como um legítimo defensor do cenário de prosperidade e modernidade a ser erguido com a capital desde que o estado respeitasse “as práticas costumeiras da vida dócil e trabalhadora do povo mineiro, fiel às duas instituições basilares da cultura local, família e religião”¹⁴¹. Para ele,

(...) salvando-se raras exceções, pensamos que ninguém trocaria o rebuliço, agitação e carestia de hoje pelo remanço, tranqüilidade e barateza de outr’ora! É que os homens são naturalmente amantes do progresso, e a elle propensos; e todos vêem que dessa ebulição, [...], que hoje põe em revira voltas o velho Curral d’El-Rei, e novo Bello Horizonte, (...) dêem breve

¹⁴⁰ Foi vigário da matriz da Boa Viagem, catedral do arraial do Curral Del Rei, único prédio de arquitetura colonial que permaneceu até a década de 1930 em meio a uma onda austera de demolições. Foi também diretor do *Bello Horizonte*, primeiro jornal da capital. Escreveu *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*, obra em que conta a história do arraial e da inauguração da capital.

¹⁴¹ SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. Tradição e modernidade na construção da nova capital mineira: o Padre Francisco Martins Dias e os “Traços Históricos e Descritivos de Belo Horizonte”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VI, ano 3, no. , dezembro de 2008. p. 120.

espadanar, como por encanto, a novíssima e brilhante Minas, com suas bellezas, com seus atractivos e com suas riquezas ¹⁴².

Suas crônicas referiam-se aos anseios de substituição do antigo pelo novo, da tradição pela modernidade. Segundo ele, “nos últimos dias da monarquia, foram aqui levantados em plena rua os sediciosos gritos de – Viva a República! – e não há muito trocado o antigo nome de Curral D’El Rei pelo de Belo Horizonte, para apagar de vez tudo o que a trono cheirasse ou a rei se referisse” ¹⁴³.

O processo de transferência e construção da capital estimulou a produção de uma significativa gama de textos a respeito da construção da cidade. A intensa atividade da imprensa tanto na região de Sabará quanto na região de Belo Horizonte era responsável pela repercussão das notícias locais, das decisões do governo estadual e da situação da nova capital. Aparentemente, essa intensa atividade literária contribuiu positivamente para a confirmação da idéia de que a construção da nova capital se fazia necessidade prioritária no processo de modernização estadual, bem como favoreceu a formatação de um cenário de êxito socioeconômico decorrente do estabelecimento da cidade.

Os primeiros dias de trabalho da CCNC no arraial foram descritos e relatados por figuras que podem ser consideradas representantes da sociedade mineira, e estavam, portanto, em consonância com as idéias republicanas de progresso e modernização discutidas até agora. O processo de afirmação de Belo Horizonte como a nova capital havia sido iniciado ainda nos debates da Assembléia Constituinte e continuado durante a construção da cidade. A realização do empreendimento mais divulgado do Estado comprometeu a estabilidade do arraial onde passaram a se estabelecer, além de migrantes interessados na novidade, os membros da CCNC.

O episódio das desapropriações no arraial permite constatar que os engenheiros e os arquitetos da CCNC obtiveram, facilmente, destaque perante os habitantes do arraial que deveria ser destruído para dar lugar às obras da nova cidade. A consequência de uma posição social privilegiada de seus técnicos diante da comunidade impossibilitava qualquer forma de contestação ao saber científico que eles representavam. O imaginário popular corrompido pelos louvores dedicados à ciência e à técnica representada pelo saber acadêmico embasava as transformações advindas da construção da nova cidade.

A atitude calma e resignada dos moradores do arraial diante das desapropriações empreendidas pela Comissão teria contribuído, de acordo com o padre Francisco Dias, para a rapidez e o sucesso desse processo. Para o vigário, houve uma relação de compra e venda entre o Estado (representado pela Comissão Construtora) e o povo, não havendo prejuízo a nenhuma das partes envolvidas ¹⁴⁴. O prazo de um ano foi dado para as famílias procurarem

¹⁴² DIAS, Padre Francisco Martins. *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro e Xerox do Brasil, 1997, p. 34.

¹⁴³ DIAS, Francisco Martins. Apud: SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. Op. Cit. p. 125.

¹⁴⁴ DIAS, Padre Francisco Martins. Op. Cit. p. 87.

outro local para viverem, o que acarretou a fixação de parte da população em zonas mais afastadas do arraial, onde posteriormente seria instalado o setor suburbano da nova capital.

O processo de desapropriação e de destruição física do arraial, com a demolição das casas e com o desaparecimento de suas ruas produzia uma ruptura na ligação entre o lugar e seus habitantes. Essa ruptura, associada à destruição da memória do antigo arraial, representa a busca dos construtores por uma nova memória convergente com a cidade em construção. Para Marcelina Almeida, os membros da CCNC, durante a realização de obras que concluiriam o processo de construção da cidade, ignoravam a população, vista como “atrofiada e fraca, sem cores, nem alegrias”¹⁴⁵ com o intuito de cumprir as regras da racionalidade, de ordenação do espaço urbano e da higiene. A obediência a esses preceitos favoreceria a fundação de um novo espaço republicano onde imperariam o progresso e a modernidade.

O relato de Abílio Barreto, diamantinense que se tornou jornalista e historiador da nova cidade, permite o conhecimento do impacto sofrido pelo arraial desde o início da incursão desses técnicos. Inicialmente, o pequeno povoado encontrado pelo jornalista o deixou decepcionado. Seus relatos são abrangentes e abarcam desde a construção das primeiras ruas e avenidas, a existência das cafuas e barracões de zinco, as favelas (Morro da Estação e Leitão), a chácara que originou o Parque Municipal, a ausência de iluminação pública e as ruas sem pavimentação até a falta de conforto e o alto custo de vida do povoado. Um trecho de seus textos refere-se às primeiras transformações decorrentes do início das obras:

Pareceu-me incrível. O que via diante de mim era um imenso desfilar de carroças puxadas por animais amestrados naquele trabalho, indo e vindo ao longo de extensas esplanadas, no meio de uma nuvem de poeira vermelha, era uma infinidade de turmas de operários a trabalhar de chaula e picareta, ao pé dos barrancos, derribando barreiras, enchendo e despejando carroças de terra, desaterrando aqui, aterrando ali, esplanando acolá; eram animais girando em torno das amassadeiras de olarias e estas em plena atividade, na fabricação de tijolos e telhas; eram carretões e carros de bois rechinando ao peso dos grandes carregamentos de madeira e outros materiais; era um pandemônio, enfim, a área de terra em que se preparava a futura Capital. E todo aquele trabalhar vertiginoso e incessante desenvolvia-se no meio e em torno de casas velhas do antigo arraial e por entre milhares de cafuas e ranchos cobertos de sapé ou de zinco, salpicados por toda parte, desordenadamente¹⁴⁶.

Nesse mesmo ambiente que remete aos espaços onde eram produzidos e reproduzidos os hábitos coloniais se encontrava a figura do cronista Alfredo Camarate, jornalista do periódico *Minas Gerais*, que produziu na série *Por montes e vales*, publicada durante o ano de 1894, relatos sobre os costumes, a vida, “as belezas e os defeitos do arraial de Belo Horizonte”¹⁴⁷. Em 5 de abril de 1894, Camarate, sob o pseudônimo de Alfredo

¹⁴⁵ Relatório da Comissão d’Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital. In: ALMEIDA, Marcelina das Graças. A catedral da Boa Viagem de Belo Horizonte: fé, modernidade e tradição. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *BH, horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ARTE, 1996. p. 251.

¹⁴⁶ BARRETO, Abílio. Aspectos de Belo Horizonte, em fins de 1895, vistos pelo autor deste livro ao chegar. In: BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Op. Cit. 1997, p. 16

¹⁴⁷ BARRETO, Abílio. Op. Cit. 1995. vol. 2. p. 95.

Riancho, comentava suas reflexões a respeito dos habitantes, do clima e da salubridade de Belo Horizonte. Camarate afirmava

Por muito pouco que eu entenda de higiene da alimentação, conheço ainda o suficiente dessa ciência querida e explorada dos franceses, para que possa asseverar, sem medo de engano ou de cochilo científico, que um regime permanente de feijão, arroz com algumas raras surtidas de carne-de-vento, não pode levar ninguém a ostentar faces rubicundas e bochechudas de camponês minhoto, que recheia e alaga o estomago com carne, frutas e generoso vinho. (...) Portanto, a palidez e magreza dos filhos cá da terra é enfermidade (se é enfermidade) mui fácil de corrigir, e, neste caso, é que está aplicada acertadamente a sentença de um célebre médico, que profetiza que, para séculos vindouros, a higiene há de completamente substituir a medicina. Mas nem me parece que haja necessidade de aconselhar paternalmente este povo para que se alimente devidamente; o exemplo dado na maneira de viver dos outros será o suficiente para acabar, pela raiz, com esse enfezamento artificial; como o exemplo do viver dos ingleses, franceses e alemães transformou completamente a mesa dos habitantes do Rio de Janeiro, que, observados por mim durante o espaço de vinte anos, provam que lhes foi fácil e agradável trocar pelas honestas entoações do vermelho, a cara de desmamar criança que possuía outrora!¹⁴⁸

O olhar positivo sobre os problemas da aparência dos habitantes do arraial remete essa análise ao discurso de José Drummond analisado na primeira parte desse capítulo. A expectativa de que a higiene poderia, para além da atividade médica, assegurar a saúde dos habitantes do arraial procurava rebater as críticas dos anti-mudancistas de que a localidade eleita pela Assembléia Constituinte e escolhida pelos técnicos da CCNC era imprópria para a construção da cidade mineira moderna. Camarate seguia seus comentários na tentativa de desmentir aqueles que acusavam o arraial de Belo Horizonte de produzir papudos contra o ideal de progresso inscrito na modernização do estado,

Reservei para fecho a magna questão do *bócio*, ou mais popularmente dos *papudos*. Tenho encontrado talvez uns 15 ou 20, e isto nas grandes aglomerações que tem produzido as festas da Semana Santa. (...) Enquanto a mim, que não tenho pergaminhos para afiançar que o *bócio* provem da falta de iodo nas águas, ou de seu excesso de magnésia, creio, por intuição, que o *papudo*, pelo menos aqui, é um fruto da mais requintada sobriedade de boca e da mais contrastadora falta de recursos da mais comezinha higiene! E para o *bócio*, ao menos para o *bócio* daqui, também me parece que, se ele existe propriamente nesta zona, será estancado e paralisado pela conquista que a civilização inerente a uma grande capital há de realizar neste magnífico pedaço da terra brasileira¹⁴⁹.

Essa concepção vigente no final do século XIX de que a higiene poderia favorecer, por meio da confirmação e do aprimoramento científico dos hábitos civilizados nas sociedades em progresso, a constituição de sociedades saudáveis, muito mais do que influenciar,

¹⁴⁸ CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho]. Por montes e vales. *Minas Gerais*, Ouro Preto, 1º. Abril, p. 1-2, 1894. Apud, BARRETO, Abílio, Op. Cit. pp. 98-100.

¹⁴⁹ Idem.

fundamentava o processo de modernização da capital do estado e, principalmente, o planejamento dos técnicos envolvidos nos trabalhos da CCNC. De acordo com Heliana Salgueiro, Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão e responsável pela elaboração do plano de Belo Horizonte, embasava seus estudos urbanísticos na produção acadêmica internacional, principalmente a francesa. A maior parte do que foi planejado para a nova capital teria sido inspirado em intervenções realizadas em cidades estrangeiras como Washington, La Plata e Paris. A reforma urbana desta última cidade, realizada durante a segunda metade do século XIX, produziu um modelo de urbanização baseado nas diretrizes do barão George Haussmann, mentor da reforma, e influenciou a concepção higienista da CCNC. Nesse sentido, os estudos efetuados por Reis, sobre o tratamento de esgoto e de águas pluviais, além de questões relativas ao saneamento e ao uso de águas purificadas na agricultura, evidenciam a fundamentação e a apropriação do modelo parisiense.

A influência do modelo haussmaniano ¹⁵⁰, para Berenice Guimarães e para a historiografia é inegável no projeto de construção de Belo Horizonte. O urbanismo do barão francês inspirou Aarão Reis na organização administrativa da CCNC e na autonomia que ela deveria gozar durante sua gestão, devendo a orientação técnica prevalecer sobre a política ¹⁵¹. Se houvesse qualquer direção política repleta de interesses e indiferente aos critérios técnicos e científicos da obra, o desempenho da Comissão seria prejudicado. Assim como Haussmann, que elaborou o projeto de Paris obedecendo às orientações de Napoleão II, Reis também recebeu do governo as diretrizes mais gerais que deveriam orientar o projeto da nova capital, contidas na lei no. 03, adicional à Constituição Estadual de 1891. Mas, reservou-se o direito e a autonomia de dar-lhes o formato técnico que desejava.

Entretanto, o modelo haussmaniano não estava sozinho. Para Aarão Reis não bastava apenas um modelo arquitetônico, principalmente porque considerava extremamente importante a tarefa de responder e solucionar as diversidades e as complexidades urbanas. As técnicas de L'Enfant ¹⁵² foram apropriadas e contribuíram para a inclusão de uma dupla malha ortogonal no planejamento da área urbana da cidade, o que evidencia uma tentativa de priorizar a ordem, a harmonia, a simetria e a monumentalidade do novo traçado urbano a ser inscrito no território mineiro. Dessa forma, pode-se corroborar a opinião de Heliana Salgueiro de que Aarão Reis buscou o que havia de melhor nas propostas urbanísticas de diversos autores discutidos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e tentou inserir suas descobertas no projeto de Belo Horizonte. Sua planta, ao revelar a pluralidade das leituras e dos modelos dos membros da CCNC, funcionava como uma montagem de citações que incluía a concepção da cidade ideal de Charles Fourier, as realizações de Alphand em Paris, combinando-se, em sua trama dupla regular, ao quadriculado com diagonais da parte central de La Plata ¹⁵³.

¹⁵⁰ Antes mesmo de influenciar as reformas urbanas de Pereira Passos no Rio, no início do século XX, a urbanização de Haussmann se fez presente, pela primeira vez, em 1893, em Belo Horizonte, pelo projeto de Aarão Reis. Porém, há uma diferença que separa esses modelos: nas duas capitais, brasileira e francesa, o projeto se destinou à transformação de um espaço já construído; mas na nova capital mineira ele funcionou como base para a construção de um novo espaço.

¹⁵¹ GUIMARÃES, Berenice Martins. Op. Cit. p. 128.

¹⁵² L'Enfant trabalhou na concepção do plano de Washington.

¹⁵³ SALGUEIRO, Heliana Angotti. Op. Cit. 1997. p. 162.

A ausência de padronização no ritmo dessas apropriações possibilitou suas reescritas dentro de cada tempo e de cada cenário urbano particular em que se inscrevia a modernidade. Embora essa modernidade fosse acolhida e almejada ao mesmo tempo, e conservasse “pontos comuns inscritos em sedimentação longa e complexa”¹⁵⁴ sua imposição foi historicamente diversificada e adequada a cada caso. A transferência de modelos entre continentes e entre realidades históricas tão distintas demonstra a existência de uma forte relação entre os gestos dos profissionais e dos administradores que ocorria entre práticas e representações, entre tensões teóricas expressas tanto em periódicos e projetos quanto nos canteiros de obras.

A fundamentação no pensamento sansimonista e no positivismo que Aarão Reis fornece aos seus estudos preliminares e ao traçado do plano da cidade estreita as relações culturais entre a França e o Brasil. A veiculação dessas idéias na Escola Politécnica do Rio de Janeiro aliada aos estudos de José de Magalhães, autor dos projetos de arquitetura da CCNC e ex-aluno da Escola de Belas Artes de Paris, confirma a apropriação dos modelos e dos métodos franceses bem como sua adaptação aos canteiros de obras do país.

O espaço de origem institucional, ou seja, o lugar de fala dos membros da CCNC proporcionava a esses técnicos a capacidade de produção de diagnósticos e de soluções urbanas similares aos projetos estrangeiros. A noção de lugar de fala, segundo José Luiz Braga não se limita à compreensão do lugar de inserção socioeconômica do locutor. Mas

Trata-se antes de um espaço socialmente construído de modo polêmico – através das respostas (de ordem material, afetiva ou simbólica) que os participantes de uma determinada circunstância na sociedade tentam construir para enfrentar e elaborar o seu mundo. Assim, os discursos elaborados – tanto nas relações interpessoais como na dimensão da reprodutibilidade técnica – não são apenas emanção ou reflexo do “estar na sociedade”. Mas, antes, instrumento material da construção desse estar. Ou seja: a resposta que dou a um problema é que me situa perante esse problema¹⁵⁵.

Nessa perspectiva, o discurso desses sujeitos institucionalizados pode ser concebido como um discurso capaz de materializar a ideologia republicana da higiene. Os discursos científicos se articulavam à ideologia da higiene na medida em que contribuía para uma formação discursiva sobre a salubridade. Esta seria responsável pela regulação da referência à interpelação dos indivíduos, institucionalizados ou não, em sujeitos de seus discursos e concederia permissão a esses sujeitos falantes, situados na conjuntura histórica do *fin de siècle*, para se posicionarem a respeito do sentido a dar às palavras proferidas no discurso universal da salubridade. Porém, nessa formação discursiva específica não havia uma linguagem única para todos os sujeitos enunciadorees. O que ocorria era a existência de

¹⁵⁴ SALGUEIRO, Heliana Angotti. Op. Cit. 2001, p. 26.

¹⁵⁵ BRAGA, José Luiz. Comunicação e Sociabilidade: lugar de fala. In: *GERAES – Revista de Comunicação Social*, Minas Gerais, n. 2, 1º. Semestre, 1995, p. 2-10.

diversas linguagens em uma única ¹⁵⁶, conformadora da ideologia higiênica dentro de um campo representacional social e urbano.

A partir disso, as especificidades do caso mineiro implicavam na necessidade de formulações de projetos que estivessem voltados para a interpretação dos problemas relativos ao saneamento urbano e à saúde pública brasileira. Estes problemas estavam diretamente relacionados à conjuntura social e econômica brasileira de então e eram considerados e interpretados, de maneira atenciosa, pelos planejadores de Belo Horizonte. Os fatores condicionantes distintos da ambiência urbana francesa em que foram realizadas as reformas eram marcados pela ausência de um efetivo processo de industrialização, pelo fim da escravidão e pela tentativa de atração de mão-de-obra para a lavoura. Esses fatores, abordados no primeiro capítulo, fundamentavam o processo de modernização e também o “anseio de inserção do Brasil no rol das nações civilizadas (como projeto elitista e não de inclusão social)” ¹⁵⁷ que integraria e consolidaria a nacionalidade.

A sintonia estabelecida entre as reformas urbanas européias e a elaboração de um espaço completamente novo no coração das Gerais, representa tanto a identificação entre os termos civilização e salubridade, discutida no primeiro capítulo, quanto a crença expressa no aparato técnico-científico. A ordem social e a garantia do bem-estar apareciam como necessidades cuja responsabilidade de execução havia sido imputada aos campos da ciência e da técnica. Nesse sentido, a ciência, sob a matriz ideológica da medicina e das normas veiculadas pelo urbanismo recém-institucionalizado funcionaria como “um instrumento capaz de oferecer soluções seguras e legítimas para uma reestruturação não apenas da dimensão física da cidade - o saneamento e a produção – mas ainda de sua dimensão social” ¹⁵⁸ representada na planificação das ruas, na construção dos prédios públicos e particulares, na localização de cemitérios, de mercados, de matadouros, e até mesmo no uso feito dos espaços públicos.

A concepção da higiene como um código de medidas profiláticas que reúne as “causas capazes de enfraquecer o organismo humano (theatro incontestável de lutas incessantes entre os infinitamente pequenos e o homem) e simultaneamente as medidas necessárias para entorpecer-lhes a acção” ¹⁵⁹ pode ser analisada a partir da consideração do lugar de fala dos sujeitos institucionalizados na CCNC. O desenvolvimento de suas idéias a respeito da importância da salubridade como base social capaz de garantir melhores condições de saúde para os indivíduos remete ao próprio desenvolvimento das pesquisas no campo científico cuja expressão mais conhecida é a teoria microbiológica de Pasteur. Esse processo de transformação técnica das pesquisas científicas proporcionou novas formas de conceber os espaços e de esclarecer quais eram as reais causas das doenças. A confusão causada pela teoria dos miasmas foi sobreposta pela teoria francesa que apresentou as bactérias como “as

¹⁵⁶ BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Op. Cit. p. 49.

¹⁵⁷ SILVEIRA, Anny Jacqueline Torres. Op. Cit. 2008. p. 94-5.

¹⁵⁸ Idem. p. 95.

¹⁵⁹ ESTADO DE MINAS GERAIS. Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora. Rio de Janeiro: H.A. Lombaerts, 1985. p. 18.

causas capazes de enfraquecer o organismo humano” de que fala Cícero Ferreira no relatório da CCNC.

É justamente nesse ponto onde os discursos sobre a higiene apresentam a mesma matriz que eles têm a possibilidade de se repetir e de mobilizar diálogos, embates, encontros. Por serem dialógicos e polissêmicos, os discursos proferidos sobre a higiene não podem ser pensados como discursos hegemônicos, mas como representações que expressam as reconfigurações de palavras, de idéias sanitárias e de teorias médicas específicas. O argumento aqui desenvolvido é corroborado pela própria fala de Cícero Ferreira que afirma ser o estudo higiênico de Belo Horizonte um estudo atento aos elementos naturais que estão diretamente ligados à coletividade: o solo, o ar e as águas. Para ele, esse estudo contribuiria de forma significativa para a verificação de quais medidas profiláticas deveriam ser implantadas no terreno do arraial de Belo Horizonte para “o bem estar da futura população da Nova Capital” e para a garantia da salubridade local.

A Comissão Construtora da Nova Capital foi constituída basicamente pelos mesmos membros da Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital. A direção da Comissão, em um primeiro momento, ficou sob a responsabilidade do engenheiro Aarão Reis e seu quadro de funcionários era composto por cinco engenheiros civis, um médico higienista, um desenhista, um auxiliar administrativo e cinco auxiliares técnicos. A maioria dos técnicos atuantes na Comissão, havia se formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a distribuição funcional dos mesmos compunha seis divisões técnicas ¹⁶⁰ estreitamente dependentes do gabinete de Aarão Reis, o que demonstrava a centralização com a qual o engenheiro administrava a Comissão.

Dentre essas divisões, Silveira relaciona duas diretamente à questão higiênica. Para ela, a 4ª Divisão, responsável pelos serviços de geodésia, topografia e nivelamento, construiu diversos equipamentos ¹⁶¹ urbanos na área suburbana com a finalidade de conservar a salubridade urbana. Já a 5ª. Divisão cumpria o mesmo objetivo, ao executar as obras de abastecimento de água e do sistema de esgotos em edifícios públicos e particulares, canalizando as águas pluviais e drenando o subsolo. Dessa forma, a CCNC poderia

velar pela assistência pública, protegendo a população contra as moléstias, fornecendo medicamentos e amparando os operários desprovidos de recursos nos casos de moléstias graves e de acidentes de trabalho, a inspeção dos gêneros alimentícios, a administração do matadouro, do serviço de imigração, limpeza pública, cemitério, iluminação, extinção de incêndios e higiene pública ¹⁶².

¹⁶⁰ São elas: 1ª - Administração Central; 2ª - Contabilidade; 3ª Escritório Técnico; 4ª Estudo e Preparo do Solo; 5ª Estudo e preparo do Sub-solo e 6ª Estudo e preparo da Viação, das Edificações, das Instalações Elétricas e Trabalhos Acessórios.

¹⁶¹ Eram eles: “matadouro, forno de incineração, cemitérios, mercados e lavanderias, além de calçamentos e do parque”. In: SILVEIRA, Anny Jackeline Torres.Op. Cit. 2008. p. 114.

¹⁶² BARRETO, Op. Cit. vol. 2. p. 342 e 583.

Nessa perspectiva, além da centralização administrativa, Berenice Guimarães caracteriza a primeira fase da Comissão como cientificista e utópica, na qual a racionalidade técnica impõe-se sobre a política. A Comissão Construtora estava diretamente subordinada à administração estadual e, além de ter sido responsável pelo gerenciamento da construção da nova cidade, regulou a administração do Arraial, desde seu desligamento do município de Sabará até a inauguração da capital em 1897.



FIGURA 13: Chefes das divisões da CCNC. Autoria Raymundo Pinto. Belo Horizonte. 1897. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital. Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte.

Dentre as representações que constituem os documentos da CCNC, os textos produzidos aliados aos objetos e aos dispositivos materiais funcionam como veículos das teorias e dos imaginários profissionais de seus membros. A longa duração em que se inscrevem essas representações porta, segundo Heliana Salgueiro, um “espírito do tempo” múltiplo e particular¹⁶³ em que foi realizada a fundação da nova cidade. O planejamento urbano empreendido por Reis era encarado como um tema global cuja

¹⁶³ SALGUEIRO, Heliana Angotti. Op. Cit. 1997, p. 152.

empresa que propõe fundar se ocuparia, além da questão central do abastecimento regular de água para “usos domésticos, públicos e industriais”, de serviços paralelos de distribuição “para os diversos e variadíssimos usos, determinados pelas modernas exigências da higiene, do conforto e da salubridade”: irrigações de parques e jardins municipais, lavagens de ruas e galerias de esgotos pluviais, provisão para fontes ornamentais, incêndios, oficinas elétricas, lagos artificiais, para exercícios de natação e remo, manutenção de banheiros públicos, estabelecimentos hidroterápicos ¹⁶⁴.

Grande parte dos estudos realizados pela CCNC na localidade do Arraial de Belo Horizonte estava direcionada ao estudo do solo, do clima e da topografia local (Figuras 14, 15 e 16): questões diretamente relacionadas à salubridade local. Ainda em 1896, o médico Cícero Ferreira, um dos técnicos responsáveis por esses estudos, afirmava que a localidade onde era construída a nova cidade era

Um lugar de altitude moderada, de clima quente, variável, seco, largamente ventilado pelas correntes alísias que tornam agradabilíssimas as diferentes estações, onde não existem moléstias endêmicas, abundantemente iluminado e nas condições de se tornar uma cidade digna de nota pela sua salubridade e por suas condições higiênicas ¹⁶⁵.

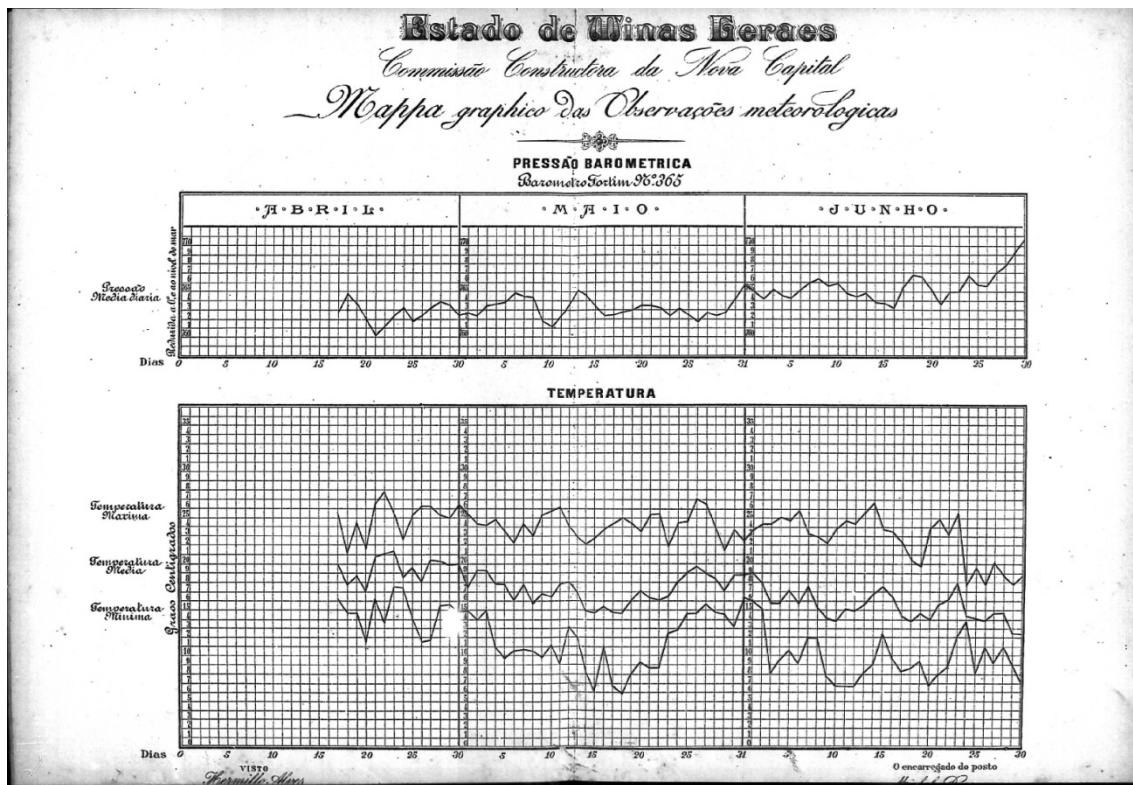


FIGURA 14: Mapa gráfico das observações meteorológicas. ESTADO DE MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora*. Rio de Janeiro: H.A. Lombaerts, 1985. p. 146.

¹⁶⁴ Idem. p. 156.

¹⁶⁵ FERREIRA, Cícero. “Higiene”, *A Capital*, 20 de junho de 1896, p. 1.

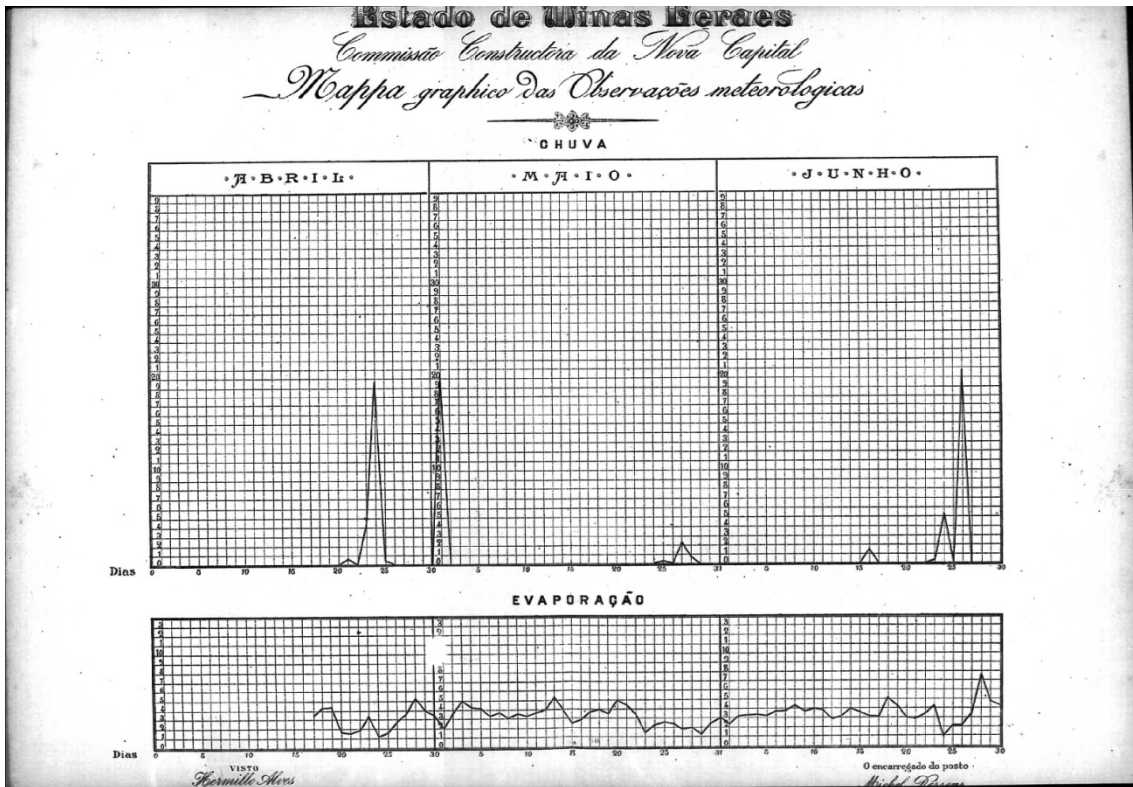


FIGURA 15: Mapas gráficos das observações meteorológicas. ESTADO DE MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora*. Rio de Janeiro: H.A. Lombaerts, 1985. p. 138.

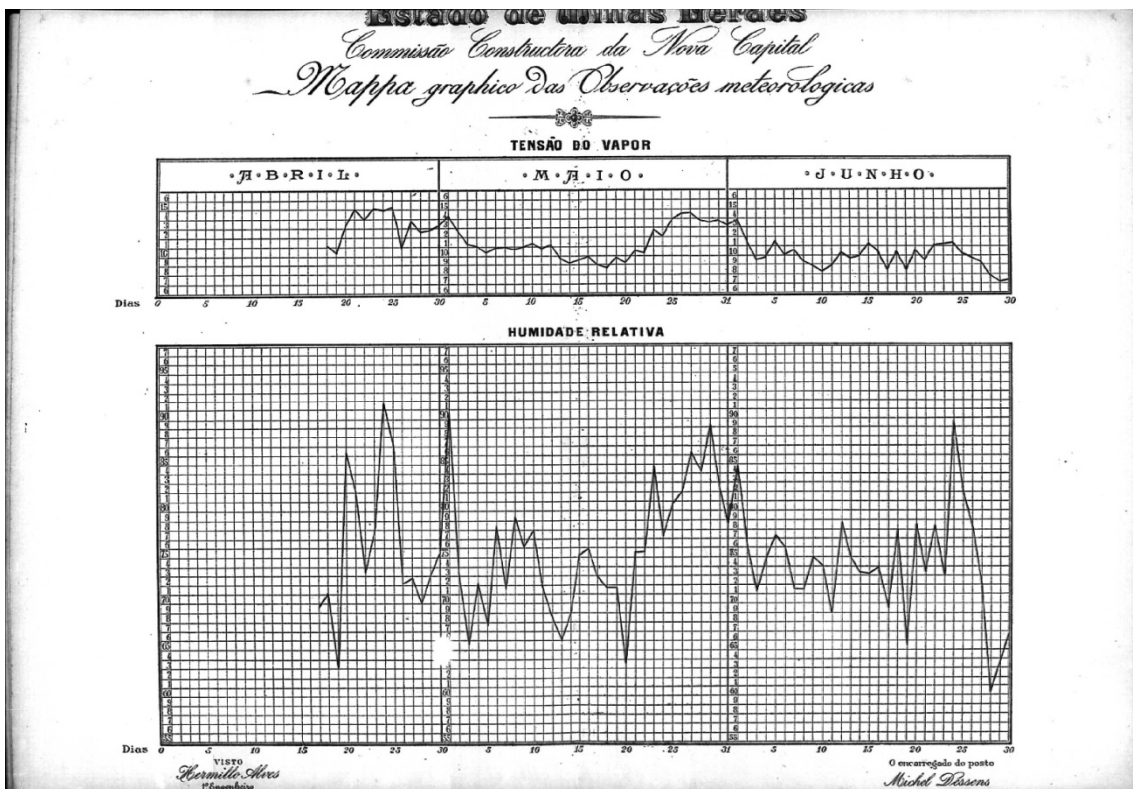


FIGURA 16: Mapas gráficos das observações meteorológicas. ESTADO DE MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora*. Rio de Janeiro: H.A. Lombaerts, 1985. p. 139.

Essas afirmações reiteram o argumento desse trabalho que percebe a higiene como questão fundamental nos projetos da nova capital. A fundamentação científica em valores já experimentados na França definiu as plantas da cidade (ver figuras 17, 18, 19 e 20) que foram apresentadas ao governo do estado, sob o ofício número 26 de 23 de março de 1895. Por meio delas, Aarão Reis organizou o espaço urbano em três setores concêntricos: o urbano, o suburbano e o rural. No ofício, Aarão Reis explicava:

As ruas fiz dar largura de 20m, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação de vehiculos (sic), o tráfego dos carris e os trabalhos de collocacoes (sic) e reparações das canalizações subterrâneas. As avenidas fixei a largura de 35m, sufficiente (sic) para dar-lhe a belleza (sic) e o conforto que deverão, de futuro, proporcionar a população. Apenas a uma das avenidas- que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada a ligação dos bairros oppostos (sic) - dei a largura de 50m, para constituí-la em centro obrigado da cidade e, assim, forçar a população, quando possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém a economia municipal, a manutenção da hygiene (sic) sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos technicos (sic). Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais (sic), e que, de futuro, será uma das mais apreciadas bellezas (sic) da nova cidade. A zona suburbana de 24. 930. 830 m² – em que os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas, e suas ruas traçadas de conformidade com a topographia (sic) e tendo apenas 14 de largura- circundada inteiramente a urbana, formando vários bairros, e é, por sua vez, envolvida por terceira zona de 17. 474. 619 m², reservada aos sítios destinados à pequena lavoura. Para a localização dos primeiros 30.000 habitantes estão reservadas apenas as seções I a VII da área urbana (com 4.395.212 m²), I e VI da zona suburbana (com 3.855.993 m²), compreendidas (sic) todas na faixa determinada por duas linhas paralelas (sic) traçadas pelo eixo das avenidas Christovão Colombo e Araguaya (sic)”¹⁶⁶

A primeira área, a urbana, teve seu traçado estruturado em um sistema retangular¹⁶⁷ sobre o qual se tem um outro, caracterizado por uma rede de avenidas dispostas diagonalmente ao primeiro e mais espaçadas que esse, cuja interação se dá em ângulos de 45°. Essa superposição de diagonais era vinculada à “lógica dos fluxos”, da aeração e da comunicação adotada em Paris e que se difundiu para cidades americanas. O traçado quadriculado, semelhante a um tabuleiro de xadrez, era muito utilizado para as cidades novas nas quais se previa facilidade de loteamento. A atual avenida do Contorno¹⁶⁸, larga e circular, delimitava esse setor e possuía 8.815.382 m² (8,8 km²). Seu espaço foi destinado a importantes equipamentos urbanos e institucionais, como a Praça da Liberdade - centro administrativo da capital, o Parque Municipal - principal centro de lazer, um extenso jardim zoológico¹⁶⁹ e a avenida Afonso Pena, com 50 m de largura; dentre outros.

¹⁶⁶ ESTADO DE MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos*, 1985, vol. 2, p. 59.

¹⁶⁷ Também denominado ortogonal uma vez que as ruas se cruzam em ângulos de 90°.

¹⁶⁸ Inicialmente denominada 17 de Dezembro.

¹⁶⁹ O zoológico não foi implantado por falta de verba, o local é ocupado, atualmente, pelo Minas Tênis Clube e por residências.

A área urbana tinha como objetivo principal a acomodação do aparato burocrático-administrativo do governo e os funcionários públicos oriundos de Ouro Preto. Essa função justifica o planejamento detalhado de sua infra-estrutura constituída por diversos serviços que garantiriam o sistema de abastecimento de água, de esgoto, de eletricidade e de telefone. Seus lotes possuíam a dimensão de 600 m² e previa-se que sua ocupação máxima alcançasse uma população de 30.000 pessoas que se estabeleceriam nos bairros do Centro, Funcionários, Lagoinha e Serra ¹⁷⁰. A intenção de Aarão Reis era fazer com que a infra-estrutura acompanhasse, gradativamente, a ocupação, em prol da salubridade desejada pelo engenheiro e, por isso, a ocupação da cidade iniciada pela área urbana garantiria a execução do plano da cidade realizado por Reis que previa a ocupação de seu espaço do centro para a periferia, alcançando, gradualmente, a estimativa de 200.000 habitantes em toda a cidade.

O plano da cidade previa para o setor suburbano a construção de quintas e casas de campo. Seu planejamento ocorreu de forma mais flexível e caracterizou um padrão inferior de infra-estrutura. A planta de Reis evidencia a diferenciação dos benefícios destinados às diferentes classes sociais da cidade planejada. Para Heliana Salgueiro, a localização dos serviços, realizada por Aarão Reis na planta da cidade, baseava-se na tríade *salubridade, comodidade, embelezamento*, onde foram dispostos ao longo da hidrografia, dispositivos como o cemitério, o hipódromo, o matadouro, a lavanderia municipal, os banheiros públicos, o incinerador de lixo, a estação de tratamento de água e um forno crematório. Além de todos esses serviços previstos para a zona suburbana da cidade, Reis, orientado pela lógica higienista, estabeleceu que os reservatórios de água ficariam distantes dos equipamentos citados e em altitude mais elevada.

A zona rural circundava a zona suburbana e era composta por sítios que deveriam promover, por meio da pequena lavoura, o abastecimento agrícola da cidade. Para Conceição Piló, essa área abrangia sítios hoje conhecidos como Calafate, Gameleira, Barreiro, dentre outras.

A adaptação do traçado geométrico à irregularidade do sítio tornou-se possível graças à necessidade de praticar os códigos modernos da engenharia por meio do remodelamento da paisagem. Ao funcionar como símbolo da mentalidade da época, pode-se considerar a ideologia que movia as pessoas diretamente envolvidas na concepção inicial da capital mais importante do que próprios estudos do terreno para a elaboração do plano. Os preceitos tecnológicos proporcionaram a sensação de controle da natureza e de capacidade inquestionável de remodelação de suas características. A ruptura com a paisagem significava o controle sobre o sítio, a afirmação de superioridade científica perante os “inconvenientes” do antigo Arraial.

As idéias de progresso, modernidade e avanço tecnológico inscritas nas plantas da cidade puderam ser difundidas a partir da mentalidade positivista vigente na escola Politécnica do Rio de Janeiro, base da formação acadêmica de Reis e de outros influentes na conformação

¹⁷⁰ Sobre as alterações do plano original bem como informações sobre outros equipamentos urbanos planejados para a cidade, é importante consultar HORTA, Célio Augusto da Cunha. *Origens espaciais e históricas de Belo Horizonte*. In: BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Op. Cit.

inicial de Belo Horizonte. A planta da cidade permite perceber que se pretendia, claramente, romper com o padrão colonial das cidades brasileiras, simbolizado, principalmente, por Ouro Preto. Célio Horta reflete sobre o positivismo que, além de funcionar como ideologia de sustentação do movimento republicano e industrial brasileiro, quando aplicado ao urbanismo

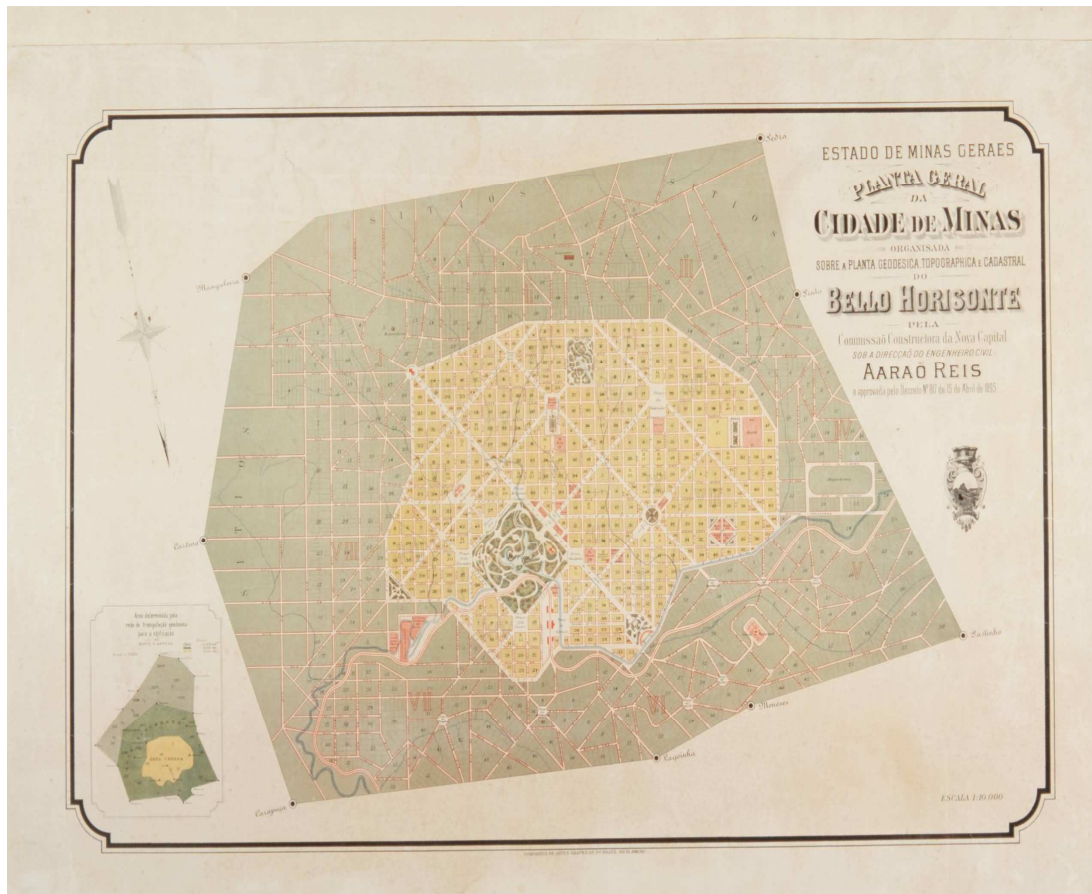


FIGURA 17: Planta da Cidade de Minas. Planta aprovada pelo Decreto 817, de 15 de abril de 1895. Legenda de equipamentos urbanos e de vinte edificações; delimitações das áreas urbanas e suburbanas com as respectivas subdivisões e loteamentos. Responsável: Américo de Macedo. Coleção Comissão Construtora da Nova Capital. Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte.

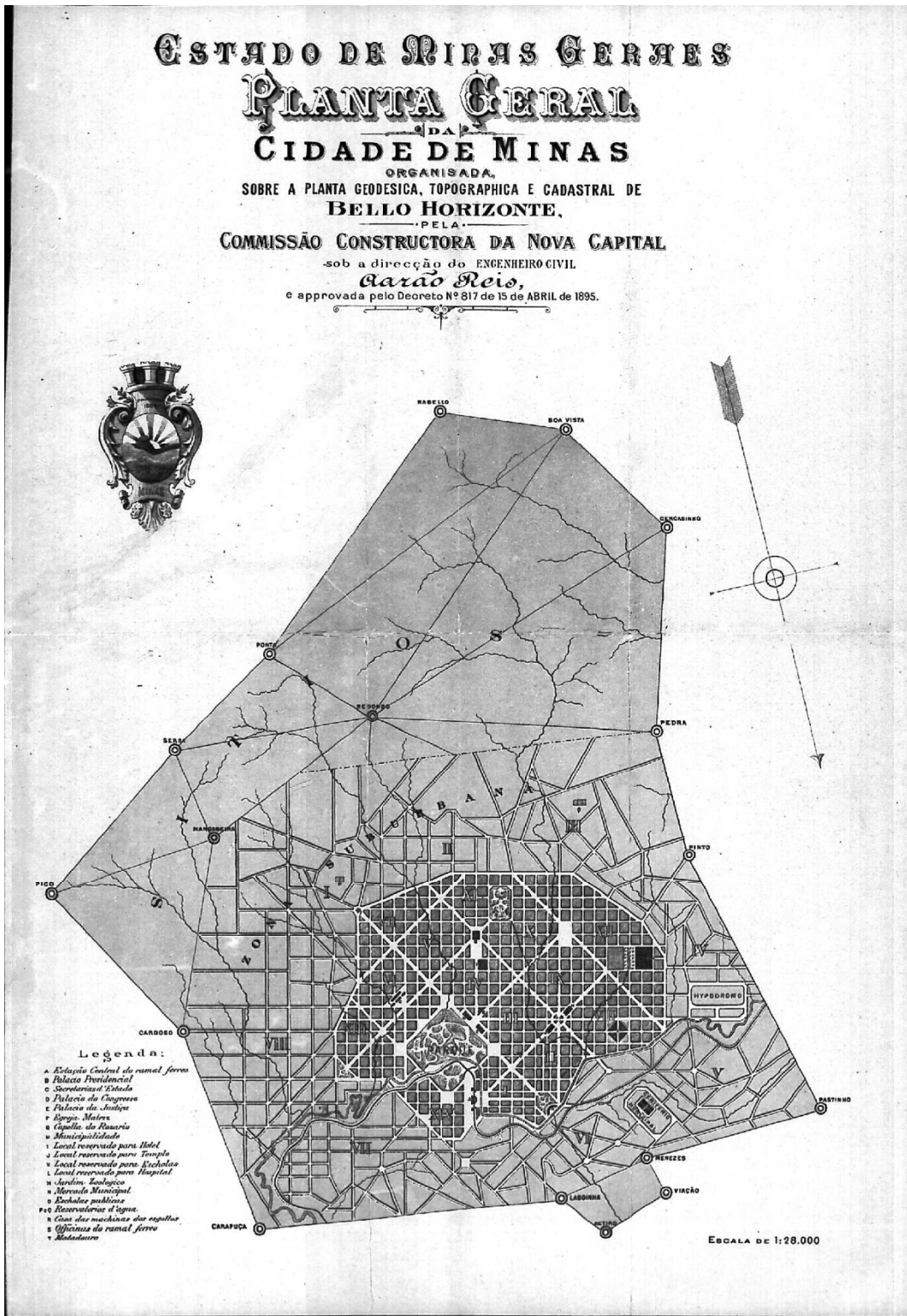


FIGURA 18: Planta Geral da Cidade de Minas. In: ESTADO DE MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Constructora*. Rio de Janeiro: H.A. Lombaerts, 1985. p. 248.

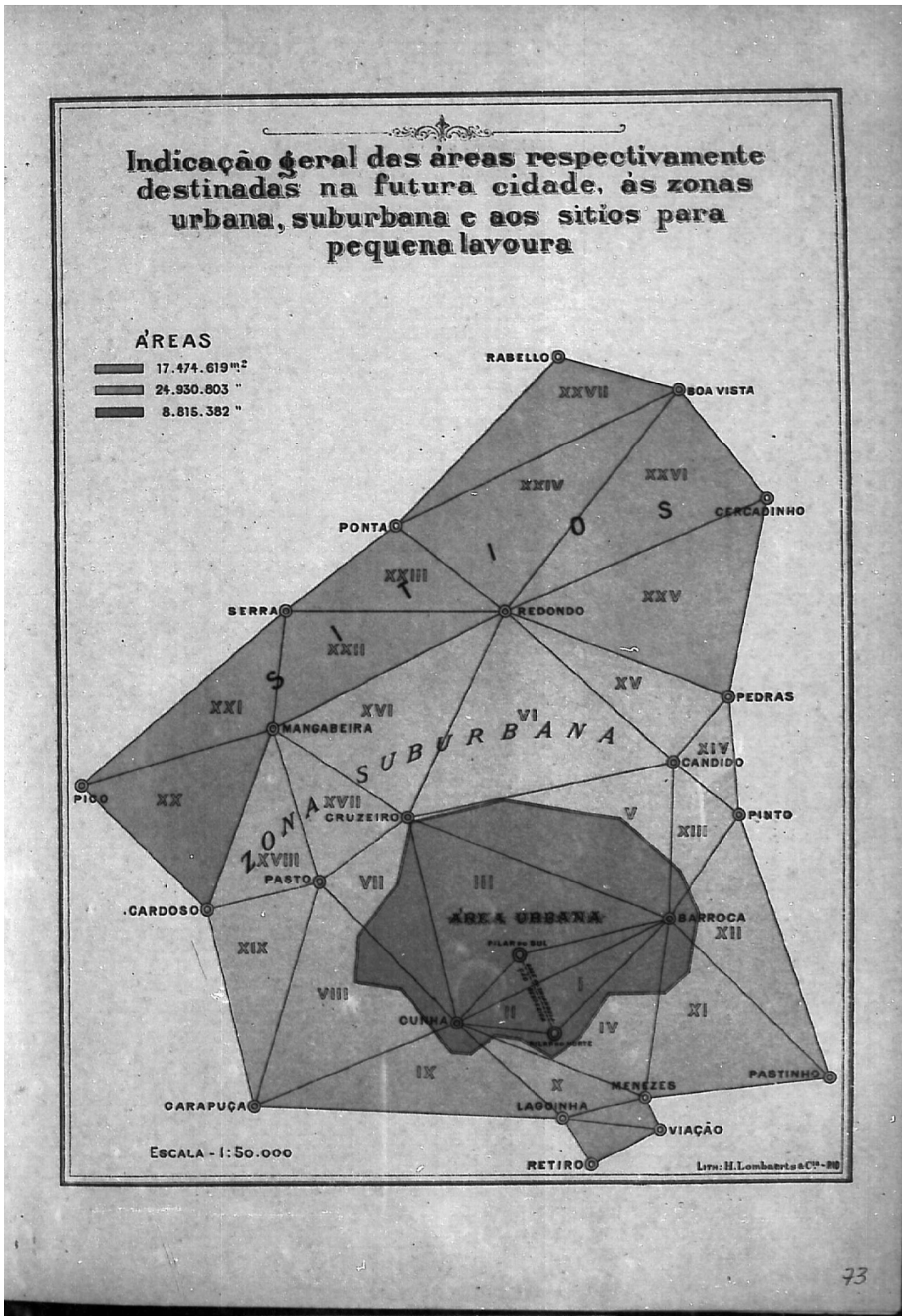


FIGURA 19: Indicação geral das áreas respectivamente destinadas na futura cidade, às zonas urbana, suburbana e aos sítios para a pequena lavoura. In: ESTADO DE MINAS GERAIS. Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora. Rio de Janeiro: H.A. Lombaerts, 1985.p. 73.

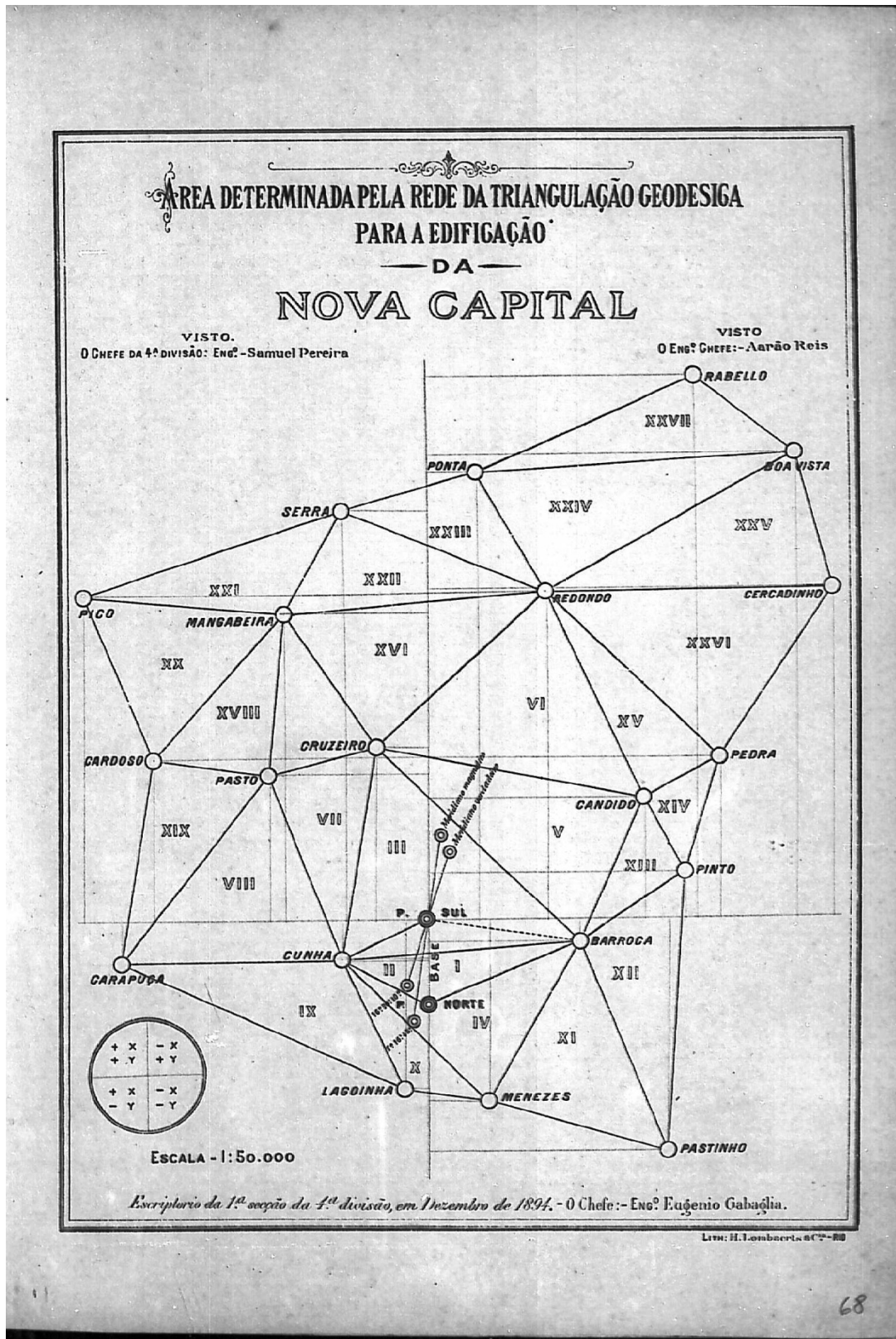


FIGURA 20: Área determinada pela rede de triangulação geodésica para a edificação da Nova Capital. In: ESTADO DE MINAS GERAIS. Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora. Rio de Janeiro: H.A. Lombaerts, 1985. p. 68.

se expressou pelo gosto da medida, da retificação, da ordenação. Assim, foi idealizada uma cidade rigidamente geométrica, funcional, limpa e saudável, constituída de parques e áreas verdes, ventilada e iluminada [...]. O pensamento dominante era de que os valores artísticos e as heranças do passado deveriam ser substituídos por uma arquitetura racional e moderna

¹⁷¹.

A aplicação sistemática da ciência às questões humanas pregada pelo positivismo era recebida por alguns segmentos da elite brasileira - militares, engenheiros, industriais - como uma fórmula de promoção da ordem e do progresso no país, sem que isso, necessariamente, significasse a aceitação da doutrina de Auguste Comte. A prioridade dada pelo positivismo à ciência como instrumento capaz de transformar a realidade e promover a evolução da humanidade teria encantado Reis, mesmo não sendo um freqüentador da Igreja Positivista e nem seguindo seus princípios doutrinários ortodoxos. A visão do engenheiro era a de um humanista que colocava o conhecimento a serviço da sociedade, atribuindo papel decisivo ao Poder Executivo como regulador e incentivador do processo de transformação da realidade.

Para Berenice Guimarães, a execução do projeto pressupunha a existência de um executivo forte, centralizador e moderno, capaz não somente de ser o construtor da cidade, mas também, o planejador de sua capital. Para cumprir esse duplo papel, o governo de Minas deveria modernizar a máquina burocrática e nela introduzir um corpo técnico especializado, o que modificaria sua estrutura. No momento, a modernização era representada pela comissão de construção, composta por técnicos especializados e cuja ação se pautava na racionalidade e no saber técnico. Dessa forma, a afirmação de José Doin e de Fábio Freitas é interessante, na medida em que concebe a importância da conjuntura em que a nova capital mineira foi construída. Para os autores,

Planejada e construída durante a fase áurea do ideal de racionalidade do final do século XIX e início do século XX, Belo Horizonte representa, subjacente a toda a realização arquitetônica e urbanística, um ideal de construção no novo e de ruptura com o passado. O momento histórico de seu planejamento e construção coincide com as décadas inaugurais da República brasileira, lastreada pelo positivismo francês e pela doutrina do belo, que encontra como corolário as reformas de Viena e de Paris, cujos modelos foram transpostos para todo o mundo ¹⁷².

A proposta de organização do espaço urbano de Belo Horizonte empreendida tanto pela CCNC como pelo governo do estado teria, segundo Cynthia Greive Veiga, um sentido pedagógico. Para ela,

¹⁷¹ HORTA, Célio. Op. Cit. p. 85.

¹⁷² DOIN, José Evaldo de Mello & FREITAS, Fabiano Junqueira. Construção e desenvolvimento de Belo Horizonte no imaginário da Belle Époque. In.: *XV Encontro Regional de História*. Seção e Minas Gerais da Anpuh. 2006. p. 2.

inserir Minas Gerais no tempo da história constitui base de uma nova era, pelo estabelecimento de dimensões racionais no tratamento da propriedade, das relações de trabalho, das relações sociais e culturais, um sentido novo da política implicado na tarefa de começar aparentemente do nada, transformar a região em oficina de trabalho e negócios configurando a concretização ideal da dimensão de progresso e de civilidade, no sentido de reeducar as pessoas, reorientar seus caminhos, “acordá-las para a modernidade”. A planta da modernidade traz a marca do redimensionamento material e cultural de uma população, também unindo a perspectiva pedagógica do príncipe (o poder) com os recursos da ciência moderna, objetivando evitar erros do passado e abrindo caminhos para o futuro¹⁷³.

As plantas da área urbana previam a instalação de equipamentos urbanos que, estabelecidos como monumentos, funcionariam como símbolos do poder republicano representados ao longo do traçado da cidade. A Praça da Liberdade era um desses equipamentos e sempre foi alvo de grande atenção do engenheiro-chefe e dos membros da CCNC. A construção do Palácio da Liberdade teve ênfase no projeto da nova capital porque seria nesse imóvel que o presidente do Estado e sua família residiriam. A localização do Palácio do Governo em um dos pontos mais centrais e mais altos da cidade sugere, na opinião de Berenice Guimarães, o compromisso de Aarão Reis com o positivismo. O poder Executivo e a organização da sociedade representavam muito para Aarão Reis e o projeto da cidade deveria refletir suas prioridades. A localização do referido palácio, também pode ser considerada indício da quebra do vínculo religioso que a nova cidade traduzia. No projeto, a Catedral da cidade deveria situar-se no limite da zona urbana, afastada do Congresso e do Palácio, para simbolizar o rompimento entre a Igreja e o Estado.

Em torno da Praça da Liberdade localizavam-se o palácio da Liberdade e as secretarias do Interior, Agricultura e Finanças. Os três prédios, projetados pelo arquiteto José de Magalhães, trouxeram uniformidade para a arquitetura da nova cidade. Outros edifícios, considerados oficiais, também foram inspirados na arquitetura eclética, de aparência afrancesada, como o atual Arquivo Público Mineiro. A negação à arquitetura colonial, legitimada por Ouro Preto, não ficou restrita somente aos edifícios relacionados à administração pública. O estilo neoclássico também foi aplicado às residências comuns, em variadas intensidades¹⁷⁴.

A Avenida Afonso Pena foi projetada como a principal artéria da cidade e homenageia o ex-presidente do estado. A largura peculiar de 50 m, diferente das demais avenidas, contribuiu para ressaltar a grandiosidade pretendida para a cidade bem como para remeter ao padrão das cidades européias que inspiraram o plano belo-horizontino. Ao ligar bairros opostos da cidade, os moradores eram obrigados a passar por ela. Foi assim que Aarão Reis a idealizou e sua importância, desde a Belo Horizonte recém-inaugurada, é indício de que a função original foi desempenhada com sucesso.

O Parque Municipal, cuja infra-estrutura foi projetada pelo arquiteto paisagista Paul Villon, previu uma área de 545.000 m², sendo que desse terreno, 100.000 m² seriam

¹⁷³ VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

¹⁷⁴ A esse respeito ver ESTADO DE MINAS, BH 100 anos: Nossa História. Belo Horizonte, 1996. p. 18.

destinados à instalação de um Jardim Zoológico ¹⁷⁵. De acordo com Heliana Salgueiro, a irregularidade do terreno do Parque e sua proximidade com as ruas organizadas sobre um plano geométrico não constitui um contraste, mas sim um princípio clássico da combinação ordem/desordem presente nas cidades ocidentais do século XIX. Sua inauguração, realizada em setembro de 1897, meses antes da inauguração oficial da cidade, previa ainda as construções de um cassino, de um restaurante e de um observatório meteorológico que não foram realizadas devido à escassez de recursos. Nele foram implantadas duas cascatas, represas, uma ponte rústica, dois grandes lagos, alamedas e ruas, além do plantio de mais de 20 mil mudas de árvores. Ao longo do século passado 67% da área original do Parque Municipal foi redirecionada para outros usos ¹⁷⁶.

Na data de sua inauguração, os obras para a construção da capital mineira não estavam de acordo com as diretrizes do plano de Aarão Reis. Algumas modificações foram empreendidas por motivos a serem analisados ao longo desta pesquisa. Em 1897, Belo Horizonte possuía “500 casas, 38 edifícios em fase de acabamento, como as Secretarias e o Palácio da Liberdade, 4 Palacetes, residências de Secretários e do Chefe de Polícia, Estação e Armazém Ferroviário e uma população de 12.000 habitantes” ¹⁷⁷.

Pouco antes da inauguração oficial da cidade, o periódico local, *A Capital* já confirmava a excelente salubridade da nova cidade, onde não havia incidência de morte relacionada a perigosas epidemias. Em março de 1897, o jornal afirmava que

(...) fossem outras as condições climáticas locais, não seria para administrar que, com tantos elementos morbígenos, Belo Horizonte se achasse a braços, não com uma, porém com diversas epidemias, sem que se pudesse, mesmo assim, acoiar de mau clima, porque essas circunstâncias anômalas seriam, por isso mesmo passageiras, transitórias, e não poderiam influir na constituição médica da localidade ¹⁷⁸.

A inauguração da cidade aconteceu no dia 12 de dezembro de 1897, em meio à realização de festas e à profusão de discursos políticos e jornalísticos que exaltavam a rapidez e a presteza da CCNC e do governo do estado no cumprimento da lei que estabelecia a construção da cidade. O prazo de quatro anos para a inauguração oficial da cidade havia sido cumprido, obedecendo aos preceitos científicos e artísticos do final do século. Em 21 de dezembro de 1897, o periódico *A Capital* saudava o grande empreendimento de modernização do Estado de Minas Gerais:

¹⁷⁵ O Jardim Zoológico, interno ao Parque Municipal, não foi implantado.

¹⁷⁶ Flávio Cerezo apresenta para quais fins e as respectivas datas: “O Parque Municipal perdeu áreas em 1907, para a Diretoria de Agricultura, Laboratório de Análises e Campo Prático de Demonstração; nos anos 10, para o Abrigo de Bondes Santa Tereza e Mercado das Flores; em 1913, para a Faculdade de Medicina e Centro de Saúde do Estado; em 1915, para o forno de incineração de lixo; em 1919, para o América Futebol Clube (que, posteriormente, vendeu o terreno, no qual se instalou um hipermercado); em 1937, para o prolongamento da Rua Pernambuco; em 1949, para o Teatro Francisco Nunes; em 1954, para o IMACO (escola pública municipal); em 1966, para o Orquidário Municipal; em 1971, para o Palácio das Artes; nos anos 70, 80 e 90, houve ainda propostas isoladas no sentido de transformá-lo em estacionamento de veículos para resolver o congestionamento da área central”. Ver: CEREZO, Flávio Lúcio Braga. *Vegetação Urbana, áreas verdes e espaços públicos em Belo Horizonte*. In: PAIVA, Eduardo França (org). *Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997. p. 130.

¹⁷⁷ PILÓ, Conceição. Op. Cit. p. 40.

¹⁷⁸ *A Capital*, 29 de março de 1896, p. 1.

Foi a vitória do progresso contra a rotina; da razão contra o preconceito; da inteligência contra a obsecação; dos que procuravam alargar os horizontes da pátria mineira contra os que tentavam conservá-los adstritos às montanhas que cercam a vetusta Ouro preto, (...) incapaz, pelas suas condições de clima e topografia, de ser um foco de progresso em todas as suas largas manifestações, de desempenhar, enfim, a elevada missão que se destina a uma capital¹⁷⁹.

Nessa mesma perspectiva, o padre Francisco Martins Dias também saudava o esforço das autoridades para inaugurar a capital mineira e a descrevia como metamorfose material que deveria ocorrer, também, em âmbito social e moral:

Belo Horizonte é hoje um contraste de velharias e novidades [...] não diria mal quem [a] comparasse com o firmamento semeado de muitas estrelas, que vão se apagando e desaparecendo ante o brilho das de maior grandeza [...] nada é mais belo, mais poético e mais recreativo do que a observação atenciosa desta sublime metamorfose material. Praza aos céus que sublime, poética e bela seja também a metamorfose social e moral! [...] Quem pensaria [...] que o velho, pobre, humilde e decadente Curral d'El Rei havia de, em tão rápido vôo, elevar-se à altura em que hoje o vemos [...] tendo diante de si um futuro tão risonho e brilhante¹⁸⁰.

Apesar de as atividades econômicas da nova capital terem sido instaladas, gradativamente, à medida que o crescimento populacional as dinamizava, após a inauguração, houve uma significativa diversificação dos setores comerciais e industriais¹⁸¹, grande parte das obras projetadas pela CCNC não foram realizadas. Na época da inauguração da cidade Aarão Reis já estava desligado de sua função de chefe da Comissão Construtora. Após a saída do engenheiro da CCNC ainda em 1895, o plano original da cidade passou por várias modificações. A historiografia que aborda o assunto apresenta a discordância de Reis em relação a pressões políticas que tentaram modificar algumas características do projeto original como a motivação para o pedido de demissão do engenheiro. De acordo com Salgueiro, as exigências políticas, das quais Reis discordava, tiveram início na mudança de presidente do Estado. A significativa autonomia concedida pelo presidente Afonso Pena facilitou o desenvolvimento dos trabalhos executados pela CCNC. Porém, a nomeação de Bias Fortes, político identificado com a elite cafeeira e ansioso por satisfazer os interesses oligárquicos que o haviam eleito, para a presidência de Minas, limitou gradativamente essa autonomia¹⁸². Já para Berenice Guimarães tanto o enfraquecimento da economia cafeeira quanto a conseqüente queda do preço do café no mercado acabaram alterando o equilíbrio e a feição do quadro

¹⁷⁹ *A Capital*, 21 de dezembro de 1897, p. 1.

¹⁸⁰ DIAS, Francisco Martins. Op. Cit. pp. 105-107.

¹⁸¹ Como exemplo, pode-se citar as "serrarias, marcenarias e carpintarias, fábricas de ladrilhos e marmorarias, fábricas de carros e carroças, tipografias, colchoarias, curtumes, olarias e ferrarias, além de fábricas de meias, tecidos, sabão, fundição, fábrica de palhas de cigarros, de cigarros e de fumo goiano". Cf. ESTADO DE MINAS. Op. Cit. 1996. p. 22.

¹⁸² Crispim Jacques Bias Fortes presidiu o Estado de Minas em dois períodos: de 24/07/1890 a 11/02/1891 e depois de 07/09/1894 a 07/09/1898.

político mineiro. A partir desse cenário, alguns arranjos e recomposições foram realizados dentro das oligarquias e produziram concessões que se refletiram no projeto da nova Capital. Dessa forma, “a política “metia o dedo” no reduto tecnocrático, obrigando o governo a reestudar o projeto e pressionando a Aarão Reis a fazer modificações de interesse do arranjo oligárquico”¹⁸³.

A construção da capital esteve diretamente influenciada pelo poder político local cuja importância remete à fase da escolha do sítio e impediu que a decisão dos engenheiros, baseada nos estudos realizados durante cinco meses na região, prevalecesse sobre a decisão do estado republicano. Segundo Heliana Salgueiro Aarão Reis ficou insatisfeito com as solicitações realizadas pelo governo Bias Fortes referentes a modificações em projetos prontos, à redução da dimensão de muitos prédios e do pessoal técnico auxiliar, objetivando minimizar o custo das obras. Tais intervenções estatais aliadas à falta de recursos impediram que Reis concretizasse seus projetos da forma que imaginara: a cidade de Belo Horizonte não poderia mais ser concretizada com a suntuosidade pretendida. Dessa forma, ao governo coube a tarefa de substituir Reis pelo engenheiro Francisco de Paula Bicalho¹⁸⁴ que alterou parcialmente o projeto e caracterizou a segunda fase da Comissão (ver figura 21). Uma vez que a política republicana, engajada com os arranjos oligárquicos e defensora de mais realismo, prevaleceu sobre a autonomia administrativa de Reis, os preceitos cientificistas e utópicos da primeira fase foram substituídos por princípios liberais que modificaram a estrutura da CCNC, fragmentada em dez divisões técnicas.

A partir disso pode-se considerar que a recusa de Reis às intervenções políticas estava diretamente vinculada à sua convicção e formação profissional, e não era resultado de um conflito momentâneo. Nessa perspectiva,

seu papel é de um republicano convicto “a serviço da nação”, que procura, porém, não tomar partido político nas questões administrativas em que é envolvido constantemente – suas declarações comprovam essa posição aparentemente paradoxal, mas coerente com seu pensamento saint-simoniano e positivista¹⁸⁵.

Para o primeiro engenheiro-chefe da CCNC, a ocupação da cidade ocorreria da área urbana em direção à suburbana de modo que a infra-estrutura pudesse ser instalada de forma gradativa. Entretanto, Paul Singer aponta que a dissolução da CCNC, após a inauguração da cidade, favoreceu uma ruptura com os padrões estabelecidos previamente, sendo a zona suburbana a mais prejudicada. Nesse sentido, “o arruamento da área suburbana deixou de seguir as prescrições generosas adotadas pela comissão construtora, a ampliação do serviço

¹⁸³ GUIMARÃES, Berenice Martins. Op. Cit. p. 55-56.

¹⁸⁴ Engenheiro, natural de São João Del Rei, diplomado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1871. Francisco Bicalho chefiou a Comissão Construtora da Nova Capital entre os anos de 1895 e 1898, quando a cidade foi inaugurada. De acordo com Anny Silveira, em 1901 “assumiu o cargo de Inspetor Geral das Obras Públicas da Capital Federal. Em 1903, foi nomeado chefe da Comissão de Obras de Melhoramentos do porto do Rio de Janeiro, delineando o plano de intervenções no porto, cais e armazéns, o prolongamento do canal do mangue e o arrasamento do Morro do Senado”. Cf: SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Op. Cit. 2008. p. 116.

¹⁸⁵ SALGUEIRO, Heliana Angotti. Op. Cit. 1997, p. 132.

de abastecimento de água se fez com canos de diâmetro inferior ao mínimo tecnicamente recomendável, etc”¹⁸⁶.



FIGURA 21: Grupo dos drs. Penna e Bias Fortes. Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital. Belo Horizonte. 1894. Fundo Comissão Construtora da Nova Capital, Belo Horizonte.

A extinção da CCNC reforçou a necessidade de conclusão de muitos projetos urbanos imposta após a inauguração da Cidade de Minas oficializada pelo Decreto Estadual nº 1.093, de 3 de janeiro de 1898. A Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ficou responsável pela finalização de serviços antes inacabados e no mesmo período foi criada a Prefeitura da cidade, pelo Decreto nº 1.088. O Dr. Adalberto Ferraz, ex-membro da Comissão Construtora, foi nomeado, pelo presidente do Estado, o primeiro prefeito da Cidade de Minas. A historiografia comumente concebe a nomeação de um ex-membro da CCNC, de certa forma, como a expressão da influência política adquirida por esse órgão. Porém, Berenice Guimarães concebe esse episódio de forma diferente, já que para ela a Comissão foi transformada em Prefeitura Municipal em 1897 e, estando em consonância com os requisitos políticos vigentes, promoveu várias ações que repercutiram na ocupação gradativa da cidade.

A análise do momento que compreende o planejamento e a construção da nova capital esteve diretamente relacionada à questão da salubridade que determinou, nos planos da

¹⁸⁶SINGER, Paul. Op. Cit. 1968, p. 219.

cidade, seus espaços, suas formas e a maneira como estes lugares deveriam ser ocupados e significados. Porém, o desenvolvimento dos espaços e da sociedade dessa cidade capital ocasionou a extrapolação dos projetos que previam os serviços de saneamento. Embora essa dinâmica urbana embalada pelo crescimento populacional e espacial transgredisse os princípios da higiene como representação social e como ideologia política, os discursos construídos sobre ela continuavam a designá-la e a significá-la como um local salubre.

Nesse sentido, o próximo capítulo discutirá de forma mais aprofundada a maneira como se deu a produção, a ocupação e a significação do espaço urbano em Belo Horizonte com enfoque nas zonas urbana e suburbana.

3.

A higiene e a norma: fórmulas para a constituição de uma bela sociedade

*A urbis está criada, faltando, porém, a civitas*¹⁸⁷.

As reflexões desenvolvidas até o momento permitem afirmar que o discurso higienista e sua prática reforçada e estimulada pelos ideais republicanos tornaram-se, ao mesmo tempo, representação sócio-cultural de uma nação em formação bem como ideologia política do Estado recém-instaurado. A higiene como representação e como ideologia foi praticada em Belo Horizonte, antes, pelos planejadores e administradores de seus espaços urbanos e depois pelos usuários desses espaços. Como foi afirmado anteriormente, a organização do processo de ocupação de seus espaços urbanos – setores urbano, suburbano e sítios - constituía responsabilidade de duas organizações ligadas diretamente ao poder estadual. Primeiro, a responsabilidade recaiu sobre a instituição planejadora dos espaços, a própria Comissão Construtora da Nova Capital que definia, de acordo com os princípios científicos que a orientavam, quais níveis sociais seriam estabelecidos nos ambientes urbanos de Belo Horizonte; e, segundo, a responsabilidade, após a diluição da CCNC, foi imputada à instituição administrativa da nova cidade: a Prefeitura¹⁸⁸ (figura 22), cuja direção era escolhida e nomeada pelo governo estadual. A nomeação de Adalberto Ferraz, membro da CCNC, como primeiro prefeito de Belo Horizonte demonstra essa relação intrínseca e evidente entre as instituições responsáveis pela ocupação do espaço urbano da nova capital e o poder republicano instalado em Minas Gerais.

O momento de criação dessas instituições inscreve-se na modernidade, ambiente que proporcionava aos indivíduos a experiência de viver um tempo de transformações radicais e de rompimento com os laços de uma sociedade que permanecera dentro de moldes tradicionais. A construção de espaços completamente novos, ao contrário da renovação de espaços europeus, deveria refletir o avanço do século e a consonância da República brasileira com a modernidade européia. O processo civilizador e o progresso republicano funcionavam como base para a conformação do discurso higienista que inspirou a transferência, o planejamento e a construção da nova capital mineira.

Nesse sentido, ao governo do estado não bastava planejar a cidade republicana ideal. A ocupação das áreas urbana e suburbana, principalmente, deveria expressar o progresso e o caminho civilizatório percorrido pelo estado no processo de construção do estigma moderno

¹⁸⁷ Declaração de Francisco Sá, ex-secretário de agricultura, por ocasião da inauguração da nova capital. In: BARRETO, Abílio. Op. Cit. vol. 2, p. 752.

¹⁸⁸ A criação da Prefeitura da Cidade Minas ocorreu no dia 29 de dezembro de 1897, através do Decreto estadual número 1.088. Seus prefeitos eram nomeados e demitidos pelo presidente do estado.

que caracterizou a cidade de Belo Horizonte por muitas décadas. A criação de uma cidade moderna e civilizada deveria ser constituída por uma sociedade que, adequada às práticas higiênicas das sociedades civilizadas, representaria tanto a eficácia do progresso da modernização mineira quanto o sucesso do processo civilizatório resultante das transferências de modelos europeus na realidade social brasileira.

A problemática referente à maneira como as instituições republicanas e científicas influenciaram e conduziram tanto o processo de ocupação dos espaços urbanos – realizado por parte das elites e das classes populares, em especial operários empregados na construção da cidade e mendigos - quanto o processo de interação social – por meio da articulação do discurso higienista às práticas de normalização social inerentes à sociedade moderna - nesses ambientes conduz o desenvolvimento das reflexões descritas neste capítulo. O recorte temporal estabelecido para a compreensão do significado da higiene nesse processo de ocupação urbana compreende a primeira década da nova cidade, intervalo que parte da inauguração até, aproximadamente, o final da primeira década do século XX.



FIGURA 22: Sobrado que existiu no antigo Arraial de Belo Horizonte e que abrigou, primeiramente, o escritório da *Comissão Construtora da Nova Capital* e, posteriormente, até 1898, de forma provisória, a Prefeitura de Belo Horizonte. Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Acervo CCNC. Apud: <http://curraldelrei.blogspot.com>

3.1. A cidade praticada: tensões na ocupação espacial da capital mineira

Desde a instalação dos trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital, a garantia da higiene durante a construção e o desenvolvimento dos espaços urbanos de Belo Horizonte, como analisado anteriormente, era uma preocupação constante dos técnicos responsáveis por esse empreendimento. As pesquisas e os assuntos relacionados à questão higiênica da nova localidade estavam sob a responsabilidade do médico Cícero Ferreira, membro da CCNC e futuro diretor de higiene de Belo Horizonte. A adoção de medidas sanitárias que contribuíssem para cercear, desde a origem da cidade, qualquer espécie de doença que pudesse acarretar epidemias e, ao mesmo tempo, que garantissem a oferta de serviços de assistência pública a trabalhadores carentes de recursos, por meio de marcação de consultas, fornecimento de medicamentos e dietas aos indigentes¹⁸⁹, continuou a ser praticada e reforçada ao longo do desenvolvimento da cidade: a divulgação de decretos administrativos e de discursos jornalísticos funcionaria como elemento conformador do discurso sobre a salubridade da capital.

Aliada à questão da higiene, a ocupação habitacional, desde os primeiros trabalhos da CCNC, constituía uma preocupação importante. A edificação de cafuas e barracões que abrigariam os operários envolvidos na construção dos equipamentos urbanos espalhou-se por diversas regiões do arraial. Como a Comissão não apresentava condições de receber um grande número de pessoas e o valor dos aluguéis havia aumentado após a escolha da nova localidade, foram permitidas as construções irregulares do operariado até a inauguração oficial da cidade. De acordo com Francisco Bicalho,

Foi verdadeira torrente de pessoas que se despenhou, dando lugar a um aumento brusco e considerável de população, sem que tivéssemos casas confortáveis para abrigá-la, levantando-se por toda parte, pequenas cafuas e ligeiros ranchos cobertos de sapé, cujo número crescia dia a dia, representando verdadeiros simulacros de abrigo hipotético¹⁹⁰.

As ocupações desordenadas eram inevitáveis e, por isso, eram permitidas pela própria CCNC, estando vinculadas ao processo de desapropriações e de venda dos lotes iniciado antes da inauguração da cidade. A configuração social da parcela da população atingida por esses fatores relaciona-se diretamente ao descumprimento do plano original da cidade, realizado por Aarão Reis, e às novas diretrizes políticas adquiridas pela administração da cidade.

Conforme foi exposto no capítulo anterior, a área urbana da Cidade de Minas foi planejada para abrigar o contingente de 30.000 pessoas e toda a cidade poderia conter, satisfatoriamente, 200.000 moradores. Porém, as previsões da CCNC foram, desde o início,

¹⁸⁹ BARRETO, Abílio. Op. Cit. vol. 2, p. 590.

¹⁹⁰ BICALHO, Francisco. Apud. BARRETO, Abílio. Op.Cit. vol. 2. p. 598.

contrariadas. Ao não prever um local adequado para as classes menos favorecidas da nova cidade o projeto de Aarão Reis não pôde conter o estabelecimento de um considerável número de famílias cujas condições financeiras eram incompatíveis com o estilo de vida imaginado para os futuros moradores da cidade.

A ocupação urbana efetiva foi realizada pelos operários que trabalharam na construção e pelos demais migrantes e imigrantes atraídos pelas novas possibilidades vislumbradas em Belo Horizonte. O alto custo dos lotes impedia que essas pessoas ocupassem a área urbana da capital e foi um dos elementos responsáveis por seu alojamento na parte suburbana da cidade. Grande parte da bibliografia costuma fazer referência a uma precária ocupação por parte da população operária em Belo Horizonte, especialmente durante o período que antecede a inauguração da capital. O jornalista Abílio Barreto menciona a predominância de cafuas ¹⁹¹ (ver figura 34) e barracões de zinco na Favela ¹⁹² e no bairro Leitão, tipos de ocupação já existentes no antigo Arraial e que foram adensadas após a inauguração da cidade, quando inexistia qualquer alternativa de moradia para as classes mais pobres.

Estas circunstâncias inscritas no momento em que a cidade ganhava uma dinâmica populacional considerável relacionam-se diretamente aos motivos iniciais que proporcionaram a ocupação da área urbana: o processo de desapropriações dos moradores do arraial; o significativo contingente populacional atraído para a construção da capital; a venda dos lotes da área urbana e as negociações políticas que influenciaram a ocupação da cidade e beneficiaram determinadas parcelas da sociedade.

Esses processos, de venda e posse dos lotes, relacionavam-se diretamente às regras de higiene estabelecidas pelo estado para a constituição de uma sociedade digna de habitar uma cidade moderna. O decreto número 840 ¹⁹³, de julho de 1895, determinava que os compradores de lotes deveriam fazer, dentro do prazo irrevogável de um ano, o passeio e o cercamento do lote, e seu descumprimento implicava a caducidade da negociação. Entretanto, em 1906, o periódico *A Vanguarda*, conclamava a prefeitura a “estimular novas construções, concedendo favores aos proprietários ou impondo a pena de desapropriação dos terrenos” ¹⁹⁴. O jornal afirmava a má impressão que causavam à cidade “ver, ao lado de lindos e confortáveis prédios, terrenos servindo de viveiros de cobras e capinzal comprometendo a saúde pública” ¹⁹⁵ (ver figuras 23 e 24).

¹⁹¹ Cafuas são habitações miseráveis, feitas de barro, cobertas de capim. Sobre isso ver: GUIMARÃES, Berenice Martins. Op. Cit. p.64-65.

¹⁹² O termo Favela foi, nesse período, utilizado com analogia a um morro de mesmo nome existente no Rio de Janeiro. BARRETO, Abílio. “Aspectos de Belo Horizonte, em fins de 1895, vistos pelo autor deste livro ao chegar”. In: BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Op. Cit, p. 17.

¹⁹³ Decreto número 840, 9 de julho de 1895. In: BARRETO, Abílio, Op. Cit. vol. 2. pp- 406-407.

¹⁹⁴ SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Op. Cit. 2008. p. 114.

¹⁹⁵ *A Vanguarda*, 4 de fevereiro de 1906, p. 1-2.



FIGURA 23: O antigo prédio dos Correios, inaugurado em 1906, foi construído pelo governo federal e funcionava como um dos símbolos modernos da cidade recém-fundada. Fonte: <http://curraldelrei.blogspot.com/2010/05/o-seculo-xx-e-o-inicio-da-consolidacao.html>



FIGURA 24: O Palácio da Liberdade, sede do governo de Minas Gerais, também era considerado um dos símbolos da arquitetura imponente de Belo Horizonte. Palácio da Liberdade. Anos de 1920. Fonte: www.bhnostalgia.blogspot.com

Muitos decretos municipais demonstram a estreita relação entre os regulamentos técnicos e a realização das obras públicas e particulares. Silveira afirma que todo o processo

de edificação, desde “o roçado e limpeza dos terrenos para construção, passando pela fundação, alvenaria, vidraças, esquadrias, até os materiais e revestimentos a serem utilizados nas edificações”¹⁹⁶ eram regulados por decretos dessa natureza. O decreto número 680, de fevereiro de 1894, estabelecia que até as louças sanitárias e seu assentamento seriam submetidas à aprovação dos funcionários da Comissão¹⁹⁷.

Diante disso, é possível perceber a emergência da questão habitacional como necessidade, tanto para as famílias desapropriadas, quanto para os operários estabelecidos na cidade para fins de execução das obras urbanas, cujos prazos de conclusão haviam sido estabelecidos por lei. Muitos habitavam o setor suburbano e o setor rural da cidade, porém uma parcela do operariado se estabeleceu em regiões bem próximas à área central. A proximidade dos canteiros de obras e as dificuldades de transporte impostas aos operários resultavam no aumento do interesse pela zona urbana como região atraente aos operários que buscavam boa localização. A situação foi agravada quando o expressivo aumento populacional de Belo Horizonte foi retomado. De acordo com o padre Francisco Dias, em março de 1894, 2.600 pessoas habitavam o arraial. Em dezembro do mesmo ano, 3.500 já ocupavam o sertão. Entre 1895 e 1896 o número de habitantes pulou para 6.000. Já em dezembro de 1897, data da inauguração, Belo Horizonte possuía entre 10 e 12 mil moradores¹⁹⁸.

Porém, antes mesmo da inauguração, uma pequena parcela representante da classe média, fixou-se na área central da cidade já marcada pela especulação imobiliária. Operários, profissionais liberais, técnicos e comerciantes buscavam trabalho e oportunidade na nova capital¹⁹⁹, embora houvesse uma real crise de moradia que atingia a todos, com maior ou menor intensidade. Aliado ao movimento de desapropriações, o loteamento da área urbana, sucedido pela venda dos lotes, constituiu um processo que influenciou diretamente a ocupação da área suburbana da capital.

A reserva dos lotes indica uma alternativa de expansão imobiliária na área nobre da cidade. Provavelmente, os planejadores imaginaram a ocorrência de uma ocupação muito rápida que tornaria necessária uma reserva oficial de área para uma possível expansão futura. Os lotes doados a indivíduos advindos de Ouro Preto, proprietários de edifícios, pode ser considerado um incentivo complementar a ocupação da cidade, especialmente porque aumentaria a possibilidade de atividades como comércio, indústrias e prestação de serviços. Além disso, representou uma tentativa de afirmação política perante os antimudancistas.

A responsabilidade do poder público sobre o uso e a ocupação do solo urbano favoreceu o estabelecimento de um significativo aparato legislativo que, composto por vários decretos, leis e exigências, aponta os problemas do processo de ocupação dos espaços da nova capital. A ausência de previsão, nas plantas da cidade, de locais apropriados, condizentes com os requisitos da salubridade, higiene e conforto, para acomodação da classe operária, contribuiu para a existência de desafios ao poder público. A leitura das fontes permite

¹⁹⁶ SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Op. Cit. 2008. p. 114.

¹⁹⁷ ESTADO DE MINAS GERAES. Decreto n. 680, de 14 de fevereiro de 1894.

¹⁹⁸ DIAS, Padre Francisco Martins. Op. Cit., p. 10.

¹⁹⁹ GUIMARÃES, Berenice Martins. Op. Cit. p. 55.

afirmar que os idealizadores da nova capital consideravam os operários uma espécie de mão-de-obra fluante, a ser descartada após a finalização das obras. A hipótese de a classe trabalhadora permanecer, juntamente com suas famílias, na cidade planejada para e pelo aparato administrativo do Estado não era cogitada²⁰⁰. Os desdobramentos sócio-espaciais desse problema têm atribuído ao plano da cidade um caráter elitista, segregacionista e utópico por considerável parte dos autores que analisaram esse tema. A resultante disso consistiu na invasão de terrenos na área urbana e na proliferação de cafuas em vários locais da cidade.

Os primeiros bairros humildes surgidos na capital, encobertos pelos prédios de fachadas construídas de acordo com as normas da construção civil, constituíam-se por casas de cômodo, cortiços e cafuas²⁰¹ estabelecidas sem nenhuma infra-estrutura ou qualquer tipo de ventilação. Suas ruas irregulares, geralmente, não ultrapassavam a fronteira da Avenida do Contorno e eram compostas por habitações construídas ligeira e grosseiramente, ocupadas principalmente por operários. A existência desse cenário justificava a imagem de que em Belo Horizonte havia dois cheiros: de um lado, o do mofo das secretarias, e do outro, de água de colônia e álcool²⁰².

Essa imagem da capital mineira muito mais relacionada a uma questão estética do que a uma questão social estimulava a preocupação do poder público com a questão da moradia e da higiene dos habitantes. O comprometimento da imagem moderna e civilizada de Belo Horizonte causado pela existência de cafuas favoreceu a adoção de um conjunto de medidas legais²⁰³ que pretendiam preservar a zona urbana, o “cartão de visitas” mineiro. A representação imaginária do poder público e das elites considerava a insalubridade e a pobreza das cafuas fortes aliadas da desordem e da imoralidade, problemas que manchavam o cenário civilizatório da nova cidade.

Para Daniela Passos²⁰⁴, a presença de duas áreas de aglomeração de cafuas na zona urbana levou o prefeito Adalberto Ferraz, em 1898, a designar o quarteirão 16 da 6ª Secção suburbana (Lagoinha) para ser vendido em lotes aos habitantes provisórios dos bairros do Leitão e Alto da Estação. Esses lotes custariam cerca de 10 réis o metro quadrado e neles deveriam ser construídas casas – sem as mesmas exigências ou restrições com que eram construídas as moradias da zona urbana - que substituiriam as cafuas demolidas.

Já em 1900, a Prefeitura, sob a administração de Bernardo Pinto Monteiro, realizou concessões de lotes a título provisório e gratuito aos operários e proprietários de cafuas na região da Praça Raul Soares e na zona da 8ª Secção do Barro Preto. Para o prefeito,

²⁰⁰ O projeto inicial de Aarão Reis não previu a existência de moradias para os trabalhadores, principalmente porque até 1888 a prevalência do regime de trabalho escravo no país e a existência de senzalas como modelo de moradia desses trabalhadores não suscitava esse tipo de preocupação. Embora existissem iniciativas para encontrar soluções para as residências operárias, elas não eram, ainda, ponto social e político digno de atenção do poder estatal. Sobre isso ver: GUIMARÃES, Berenice. Op. Cit. pp. 71-72.

²⁰¹ Inicialmente, os operários residiam em cafuas, barracos ou barracões desconfortáveis e provisórios, junto às obras. As primeiras moradias temporárias dos operários localizavam-se na zona urbana da cidade: no Córrego do Leitão (no Barro Preto) e na Favela ou Alto da Estação (no atual bairro de Santa Tereza). Ao término das obras, essas casas deveriam ser demolidas.

²⁰² JULIÃO, Letícia. Op. Cit. p.82.

²⁰³ Algumas dessas medidas serão abordadas de forma mais aprofundada na segunda parte deste capítulo.

²⁰⁴ PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A formação urbana e social da cidade de Belo Horizonte: hierarquização e estratificação do espaço na nova Capital mineira. *Temporalidades* – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 1, n.º 2, ago./dez. 2009.

Não sendo fácil aos pobres operários, dignos de todas as atenções do poder público, a construção, na zona suburbana, de casas dos tipos adaptados pela Prefeitura, para construções congêneres, vime obrigado a ceder-lhes, gratuitamente, lotes em ponto afastado, na vasta esplanada que vai ao Calafate, para onde provisoriamente estão sendo transferidos ²⁰⁵.

Apesar disso, o governo estadual incentivou a atração de mão-de-obra mais qualificada composta, principalmente, por imigrantes estrangeiros, para ocupar a cidade. Além das doações de lotes aos ouropretanos, houve um incentivo que visava atrair pequenos agricultores e trabalhadores qualificados. Embora tenha havido preocupação quanto à determinação de um espaço adequado para os trabalhadores agrícolas, o mesmo não ocorreu no caso dos trabalhadores urbanos.

As medidas liberalizantes do governo Bias Fortes intensificou a venda dos lotes urbanos. Ao extinguir gradativamente a CCNC, o governo estadual reduziu as possibilidades de criação e de estabelecimento de projetos habitacionais que assegurassem estabilidade aos operários. Mesmo após a nomeação de Francisco Bicalho como engenheiro-chefe da CCNC, as medidas aprovadas pelo Estado beneficiaram somente os funcionários públicos e os proprietários advindos da antiga capital. Nesse sentido, a ocupação de Belo Horizonte foi marcada pela especulação e pelas negociações irregulares de lotes realizadas pela CCNC ²⁰⁶. A fase liberal da Comissão Construtora transformou este órgão em instituição representante dos interesses do governo estadual, cujos objetivos eram facilitar a fixação da população e estimular o desenvolvimento da cidade como as previsões iniciais apresentaram. Entretanto, muitas das medidas desconsideraram a população operária em prol do aparato burocrático da capital administrativa.

A intensidade com que se desenrolava a dinâmica social da nova cidade atrelada tanto aos problemas gerados por uma ocupação espacial conduzida por interesses econômicos e políticos, como às políticas públicas e urbanas adotadas pela Prefeitura, contribuiu para que a Cidade de Minas se desenvolvesse sócio-espacialmente no sentido contrário ao pretendido por Aarão Reis: a cidade foi ocupada e desenvolvida – não necessariamente com a instalação dos equipamentos urbanos - da zona suburbana para a zona urbana. Essa situação chamou a atenção dos administradores da cidade e favoreceu a adoção de medidas políticas e administrativas bem como a veiculação de discursos baseados na ciência médica que tentariam controlar a ocupação desordenada dos espaços de uma cidade que trazia, em seu belo horizonte, promessas de modernidade e civilidade.

²⁰⁵ MONTEIRO, Bernardo Pinto. Relatório apresentado pelo Prefeito ao Conselho Deliberativo da Capital. Belo Horizonte, 1899-1902. Imprensa Oficial. Apud. GUIMARÃES, Berenice Martins. Op. Cit. p. 97-98.

²⁰⁶ Aos funcionários públicos, foi permitida a aquisição de lotes contíguos aos terrenos doados e o prazo para a construção final das casas foi aumentado assim como o do pagamento do financiamento das mesmas. Setores industriais, como o de materiais de construção, também receberam incentivos, como a concessão de lotes, para edificarem na zona urbana.



FIGURA 25: O traçado da cidade é gradualmente formado. Vista do centro da cidade pelo alto do bairro Floresta, 1900. Fonte: <http://bhnostalgia.blogspot.com>

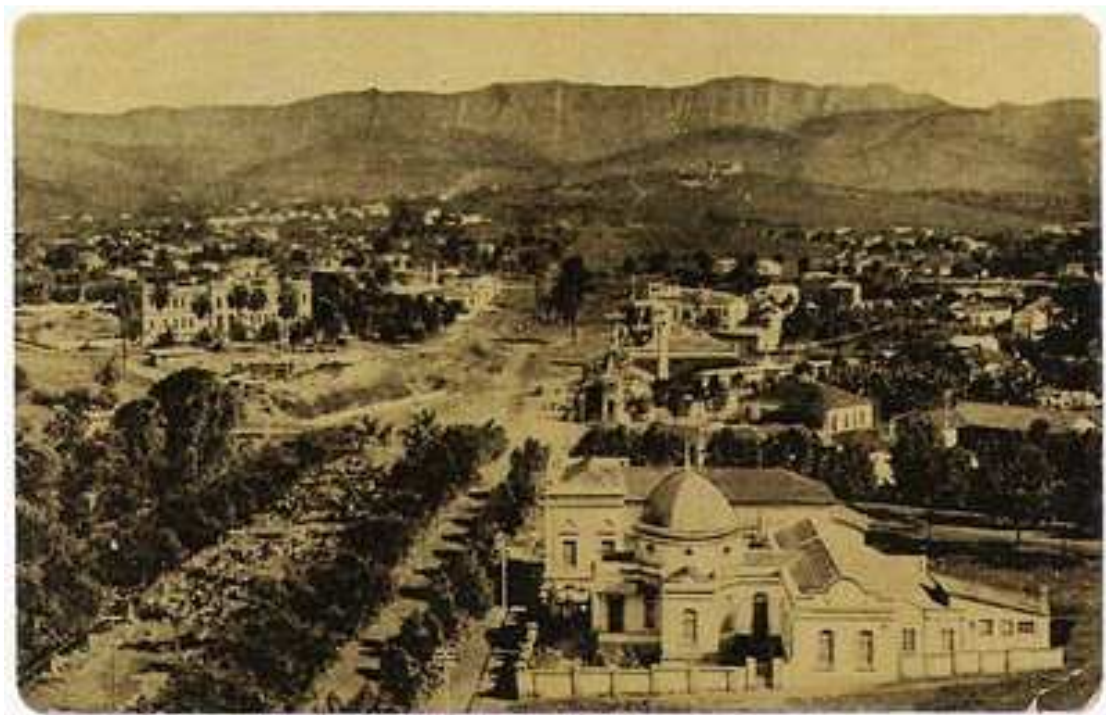


FIGURA 26: A Avenida Afonso Pena, em 1902, principal artéria da cidade ainda em construção. Fonte: <http://curraldelrei.blogspot.com>



FIGURA 27: Ruas largas e arquitetura eclética. Rua Bernardo Guimarães em 1902. Fonte: <http://bhnostalgia.blogspot.com>



FIGURA 28: Antiga Avenida do Comércio, em 1907. Atualmente, rua Santos Dumont. Fonte: <http://bhnostalgia.blogspot.com>

3.2. A promessa de um belo horizonte: a aliança entre a higiene e a norma

A esfera de empolgação e esperança de sucesso do empreendimento republicano mineiro tornou-se, antes mesmo da inauguração da Cidade de Minas, experiência e prática diária para os sujeitos urbanos ali estabelecidos. Os sujeitos institucionalizados - dirigentes e cidadãos republicanos - de Minas Gerais construíram um imaginário hegemônico acerca da cidade com base nas noções de civilidade e de higiene que funcionavam como eixo central de seus discursos sobre a modernidade. Antes e depois de praticarem os espaços da nova cidade, esses sujeitos institucionalizados imputaram, como foi visto até aqui, às classes menos abastadas – inclusive os operários que trabalharam nas obras de construção da capital - a missão de se adequarem, não apenas social, política e economicamente, mas principalmente culturalmente aos novos hábitos e costumes propostos pela ciência médica.

No entanto, a imposição de novos códigos de convivência urbana esbarrava na permanência de problemas sociais originados pela escravidão. A herança da escravidão e os problemas surgidos recentemente pela importação de mão de obra estrangeira dificultavam a superação das desigualdades sociais e econômicas que assolavam a vida da população brasileira em geral. Como solução em curto prazo para esses problemas, os sujeitos institucionalizados mineiros elaboraram políticas públicas e veicularam discursos fundamentados nos códigos de higiene que favoreceram as tentativas de construção de uma cidade habitada por indivíduos civilizados e modernos que deveriam se sobrepôr à formação de uma camada social que não havia alcançado o processo civilizador brasileiro e que dificultavam a definição do novo Estado, da nova nação que se formava.

Em 1895, ainda durante o período de construção da Cidade de Minas, estabeleceu-se no Arraial de Belo Horizonte um serviço sanitário composto pelo Conselho de Saúde Pública, órgão consultivo para questões relativas à higiene e salubridade; pela Diretoria de Higiene, encarregada da execução do regulamento sanitário; bem como por delegacias de higiene e vacinação instaladas nos municípios²⁰⁷. A existência desses órgãos demonstra a continuidade da higiene como problema a ser controlado e administrado pelas autoridades recém-instaladas na nova capital. Após a extinção da Diretoria de Higiene do Estado, em 1898, Cícero Ferreira foi nomeado pelo governador Silviano Brandão como médico da capital, função que incorporava algumas das responsabilidades anteriormente atribuídas ao diretor de higiene.

A partir de 1900, a criação da Seção de Higiene e Assistência Pública da Prefeitura²⁰⁸, chefiada pelo médico Cícero Ferreira, implicou a edição de decretos reguladores das instalações sanitárias, das atividades do matadouro, do funcionamento do cemitério e das atividades da polícia sanitária da cidade. O prefeito Bernardo Pinto Monteiro, que já havia apontado a “superioridade, a excelência e a pureza” do clima da capital - graças à inexistência

²⁰⁷ SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Op. Cit. 2008. p. 124.

²⁰⁸ Decreto n. 1.358, 6 de fevereiro de 1900. Cria a Sessão de Higiene e Assistência Pública da Cidade de Minas. *Minas Gerais*, 7 de fevereiro de 1900, p. 1.

de epidemias infecto-contagiosas na cidade - ²⁰⁹, afirmava a importância do serviço da Seção de Higiene:

Não há serviço mais importante para uma cidade do que o da sua higiene. Todos os povos cultos procuram seguir rigorosamente os seus sábios preceitos. (...) e há os que fazem mui legitimamente da higiene uma verdadeira religião.

Sob tal inspiração lavrou o governo o decreto no. 1.358, de 6 de fevereiro de 1900, criando a Diretoria de Higiene e entregando-a ao médico da prefeitura, sr. Dr. Cicero Ferreira Rodrigues ²¹⁰.

As responsabilidades da Seção de Higiene resumiam-se à

fiscalização e aplicação de toda legislação referente à salubridade e à saúde pública. Limpeza urbana, fiscalização das habitações particulares, coletivas e estabelecimentos comerciais, inspeção da carne, leite e outros alimentos, administração do cemitério, vacinação e revacinação e a vigilância e controle sobre qualquer manifestação epidêmica com autoridade para determinar desinfecções e isolamento de doentes ²¹¹.

A fala do Prefeito Bernardo Pinto Monteiro compara a higiene ao culto e à filiação de indivíduos a uma determinada religião. No entanto, o lugar de fala desse sujeito institucionalizado permite afirmar que a higiene, na nova cidade, deveria ser, assim como uma religião, praticada a partir da fundamentação de um discurso fundador considerado por seus seguidores, irrefutável e soberano às demais alternativas de crença e de comportamento. Nesse caso, o discurso científico fundador, baseado em leis médicas e higienistas, deveria ser adotado e seguido durante o desenvolvimento sócio-espacial de Belo Horizonte, o que passou a justificar a ampliação das atividades da Seção de Higiene em áreas urbanas ocupadas pelas classes populares.

Dentre as atividades relacionadas à salubridade pública, a Seção de Higiene passou a controlar ²¹² a mendicância estabelecida na cidade antes mesmo de sua inauguração. O decreto municipal transcrito abaixo definia as condições impostas pela Prefeitura para

²⁰⁹ PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas*, 1900, p. 39.

²¹⁰ ESTADO DE MINAS GERAIS, *Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas*. 1900.

²¹¹ SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Op. Cit. 2008. p. 128.

²¹² O controle da mendicância se fazia por meio da realização de levantamento demográfico e de estatísticas. O recenseamento de cidadãos existe desde o Império Romano, mas a estatística surgiu apenas no século XVIII, a partir da necessidade de se conhecer, classificar e distribuir os sujeitos imposta pelo pensamento iluminista. Essa prática moderna de classificação científica adentrou o século XIX. Simone Guedes afirma que a palavra “estatística” “tem origem em “Estado” (do latim status), uma vez que o termo foi utilizado largamente pelos homens do Estado (os políticos) e pelo próprio Estado”. No Brasil, desde o Império a prática do recenseamento manifestava a necessidade de se conhecer a população brasileira e de se obter uma base de dados para esquadrihar a emergente nação. Como afirma Simone Guedes, ao conhecer as categorias censitárias, o Estado poderia “apreciar o perfil da população e das moradias, balizando questões que suscitavam medidas de intervenção e de controle social e divisando atitudes preconizadas com o ideal da nação”. Ver: GUEDES, Simone Cordeiro Costa. Op. Cit. p. 31.

obtenção de reconhecimento oficial do exercício regulado da mendicância. O decreto previa que:

Art. 2º. Nenhum indivíduo poderá pedir esmolas, no districto da cidade, sem estar inscripto como mendigo, no livro respectivo da Prefeitura.

Art. 5º. Na directoria de hygiene da Prefeitura haverá um livro para inscrição de mendigos.

Paragrapho único. A inscrição consiste no registro individual e numérico e do nome, filiação, naturalidade, idade, estado, residência, sexo, signaes característicos e quaesquer outros esclarecimentos que, sejam necessários para a identidade do mendigo inscripto e bem assim a declaração do local que a auctoridade policial lhe destinar para estacionar e da data em que se effectuar o registro.

Art. 6º. Feita a inscrição será entregue a cada mendigo:

- 1: Uma placa com a designação “mendigo” e numero da inscripção, para trazer no peito e por fôrma bem visível;
- 2: Um bilhete de identidade, contendo o numero da inscripção, nome, idade, residência e designação do local destinado a estacionar, bilhete este que será assignado pelo Dr. Diretor de Hygiene.

Art. 7º. Nenhum mendigo inscripto no registro poderá implorar esmolas:

- a) Fóra do local que lhe for designado para estacionamento e dos dias marcados para esmolar;
- b) Sem bilhete de identidade;
- c) Sem a placa que se refere o n. 1 do art. 6.; collocada pela fôrma nelle indicada;
- d) Com bilhete de identidade ou placa que não lhe pertençam;
- e) Injuriando ou dirigindo expressões offensivas ás pessoas que não derem esmolas;
- f) Cantando ou fazendo alarido;
- g) Exhibindo chagas, feridas ou deformidades;
- h) Em companhia de qualquer pessoa, salvo de marido ou mulher, de pae ou mãe, ou filhos impúberes, e sendo cego ou aleijado, que não possa se mover sem o auxilio do seu respectivo conductor.

Art. 8º. O mendigo inscripto é obrigado a participar a mudança de residência á Prefeitura, no prazo de 48 horas.

Art. 9º. Os indivíduos menores de 21 annos, encontrados a implorar esmolas, serão presos e entregues ás pessoas a cujo cargo estiverem (...)

213

A adoção dessas medidas tornou-se possível graças à enunciação do discurso higienista que representa a capacidade do poder médico de se apossar do espaço urbano e imprimir-lhe outras marcas do saber científico. Como a articulação entre o discurso higienista e as práticas de normalização social é inerente à sociedade moderna, pode-se compreender o combate à vadiagem e à mendicância descontrolada nas cidades brasileiras, como o caso desse decreto, como prática que formava e reforçava o estigma e o discurso moderno que representava e representou, por muitas décadas, a capital mineira. Além disso, as intervenções sociais por parte do estado remetem à questão do culto, fundamentado cientificamente, do corpo/indivíduo saudável, iniciado ainda no século XIX. Sua admiração representava classes e raças, bem como incentivava preconceitos sociais.

²¹³ Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, aos 28 de dezembro de 1900. Venceslau Braz Pereira Gomes. Decreto no. 1.435, de 27/12/1900. Prefeitura da cidade de Minas. Cidade de Minas, Imprensa Official do Estado de Minas, 1901. Entre os meses de setembro de 1901 e agosto de 1902, 43 mendigos haviam sido matriculados, ao mesmo tempo em que muitos pedidos foram indeferidos, especialmente os casos que não apresentavam os requisitos legais para mendigar na cidade.

Sob o pretexto de conservar a salubridade conquistada pelas elites, o estado brasileiro adotava políticas públicas como o decreto número 1.435, que excluía aqueles indivíduos já marginalizados, social ou economicamente, que não se adequavam ao modelo social civilizado construído pela higiene desde os tempos monárquicos. Fora desse modelo estavam os mendigos portadores de chagas, feridas ou enfermidades; os mendigos que provocavam algazarra ou que injuriavam os cidadãos da cidade moderna. A nova ordem social almejada era produzida pela ordem médica inspirada no higienismo, discutido no primeiro capítulo, e dependia da ação constante dos agentes de normalização instituídos nos próprios órgãos municipais, cujas intervenções disciplinares já haviam sido previstas e reguladas pelo próprio estado.

Jurandir Freire Costa apresenta a atuação higiênica da medicina como uma das estratégias do Estado Moderno que, freqüentemente, se deparava com hábitos e condutas estreitamente associadas à tradição familiar colonial e que resultavam na insubordinação dos indivíduos aos objetivos do estado. Diante desse cenário, a tarefa dos médicos estudiosos da higiene constituía-se pelo empenho em reconverter, além da ordem familiar, a ordem social. A ação política da medicina permitia ao estado caracterizar os mendigos e/ou os vagabundos como anormais, ou seja, como infratores sociais dos códigos de higiene. Esses indivíduos, tratados de forma diferente daqueles que não eram excluídos socialmente, eram entregues aos agentes policiais que os enviavam aos espaços de segregação higienizados como prisões e asilos. Assim, a ordem médica garantia ao estado a produção de uma norma familiar e social capaz de construir cidadãos e sociedades “colocados a disposição da cidade, do Estado, da pátria”²¹⁴.

De uma forma geral, a ascensão do Estado Nacional, no século XIX, permitiu a invasão do espaço da lei pela tecnologia da norma²¹⁵. A substituição de uma por outra bem como a instituição de equipamentos normativos devem-se à urgência de atendimento das demandas políticas estatais que expandiram e contribuíram para o progresso da higiene médica, reconhecida publicamente como valor a ser alcançado e estabelecido dentro de um imaginário construído acerca do processo civilizador brasileiro.

Essa tecnologia da norma²¹⁶ é constituída por fundamentos históricos e políticos inseridos no contexto de consolidação dos Estados Modernos durante os séculos XVIII e XIX. Os dispositivos nela inscritos favorecem sua compreensão teórica porque são formados a partir dos conjuntos de práticas discursivas e não discursivas que agem, à margem da lei, contra ou

²¹⁴ COSTA, Jurandir Freire. Op. Cit. p. 48.

²¹⁵ De acordo com Edgard Castro, Michel Foucault apresenta cinco diferenças fundamentais entre a lei e a norma. Primeiramente, a norma refere-se aos atos e às condutas dos indivíduos a um domínio que é campo de comparação, de diferenciação e de regra; a lei, se refere às condutas individuais definidas por um corpus de código e de textos. Em segundo lugar, a norma distingue os indivíduos em relação a esse domínio que deve ser alcançado; enquanto a lei especifica os atos individuais desde o ponto de vista dos códigos. Em terceiro, a norma mede em termos quantitativos e de valor a capacidade dos indivíduos; já a lei qualifica os atos individuais como permitidos ou proibidos. Em quarto lugar, a norma, ao valorizar as condutas, impõe uma conformidade a ser alcançada e homogeneizada, ao mesmo tempo em que a lei condena. Por fim, a norma define a anormalidade, enquanto a lei só é capaz de definir as condutas aceitáveis ou condenáveis. Ver: CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Tradução: Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autentica, 2009. P. 310. Apud. GUEDES, Simone. Op. Cit. p. 46.

²¹⁶ Jurandir Freyre Costa afirma que ao contrário da norma, a lei “impõe-se por meio de um poder essencialmente punitivo, coercitivo, que age excluindo, impondo barreiras. Seu mecanismo fundamental é o da repressão. A lei é teoricamente fundada na concepção jurídico-discursiva do poder e histórico-politicamente criada pelo Estado medieval e clássico.” Ver: COSTA, Jurandir Freire. Op. Cit. p. 50.

a favor delas, e empregam uma tecnologia de sujeição própria. Essas práticas discursivas, que integram os dispositivos, compõem-se dos elementos teóricos responsáveis pelo reforço, no nível do conhecimento e da racionalidade, das técnicas de dominação. Os enunciados científicos criam esses elementos e os articulam de acordo com as táticas e os objetivos do poder instituído. Já as práticas não-discursivas são constituídas pelo conjunto de instrumentos que materializam o dispositivo, tais como as “técnicas físicas de controle corporal; regulamentos administrativos de controle do tempo dos indivíduos ou instituições; técnicas de organização arquitetônica dos espaços; técnicas de criação de necessidades físicas e emocionais”²¹⁷.

Por meio da combinação entre os saberes disponíveis e as regras de ação prática os dispositivos estabelecem seu poder normalizador, cuja prioridade é prevenir situações indesejadas e criar novas situações no lugar delas. O mecanismo regulador “estimula, incentiva, diversifica, extrai, majora ou exalta comportamentos e sentimentos até então inexistentes ou imperceptíveis”²¹⁸, acarretando na adaptação dos indivíduos à ordem do poder produtor de novas características sociais.

De acordo com o filósofo Michel Foucault, a norma, ao mesmo tempo em que legitima e fundamenta o exercício do poder – porque pretende o poder - carrega em si um princípio de qualificação e um de correção estando sempre relacionada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação²¹⁹. Esse caráter produtivo da norma acarreta em uma tendência da sociedade moderna de tornar hegemônico o modelo ideologicamente construído como normal. Com base no desejo de se definir o que é normal, “criou-se a categoria da anormalidade, o contraponto, ou o antagonismo da figura do normal. Foi nas distinções criadas entre normal e anormal que se tomou o normal como referência”²²⁰.

O indivíduo normal – os cidadãos e habitantes de bem que circulavam pelas largas ruas e avenidas enquanto admiravam os edifícios modernos e ecléticos erguidos na nova capital mineira - era definido a partir de sua adequação aos princípios delimitados por sua inserção emergente no mundo capitalista. O incentivo à adequação dos indivíduos à higienização das relações familiares e à valorização do corpo saudável definia o normal e o ideal na sociedade moderna. O equilíbrio social poderia ser garantido com base nos comportamentos individuais e familiares que não estivessem inclinados aos vícios, à devassidão e à perversão moral. O estímulo à existência de indivíduos úteis – portadores de importantes funções sociais – objetivava produzir mão-de-obra geradora de riquezas para o país e para a sociedade. Essa noção de produtividade, instaurada pela norma, atrelada ao produto histórico das transformações sociais vivenciadas pela mudança de comportamento social e econômico, resultou na necessidade de ampliação do controle social por meio da separação e da distribuição dos indivíduos normais e dos anormais.

Os anseios pela instauração da civilidade na convivência social e no cenário urbano colocavam a sociedade no caminho do progresso. Para que a cidade pudesse estar em

²¹⁷ COSTA, Jurandir Freire. Op. Cit. p. 50.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. p. 62.

²²⁰ GUEDES, Simone. Op. Cit. p. 47.

consonância com os ideais de progresso republicano ela deveria ser higienizada concreta e socialmente, por meio do isolamento daqueles indivíduos que não se adequavam às normas civilizatórias. Estes, os mendigos inscritos e regulados pela Prefeitura em determinadas zonas para pedir esmolas, destoavam dessa lógica da racionalidade moderna e foram identificados pela Prefeitura de Belo Horizonte como indivíduos desviantes, anormais.

A identificação dos habitantes a partir de duas categorias, normais e anormais, potencializou a separação e a segregação espacial dos sujeitos urbanos de Belo Horizonte. Aos grupos sociais desviantes restou a segregação, o controle e a assistência por parte de instituições específicas, como o Estado, a polícia e os asilos. Os discursos legitimadores de práticas de normalização, como o decreto número 1.435, consolidou o processo de institucionalização dos diferentes, dos desviantes da higiene e da modernidade.

Nessa perspectiva, o discurso higienista, ao funcionar como ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos proferidos naquele momento, favorecia, além da interação social, um novo modo de produção social. Ao manifestar uma ideologia da higiene, a linguagem das autoridades não era inocente, natural ou neutra, mas funcionava como o “sistema-suporte das representações ideológicas”²²¹, ponto de articulação/ defrontação entre agentes coletivos, ponto de consubstanciação das relações interindividuais daquela sociedade em construção.

Nesse sentido, a ideologia política da higiene pode ser situada no campo representacional, em que é permitida aos próprios enunciadores a crença no discurso higiênico. Tanto os técnicos da CCNC quanto as autoridades e as elites envolvidas com o processo de construção e fundação da cidade, acreditavam no discurso higiênico porque eram informados e, ao mesmo tempo, eram produtores de um imaginário, de um simbólico e de um real que construíram a capital mineira. Era dessa forma que, em Belo Horizonte, a ideologia da higiene funcionava como representação social ou, também, como constituição de um imaginário que remetia à urbanidade do *fin de siècle*.

O poder público, legitimado pelo saber higiênico, fiscalizava, além da prática da mendicância, outros espaços, outras pessoas, outras relações sociais e normalizava esses ambientes. A intensificação nas ações interventoras no cotidiano urbano de Belo Horizonte intencionava conter o caos e a desordem urbana. Entretanto, a tensão gerada por essas estratégias estatais dava margem ao aparecimento de formas diferentes de resistência popular ao controle e à vigilância exercida pela Seção de Saúde. Essa situação devia-se ao fato de que a Seção de Saúde,

No interesse de salvaguardar a saúde pública, - penetra nos armazens de gêneros, inutilizando e condemnando aqueles que, pela sua alteração ou fraude, possam prejudicar a saúde do consumidor (...); é ella que penetra nos domicilios, fiscalizando o estado de asseio e limpeza dos prédios, das installações sanitárias, dos pátios e quintais (...); que dá caça aos contrabandistas de gêneros (...); que aprehende os animais soltos nas ruas (...); que manda proceder á matança de cães vagabundos, provocando, não

²²¹ BRAGA, M.L.S. *Produção de linguagem e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1980.

raras vezes, a cólera dos respectivos donos; é ella que vai ás escolas públicas proceder a vaccinação e revaccinação da população infantil, angariando assim a desafeição de pais, que vêem nisso um attentado a liberdade individual; é ella que intervém soberanamente na interdição de prédios que não se prestam a habitabilidade por falta de condições hygienicas, com o que muitos interesses se contrariam²²².

Daí infere-se que a saúde pública contribuiu menos para a execução de estratégias concretas, que incorporariam as massas urbanas a um padrão higiênico minimamente compatível com o propalado progresso e muito mais “para a conformação de um discurso legitimador de ações repressivas e discriminatórias do Estado”²²³. Decretos municipais, como o que foi analisado, representam o descompasso existente entre o desenvolvimento urbano e o crescimento populacional e a ocupação urbana. O reflexo dos problemas econômicos enfrentados em todo o país, durante as primeiras décadas do século XX, nas obras públicas impediram a extensão dos serviços básicos a toda área urbana da cidade. De forma pior, eram implantados ou desenvolvidos, quando isso ocorria, os equipamentos urbanos de bairros populares como os atuais bairros do Barro Preto, Santa Efigênia, Lagoinha, Floresta, Calafate, situados entre os setores urbano e suburbano.

A limitação dos influxos do progresso às áreas ocupadas pelas camadas mais favorecidas resultava na configuração de uma realidade cotidiana popular marcada pela precariedade, pela exclusão e pelo controle imposto pela Seção de Higiene e pela polícia sanitária. Segundo Silveira, a existência de uma complicada interação social traçava outra cidade, sobreposta ao plano original da CCNC, onde inexistiam implantações de “melhorias como abastecimento de água, luz, calçamento, esgotos, e onde a população se aglomerava em casebres e cafuas, dispostas em ruas tomadas de lama ou poeira, percorridas por águas servidas e animais de toda espécie”²²⁴.

O argumento da higiene embasava a crítica do poder público à existência de barracões e cafuas na região central, como visto no início deste capítulo, onde eram abrigados grupos heterogêneos, considerados inclinados à transgressão da moral, dos bons costumes e dos hábitos saudáveis, fato que favoreceria o surgimento de focos de epidemias de perigosas moléstias. Entretanto, quando essas moradias estavam localizadas fora do setor urbano, a Prefeitura tolerava sua existência e demonstrava que a habitação não era sua preocupação, mas o espaço que ela ocupava na ambiência urbana que se pretendia moderna e civilizada²²⁵. Sidney Chalhoub esclarece a passagem da preocupação com a qualidade das habitações à preocupação com a ocupação espacial que essas moradias realizavam. Para ele, essa mudança consistia em um dos aspectos que contribuíram para a conformação do discurso sobre a salubridade urbana na segunda metade do século XIX, bem como da ideologia da

²²² RELATÓRIO apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Francisco Bressane de Azevedo, em 16 de setembro de 1903. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1903. Pp. 39-40. Extraído de JULIÃO, Leticia. Op. Cit. p. 87.

²²³ JULIÃO, Leticia. p. 88.

²²⁴ SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Op. Cit. 2008. p. 121.

²²⁵ Anny Silveira afirma que “Em 1900, a prefeitura providenciou a remoção de um núcleo de cafuas do centro da cidade e, para solucionar as dificuldades dos operários em construir as casas adotadas na zona urbana, o prefeito Bernardo Pinto Monteiro informava ter cedido terrenos na região do Calafate, em ponto afastado da cidade, onde “as cafuas são todas alinhadas e guardam entre si certa distância”. Ver: SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Op. Cit. 2008. p. 122.

higiene ²²⁶. Nessa perspectiva, as reflexões realizadas até agora permitem afirmar que a adequação da política higienista ao projeto político, econômico e social de consolidação da República, resultou na implantação de um sistema de análise crítica, controle e disciplinamento higiênico que procurava atender as demandas ansiadas pela modernidade mineira.

Além da Comissão Construtora e dos próprios governantes favorecerem a exclusão de parte do operariado no processo de planejamento urbano e de venda de lotes, é possível conhecer e tentar compreender o discurso utilizado pela Prefeitura da nova capital que pretendia combater a vadiagem e defender, ao mesmo tempo, o cientificismo e a moral familiar. Os migrantes e os imigrantes que afluíram à capital mineira como mão-de-obra para sua construção e posteriormente para suas indústrias e colônias agrícolas, acabaram encontrando os ideais positivistas e cristãos de forte apelo moralizante arraigados na sociedade mineira. De acordo com Rita de Cássia Henriques, no início do século XX, moralizar significava sanear, redefinir valores e modelos de comportamento, idéia que se ajustava aos propósitos da República de modelar um tipo de cidadania adequado às exigências da nova ordem econômica ²²⁷.

A construção de espaços urbanos constituídos por ruas largas (ver figuras 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33) projetava a imagem de uma cidade associada ao movimento frenético e desimpedido de pessoas. Leticia Julião percebeu a tendência à compartimentação da cidade como demonstração da intenção de eliminar a mistura de pessoas, atividades e coisas, enfim, a convergência de fluxos que nutrem a sociabilidade urbana: “as manifestações da pluralidade e das contradições das relações humanas pareciam suscetíveis de ser banidas do território urbano” ²²⁸. Essas contradições inerentes ao fenômeno da modernização adquiriram, assim, uma dimensão dramática no projeto da nova capital que se assemelhava espacialmente a cidades de países desenvolvidos, mas estava longe de engendrar uma modernidade que atingisse e transformasse profundamente as estruturas de sua sociedade. Assim, a inauguração da cidade parece ter originado um espaço que representava uma concepção temporal republicana, atrelada ao discurso higiênico, e que engendrou uma experiência de modernidade, ao mesmo tempo, ambígua e paradoxal, em que a vida pública estava repleta de distorções.

Essas distorções e esses paradoxos modernos engendrados no espaço urbano belo-horizontino suscitam questionamentos quanto à tentativa de instituição de uma sociabilidade moderna e civilizada na cidade. A nova capital mineira havia sido planejada urbanística e arquitetonicamente para viver um novo tempo e um novo modo de vida. Suas demandas da modernidade - trabalho assalariado, nova concepção de família, de sociabilidade e de lazer - suscitavam o combate à vadiagem e o apelo à garantia da moral familiar em seus espaços.

Essas demandas modernas foram expressas em jornais que funcionavam como recursos utilizados pelo Estado e pelas elites ²²⁹ para difundirem seus ideais modernos e os

²²⁶ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 33.

²²⁷ HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. Op. Cit. p. 58.

²²⁸ JULIÃO, Leticia. Op. Cit. 1996, p. 61

²²⁹ Rita de Cássia Henriques afirma que, no início do século XX, os jornais se constituíam nos elos mais fortes de ligação entre o governo e os cidadãos/ usuários da cidade. Ver: HENRIQUES, Rita de Cássia. Op. Cit. 1997, p. 58.

modelos de comportamento europeus a serem seguidos, como ocorria no periódico *Diário de Notícias*²³⁰. Todas as experiências da modernidade, sociais, culturais ou políticas, tinham como horizonte o espaço público da cidade e a imprensa, aparentemente, atuou como forte aliada nesse processo de europeização, estimulando novas práticas e, ao mesmo tempo, condenando as antigas²³¹.

No período que compreende a circulação do periódico, o espectro da vadiagem consistia em produtor de apreensão das autoridades, sendo visto como uma questão de ordem pública. Apesar do fato de que o planejamento urbano da capital parecesse intencionar o controle social, as camadas mais baixas da sociedade se instalaram nas zonas suburbana e urbana e se tornaram alvo da polícia, que obedecia às ordens do Estado para corrigir ou coibir comportamentos que pudessem ser associados à vadiagem, inclusive algumas formas típicas de lazer da classe trabalhadora.

O *Diário de Notícias*, a priori, parece ter funcionado muito mais como porta-voz das elites políticas belo-horizontinas do que como porta-voz das classes populares, o que justifica seu apelo a Prefeitura de Belo Horizonte de efetuar um trabalho em conjunto com os cidadãos de limpeza da cidade, de extermínio da infestação de mendigos que descaracterizavam os ares da modernidade. Muitas vezes o jornal citava outras capitais como exemplo de eficácia na solução do problema de ordem pública em que se constituía a vadiagem. Em 1º. de agosto de 1907, o *Diário de Notícias* afirmava que,

BH não pode continuar a exhibir suas pompas, ao lado da miséria. Cabe ao estado o dever de assistir aos pobres, aos desvalidos, aos velhos, aos enfermos (...). Siga a Prefeitura, auxiliada pelo Estado e pela população, o exemplo da municipalidade de São Paulo, (...) proibindo terminantemente a mendicância das ruas”²³².

Infere-se, deste discurso, a perplexidade dos homens diante da nova realidade das multidões urbanas, aglomerações que se formam e se movem no mesmo ritmo da sociedade industrial. O frenesi da dinâmica social moderna contraria a crença de que a sociedade idílica projetada poderia solucionar os problemas sócio-culturais pré-existentes. As elites, que consideravam a mendicância e a doença como o avesso das promessas de bem-estar, passaram a acusar a ineficiência dos governantes da sociedade. Nesse sentido, a cidade se constituiria em um observatório privilegiado da diversidade que apreenderia o sentido das transformações e definiria estratégias de controle e de intervenção nas massas.

Surgiam medidas aparentemente humanitárias que determinavam o resguardo do corpo social a partir do confinamento de mendigos e do isolamento dos doentes. Com relação a esse aspecto o jornal *Diário de Notícias* discorria em fevereiro de 1907:

²³⁰ O periódico circulou na capital mineira entre as datas de 21/02/1907 e 31/10/1908. Foi fundado por Vasco Azevedo e Abílio Barreto e dirigido por Augusto Velloso.

²³¹ JULIÃO, Leticia. Op. Cit. 1996, p. 66.

²³² *Diário de Notícias*, ano I, n. 37, 01/08/1907, p. 1.

Bom concurso trariam a acção restauradora das nossas forças productoras em boa hora apprehendida pelos poderes públicos, os senhores da policia conseguissem a completa extincção da vadiagem em nossa terra. Mesmo na Capital é contristador o espetáculo que presenciámos: as tavernas vivem locupletadas de parasitas que tantos serviços podiam prestar (...) e não seriam esse cancro social que todos nós devemos temer. Guerra, pois, aos vadios (...) ²³³.

Essa passagem aponta o Estado como único elemento que poderia resolver os problemas de ordem social e apresenta a higiene pública como fator eterno de “garantia da paz e felicidade de um povo, todos os males e desgraças vem, é certo, de seu abandono” ²³⁴. Além das inúmeras críticas feitas ao comportamento popular, o desejo de modernidade dava instrumentos ao Estado para continuar suas tentativas de normalização social. Nesse sentido, tanto o discurso moderno quanto o discurso higiênico, construtores da imagem de Belo Horizonte, assumiram aspectos menos emancipatórios e progressistas e mais normativos e controladores, possibilitando a permanência de abismos sociais e políticos pertencentes à sociedade arcaica e patriarcal que se pretendia suplantar.

O espaço planejado para propiciar o movimento da multidão destinou-se, ironicamente, à minoria dos extratos médios e altos da sociedade. Se no discurso da modernidade o caráter homogêneo da multidão é uma ameaça à identidade do sujeito, a racionalização do espaço urbano pode ter o mesmo sentido e esvaziar o espaço de conteúdos e referências ²³⁵: ao invés de estimular a interação social, seu espaço parecia constranger e comprometer a vida pública.

O discurso higienista pregava a conciliação da privacidade com a sociabilidade, norteando as experiências pessoais com o mundo. Tal discurso, enquanto saber científico orientava a realidade social e apontava os meios de defesa aos perigos virtuais existentes nos espaços urbanos de Belo Horizonte. O discurso higienista estabelecia o certo e o errado e julgava os costumes populares como os mais infundados e nefastos que deveriam ser corrigidos pela ação do Estado. As classes dominantes, influenciadas pelos ideais republicanos e científicos, divulgavam e difundiam um discurso norteador e disciplinador que apontava as maravilhas da ciência. Ao tentar mostrar o Brasil como um país em sintonia com a modernidade e com os valores comportamentais da Europa, o Estado e as elites tentavam convencer a sociedade de que a ciência é eficaz, prática e opera pelo bem, sendo digna de confiança e inquestionável.

Além das inúmeras críticas feitas aos usos dos espaços urbanos pelas camadas populares bem como ao seu comportamento, o discurso higienista modernizador fornecia instrumentos ao Estado para continuar suas tentativas de normalização e de controle social através da racionalização sócio-espacial. De acordo com Jürgen Habermas, a racionalização no século XIX funcionou como mecanismo de ampliação das esferas sociais submetidas aos

²³³ *Diário de Notícias*, ano I, n. 03, 23/02/1907, p. 1.

²³⁴ *Diário de Notícias*, ano I, n. 289, 04/02/1908, p. 1.

²³⁵ SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Op. Cit. p. 31.

critérios da decisão racional como, por exemplo, a industrialização do trabalho social que tem por resultado a influência dos critérios da ação instrumental nos âmbitos da vida que podem compreender a urbanização das formas de existência e a tecnificação do tráfego e da comunicação.

Ainda para Habermas, a racionalização progressiva da sociedade depende dos progressos científicos e técnicos que, ao penetrarem as esferas institucionais da sociedade, transformam as próprias instituições e desmoronam as antigas legitimações. Em nome dessa racionalidade foi implantada uma forma determinada de dominação política oculta,

que se refere à correta eleição entre estratégias, à adequada utilização de tecnologias e à pertinente instauração de sistemas, subtraindo o entrelaçamento social global de interesses em que se elegem estratégias, se utilizam tecnologias e se instauram sistemas, a uma reflexão e reconstrução racionais²³⁶.

A racionalidade estende-se apenas às situações de emprego possível da técnica e exige um tipo de ação que implica a dominação sobre a natureza ou sobre a sociedade como no caso do planejamento da cidade por parte dos técnicos membros da CCNC e das diretrizes da Prefeitura que, além de tentar normalizar as camadas populares, seguia princípios políticos republicanos inspirados na supremacia científica de então.

A existência permanente da sujeira e da doença, da pobreza e do perigo, de fatores destacados nos discursos e nas ações das políticas públicas originadas no período monárquico, justificava a sugestão de soluções embasadas não apenas pelos princípios científicos do final do século XIX, mas também por antigas medidas políticas, tais como a intervenção estatal direta nas condições de vida da pobreza que resultariam no deslocamento de parcelas das camadas populares para áreas da cidade afastadas do centro, onde seria possível à Seção de Higiene, não apenas tentar controlar os hábitos e os comportamentos de seus moradores, mas também ignorá-los como indivíduos merecedores de viver em uma cidade planejada para ser civilizada.

O discurso responsável pela consolidação de uma imagem salubre da capital mineira foi significado e construído a partir da manipulação, realizada no conflito entre o Estado – representado pelos técnicos e políticos estudiosos da higiene – e as camadas populares, da higiene e da salubridade como princípios científicos capazes de garantir a experiência moderna e civilizada ansiada desde antes dos debates da Assembléia Constituinte.

As disputas pela ocupação e pelo uso do espaço urbano manifestadas pelos habitantes mais humildes eram expressas por meio de reclamações e denúncias em periódicos como o *Operário* que, ainda em 1900, expressou indignação ao refutar o projeto de demolição das casafas como medida da Prefeitura para solucionar os problemas de ordem habitacional e de higiene:

²³⁶ HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1968, p. 46.

O digno Prefeito desta Capital baixou uma portaria ordenando a demolição das cafuas do Córrego do Leitão. Louvaríamos o ato do Sr. Prefeito se as cafuas fossem condenadas definitivamente, mas como no Barro Preto está se edificando uma nova cidade de cafuas não compreendemos o motivo porque manda-se desalojar os pobres operários com grandes danos dos seus interesses. Cafuas por cafuas podia deixar as que já estavam ²³⁷.

Essa denúncia reforça a tese de que quanto maior era o esforço em construir e em preservar a imagem de Belo Horizonte como cidade civilizada e moderna, mais aumentava a distância entre as elites e os populares, transferidos e concentrados fora do perímetro urbano da nova capital. Aliada a essas medidas de exclusão estava, como foi visto, a adoção dos serviços mantenedores da ordem e da higiene. A ausência de legislação trabalhista e a cidadania restrita da Primeira República facilitavam a utilização, por parte do Estado, de mecanismos higiênicos e policiais para efetuarem o disciplinamento dos habitantes mais humildes. Por meio desses mecanismos, os espaços de moradia, de lazer e de trabalho ficavam submetidos a expedientes normativos, a vigilância constante e a repressão sistemática ²³⁸.

Ao impedir as manifestações da pluralidade dos habitantes humildes de Belo Horizonte o Estado procurava, sempre que possível, banir todo e qualquer tipo de desvio da ordem estabelecida. Nesse sentido, as vozes populares acabavam solitárias e não eram ouvidas quando pediam que a modernidade – representada pela garantia de saneamento básico e de transportes públicos - chegasse aos subúrbios. A reivindicação dessas condições básicas, necessárias à prática da cidadania, tinha um sentido positivo na ordem social porque conferiria dignidade a esses homens. Mas num movimento contrário ao das elites e de outras nações hegemônicas, a modernidade desses populares vinha de baixo, surgia fora da órbita do poder e podia dar curso “às expectativas de justiça e igualdade, de admitir os conflitos, de abrir os horizontes políticos, de modo que pudessem vir à tona novas formas de poder, assim como outros projetos de cidade e civilização” ²³⁹.

No entanto, a existência de reivindicações dessa natureza não confirma a comunhão da higiene como ideologia política republicana. Embora o ideal de higiene tivesse alcançado destaque e significação em meio à sociedade republicana, Sidney Chalhoub afirma que a incorporação de significados sociais gerais caros à ideologia da Higiene ocorria num contexto de crítica social permeada pela luta de classes, promovendo deslocamentos sutis de ênfase e sentido político ²⁴⁰. Ou seja, a oposição estabelecida pelas reivindicações populares à despolitização da realidade e à legitimação das decisões relativas à saúde pública demonstra

²³⁷ *O Operário, órgão da liga operária*, Belo Horizonte, 02/09/1900. p. 2. A crítica do jornal refere-se às medidas adotadas pela Prefeitura registradas no Relatório apresentado pelo Prefeito ao Conselho Deliberativo da Capital. Belo Horizonte citado na primeira parte deste capítulo. Ver: MONTEIRO, Bernardo Pinto. Relatório apresentado pelo Prefeito ao Conselho Deliberativo da Capital. Belo Horizonte, 1899-1902. Imprensa Oficial. Apud. GUIMARÃES, Berenice Martins. Op. Cit. p. 97-98.

²³⁸ JULIÃO, Leticia. Op. Cit. p. 85.

²³⁹ Idem. p. 104.

²⁴⁰ CHALHOUB, Sidney. Op.Cit. p. 192.

sua politização: ao reconhecerem e reivindicarem a extensão dos direitos de cidadania as camadas populares apresentavam a higiene como motivadora de suas expectativas em relação à melhoria da qualidade de vida.

Essas constatações permitem a afirmação de que mesmo que um planejamento possa “prescrever” e “proscriver” espaços, comportamentos e grupos sociais, ele não é capaz de instituir uma cidade. Esta é constituída a partir das experiências, das relações e vivências de seus habitantes. Essa perspectiva é reiterada por Sandra Jatahy Pesavento:

Descartada desde já uma superada visão antitética entre o real e o imaginário, ou entre a objetividade das condições da existência e da subjetividade das formulações mentais, parte-se do princípio de que a cidade pensada não é menos “real” do que aquela de tal realidade objetiva. Sem com ela se confundir ou ser o seu reflexo, seria algo como o seu “outro lado”. (...) Poder-se-ia dizer que se tem uma cidade quando ela é pensada e formulada no imaginário. Mais do que isto: a cidade, tal como as instituições, não se reduzem ao simbólico, mas não podem existir sem a constituição de uma ordem simbólica imaginada, que articula uma rede de significações dotadas de uma relativa coerência e cujo acesso é codificado e sancionado socialmente²⁴¹.

Nessa perspectiva, sem pretender esgotar a questão urbana em Minas Gerais no entre séculos XIX – XX, é possível afirmar que o projeto da cidade de Belo Horizonte, desde o princípio, foi desafiado e convidado a constantes adaptações decorrentes das demandas sociais. No entanto, as diretrizes políticas concentraram esforços para a realização do que estava no imaginário das elites desde a concepção inicial do plano urbano. É possível, ainda, considerar que aquele imaginário hegemônico acerca da possibilidade de construção de uma cidade moderna salubre no coração das Gerais, em parte, foi realizado. Ao tomarem as noções de civilidade e de higiene como horizonte para a construção de uma sociedade renovada, os sujeitos institucionalizados da República Mineira imputaram códigos de civilidade e de progresso ao comportamento dos habitantes e dos cidadãos belo-horizontinos, submetendo as exceções da modernidade e da higiene – as classes populares: operários e mendigos – a um controle político bem como a um controle realizado pela sociedade.

A medicalização da vida social realizada pelo poder público por meio da Seção de Higiene da Prefeitura, pode ser considerada uma ação positiva, transformadora e recuperadora porque apontou os riscos imediatos das aglomerações humildes – como as habitações de operários - e de práticas de mendicância na área urbana da capital. A medicalização social sugeriu e prometeu esquadrihar, conhecer e organizar os sujeitos urbanos a partir do estabelecimento de disciplina e de rotinas capazes de definir os lugares e os destinos de cada categoria.

²⁴¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy, Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, L.C. de Q., PECHMAN, R. (orgs.). *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. pp 377-396.

Portanto, diante do que foi exposto nessa pesquisa é possível considerar que a higiene, representação cultural e social da cidade de Belo Horizonte funcionou como objetivo a ser alcançado não apenas por seus planejadores e idealizadores, mas também por seus habitantes, usuários e praticantes. Ao se constituir como um espaço de interação entre esses sujeitos urbanos, o discurso higienista revela seus significados possíveis, geralmente relacionados intrinsecamente às intenções do poder estatal e científico de políticos e técnicos. As representações sociais expressas no discurso higienista conformado sobre a capital mineira revelam os níveis de adequação e de aceitação da higiene como representação social para as elites, como ideologia política para os sujeitos institucionalizados e como representação cultural de uma sociedade que, oficialmente, se afirmava moderna, limpa e civilizada.



FIGURA 29: Parte de Belo Horizonte em 1910 a partir do Parque Municipal. Vê-se na foto parte do bairro Funcionários, a Igreja Sagrado Coração de Jesus e a Escola Normal. No fundo a Serra do Curral e parte do caminho para o Acaba Mundo.
Fonte: <http://curraldelrei.blogspot.com>



FIGURA 30: O espaço moderno praticado: o movimento frenético de coisas e pessoas. Região Central de Belo Horizonte nos anos 1910. À esquerda o Palácio Hotel que existiu onde hoje se encontra o Othon Palace. Fonte: Arquivo Público de Minas Gerais. Apud: <http://curraldelrei.blogspot.com>



FIGURA 31: A larga Avenida João Pinheiro em 1910. Fonte: <http://bhnostalgia.blogspot.com>



FIGURA 32: Rua São Paulo. Fonte: <http://bhnostalgia.blogspot.com>



FIGURA 33: O encontro entre ruas e avenidas retas de Belo Horizonte. Vista da rua Rio de Janeiro, à esquerda Parque Municipal, rua Tamoios e rua Espírito Santo. Fonte: <http://bhnostalgia.blogspot.com>



FIGURA 34: Cafua nas proximidades do Centro, 1920. Fonte: <http://bhnostalgia.blogspot.com>

<http://bhnostalgia.blogspot.com/>

Considerações Finais

A aliança entre dois importantes campos de investigação como a História Cultural e a Área de Arquitetura e Urbanismo amplia possibilidades de análise e contribui para o surgimento de novas perspectivas e abordagens históricas. O passeio realizado entre as representações culturais construídas sobre a higiene aprofundou o conhecimento de mais um capítulo da história da capital mineira e ofereceu a oportunidade de compreender o funcionamento do discurso higienista inserido em uma ambiência urbana específica de finais do século XIX. A estreita relação entre o discurso higienista, cuja veiculação havia sido impulsionada no século XIX, e o processo de fundação de Belo Horizonte remeteu ao desenvolvimento de novas idéias e imagens sobre os espaços urbanos, de uma forma geral no Brasil e na Europa oitocentista, e apresenta-se como uma nova perspectiva de análise desse processo, favorecendo ao investigador a atribuição de sentidos possíveis às representações urbanas e culturais construídas naquele momento.

O momento político e social abordado no primeiro capítulo compreende o contexto em que se consolidou a idéia e a decisão de mudança da sede da capital mineira, bem como o planejamento e a construção de uma nova cidade no Brasil republicano. A abolição da escravatura e a proclamação da República, nas últimas décadas do século XIX, apresentaram novas necessidades políticas e econômicas para a sociedade que pretendia ser reconhecida como civilizada e moderna. As transformações decorrentes desses processos alteraram profundamente o cenário urbano brasileiro, cujas estruturas remontavam o período colonial em que ruas, moradias e cidades não obedeciam aos padrões mínimos de urbanidade e cientificidade estabelecidos nas nações desenvolvidas. As cidades passaram, então, a se desenvolver de acordo com o intuito de assegurar a promoção de uma nova ordem política e social. Como foi explicitado, ao longo do século XIX, o espaço urbano passou a significar e a representar, para as elites européias ou americanas, o local de transformações radicais e de rupturas com o passado tradicional.

As cidades constituídas após a Revolução Industrial despertaram o imaginário e o interesse das elites e se transformaram em ambientes constituídos por maior participação política dos cidadãos considerados indivíduos emancipados e livres, bem como se apresentaram como possíveis anunciadoras de uma nova ordem. A concepção do surgimento de uma nova ordem humana, política e social, favorecida pelo desenvolvimento do espaço urbano, tem sido considerada utópica ao mesmo tempo em que o aparecimento de projetos que pretendiam concretizar essa utopia pode ser concebido como momento em que a cidade se torna instrumento de dominação por parte de órgãos de poder que nela se instalam.

Essa conjuntura histórica de finais do século XIX foi considerada importante durante as análises e a compreensão do discurso higienista veiculado no Brasil. O advento da higiene

como representação científica e cultural, não apenas no Brasil, mas na Europa, se deu a partir do desenvolvimento das pesquisas médicas e científicas que apontaram a salubridade e a higiene como peças fundamentais para a garantia do bom funcionamento das sociedades em desenvolvimento a partir do século XVIII. De acordo com as investigações médicas, a salubridade funcionava como base material e social que asseguraria a melhor saúde possível aos membros de uma sociedade. Essa noção, fortalecida pelo discurso político, favoreceu o surgimento de outra noção, a de higiene pública que, por sua vez, constituía-se em uma técnica de controle e de modificação dos elementos materiais urbanos com a finalidade de garantir a qualidade de vida dos indivíduos.

Foi a partir da preocupação em manter e garantir corpos saudáveis em sociedade que técnicos e políticos justificaram seus anseios para construir espaços urbanos onde a boa circulação do ar e das águas seriam capazes de conter a proliferação de doenças e, conseqüentemente, de problemas de ordem social. As novas representações científicas e urbanas e o imaginário construído acerca da vida nas cidades migraram no tempo e no espaço e influenciaram médicos e técnicos brasileiros formados tanto no exterior quanto no Brasil contribuindo para o desenvolvimento e o respaldo de argumentos científicos e políticos, sobretudo republicanos, que pretendiam construir uma nova sociedade nos trópicos.

A medicalização da sociedade - aliança estabelecida entre o discurso médico e o discurso republicano - reforçou a concepção de que a salubridade e a higiene funcionavam como corolários do progresso e da civilização republicana que estavam por vir. Os argumentos desse discurso higienista, de uma forma geral, procuravam incentivar e justificar a criação de medidas estatais para controlar os resquícios do comportamento da sociedade tradicional e colonial construída até então, como a ocupação desenfreada e desordenada das cidades e a má utilização de seus espaços, que funcionavam como barreiras ao reconhecimento internacional do desenvolvimento econômico e social da recém instaurada república.

Ao re-significarem os discursos científicos europeus a respeito da salubridade e da higiene, os sujeitos institucionalizados das escolas técnicas e médicas brasileiras ao lado de sujeitos políticos institucionalizados do Estado reforçavam os ideais republicanos de renovação política, social e cultural e procuravam, ao mesmo tempo, atribuir novos sentidos ao desenvolvimento nacional e demonstrar a consonância do Brasil com outras civilizações modernas, como a européia.

Justamente nesse momento cultural e político insere-se o esforço político mineiro para transferir a sede de sua capital, com ares coloniais, para uma nova localidade onde o governo estadual poderia construir uma nova sociedade mineira, mais civilizada e moderna. A recém-implantada república mineira pretendia - ao legitimar cientificamente a higiene como ideologia despolitizadora da história e do processo civilizatório do país - erguer a Cidade de Minas que funcionaria como foco irradiador da civilização e do progresso, espaço moderno, higiênico e elegante capaz de consolidar a modernização - política, econômica e urbana - regional e assegurar o poder republicano no Estado.

Como foi visto no segundo capítulo, a criação de uma Comissão de Estudos e, posteriormente, de uma *Comissão Construtora da Nova Capital* e a busca por uma nova localidade capaz de reunir condições de salubridade e higiene compatíveis com as expectativas científicas representou os anseios da elite republicana por constituir novos espaços salubres, saudáveis, onde seria possível crescer e formar uma sociedade moderna e civilizada, como as sociedades européias. O culto ao cientificismo e a importância da autoridade científica adquirida pela Comissão Construtora da Nova Capital são fatores importantes que mereceram atenção nas análises do discurso higienista veiculado por essa instituição. O apego às diretrizes urbanísticas e médicas para a construção de novos espaços urbanos direcionou o planejamento para a implantação da higiene como elemento de presença fundamental nos novos espaços a serem ocupados pela elite republicana.

Ao valorizarem a salubridade como base social e material capaz de garantir melhores condições de saúde para os indivíduos, os membros da Comissão Construtora definiam seu lugar de fala e se inseriam no processo de desenvolvimento das pesquisas médicas e técnicas no campo científico nacional e internacional. Os discursos higienistas que veiculavam, informavam atos e comportamentos e, por serem dialógicos e polissêmicos, foram, aqui, considerados como representações que expressam as reconfigurações de palavras, de idéias sanitárias e de teorias médicas específicas.

A importância da higiene como sinônimo de modernidade e civilização remeteu aos sentidos possíveis da representação cultural da higiene na nova capital mineira republicana. Os sentidos atribuídos à higiene pelos sujeitos institucionalizados do estado e da Comissão Construtora da Nova Capital relacionam-se às contradições permanentes na edificação da cidade: o planejamento e a construção de uma cidade moderna e civilizada, expressão republicana de renovação social, política e urbana, ao atentar muito mais para as diretrizes científicas e para os interesses políticos e econômicos das elites do que para o funcionamento da dinâmica sócio-espacial da cidade real que estava por ser inaugurada procurou evitar o encontro entre a tradição e a modernidade, o colonial e o republicano, o insalubre e a higiene.

As largas ruas e largas avenidas de Belo Horizonte parecem ter funcionado, inicialmente, como lugares de tráfego e de segregação social. Os limites da cidade - grandes avenidas, poucas praças, poucos lugares de encontro, uma avenida de contorno que isolava a cidade, uma zona suburbana e depois a periferia (zona rural) - intencionavam destinar os espaços urbanos a cada segmento social de acordo com seu nível econômico, social e cultural. Durante todo o processo de fundação, desde a escolha da localidade até a construção e o desenvolvimento urbano, a insalubridade funcionou como noção correlata à de desordem e de imoralidade e alimentou o imaginário das elites, legitimando o controle dos bairros populares por parte dos agentes sanitários.

Como foi visto no terceiro capítulo, por meio da análise do periódico *Diário de Notícias*, que funcionava como suporte aos discursos do poder, a pobreza, representada pelos mendigos ou pelos vagabundos, sujava e manchava o cenário civilizado da capital. A aliança realizada entre política e a ciência funcionou como uma relação de força que impunha modelos de

comportamento manipuladores da vida social. Diante dessas medidas manipuladoras é possível compreender que embora o termo civilização justificasse cada uma delas, a modernidade foi construída com base em ações distantes do que se considerava civilizado naquele momento. A medicalização da sociedade funcionou como uma tecnologia de poder cujo objetivo era tornar os habitantes de Belo Horizonte produtivos e inofensivos. Os anseios pela constituição de uma sociedade republicana sadia favoreceram a instituição de um discurso ligado ao projeto de transformação dos indivíduos anormais em normais. Diante das dificuldades de edificação de uma ordem social civilizada impostas pela diversidade humana inserida na urbe, aos sujeitos institucionalizados restava a alternativa de elaborar estratégias administrativas capazes de controlar as populações que se estabeleciam em Belo Horizonte à espera das promessas de progresso e melhorias nas condições de vida. Foi nesse sentido que o Estado acabou despachando, para espaços onde a civilização, a higiene e o progresso não haviam chegado, trabalhadores pobres, mendigos e vagabundos.

A última reflexão da pesquisa pretendeu estabelecer um diálogo entre as representações elaboradas pelos sujeitos responsáveis pela construção de uma Belo Horizonte moderna e as representações que emergem da adoção do método da análise do discurso. A tentativa de aprofundar a compreensão dos sentidos do discurso higienista e da relação dos sujeitos em vias de deslocamento no movimento de sua própria história enfocou a difícil relação entre a cidade, o cultural, o político e os sujeitos sociais de onde emergem os sentidos e as significações possíveis das representações urbanas conhecidas sobre Belo Horizonte.

Nesse sentido, a história da capital mineira, conhecida por meio da análise do discurso higienista inserido no contexto de sua fundação, pode ser considerada como uma história marcada, muitas vezes, pela atuação de sujeitos institucionalizados política e cientificamente cujos interesses dificultavam a solução de problemas urbanos originados durante o processo de construção e desenvolvimento da cidade. Os periódicos publicados durante esse processo, longe de pretender formar a opinião de seu leitor, funcionavam como veículos de discursos parafrásticos do poder e respaldavam as atuações excludentes do Estado e das elites políticas mineiras.

No entanto, a dinâmica sócio-espacial, cujo caráter imprevisível favoreceu a superação do Plano da cidade traçado por Aarão Reis, implicou em uma nova significação do discurso higienista. A negação de um estilo de vida pré-existente considerado insalubre, presente nos Relatórios de Estudos e nas plantas da nova capital mineira, enfatizava a construção de uma estrutura urbana diversa da que existia nas cidades coloniais e se apresenta como indício de que os sujeitos institucionalizados da Comissão Construtora da Nova Capital pretendiam modificar também a sociedade vigente até então.

Portanto, sem pretender esgotar o tema, é possível afirmar que a profusão do discurso higienista no processo de fundação de Belo Horizonte representa a repulsa, respaldada por um embasamento científico de inspiração européia, a determinados costumes históricos e resultou em um conjunto de medidas estatais cujos princípios foram contrariados pela dinâmica social, importante fator comprometedor do sucesso do projeto da Comissão Construtora da Nova

Capital, principalmente no tocante à ocupação do espaço urbano da cidade. Como ressalta a bibliografia analisada, as noções científicas nem sempre são hegemônicas e por isso pode-se considerar que o saber higienista que havia informado o processo de fundação de Belo Horizonte não foi capaz de se adequar nem à dinâmica sócio-espacial e nem à realidade da cidade em desenvolvimento.

Justamente porque a questão da higiene é um capítulo pouco abordado na história da capital mineira, é possível considerar que análises históricas que envolvem o discurso e o urbano, como as análises desse discurso higienista informador aqui realizadas, são capazes de, além de revisitar as fontes e lançar novo olhar sobre elas, contribuir para a historiografia com novos dados e novas perspectivas analíticas influenciadas pela Arquitetura e Urbanismo.

5.

Corpus Documental

Documentação oficial

ESTADO DE MINAS GERAIS. Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital – Relatório apresentado ao Exmo Sr. O Dr. Affonso Penna (Presidente do Estado) pelo Engenheiro civil Aarão Reis – janeiro a maio de 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1893. 420p.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. *Anais do Senado Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1893.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Documentos da Comissão Construtora da Nova Capital- Belo Horizonte, 1894-1897 (CCNC/ MHAB). Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto.

ESTADO DE MINAS GERAES. Decreto n. 680, de 14 de fevereiro de 1894.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora. Rio de Janeiro: H.A. Lombaerts, 1985 [2 VOL].

ESTADO DE MINAS GERAES. Decreto n. 1.358, 6 de fevereiro de 1900.

ESTADO DE MINAS GERAIS, *Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas*. 1900.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas*, 1900.

ESTADO DE MINAS GERAES. Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, aos 28 de dezembro de 1900. Venceslau Braz Pereira Gomes. Decreto no. 1.435, de 27/12/1900. Prefeitura da cidade de Minas. Cidade de Minas, Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1901.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Francisco Bressane de Azevedo, em 16 de setembro de 1903. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1903.

Periódicos

Jornal de Minas. Ouro Preto, 3/04/1891.

Correio do Povo, Varginha, 25/05/1890.

Nova Capital de Minas, *O Contemporâneo*, ed. 12, 26/03/1893. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=4110>

Bello Horizonte e Várzea do Marçal, *O Contemporâneo*, ed. 18, 07/05/1893. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=4306>

Bello Horizonte e Várzea do Marçal, *A Pátria Mineira*, ed. 202, 18/05/1893. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=114874>

Bello Horizonte, *O Contemporâneo*, ed. 28, 16/07/1893. Disponível em : <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=4536>

A Nova Capital, *O Contemporâneo*, ed. 31. 06/08/1893. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=19857>

Por montes e vales. *Minas Gerais*, Ouro Preto, 1º/04/1894.

Nova Capital, *A Capital*, Belo Horizonte, anno I, n. 6, 03/03/1896.

Higiene. *A Capital*, Belo Horizonte, anno I, n. 18, 04/06/1896.

Mudança da Capital. *A Capital*, Belo Horizonte, anno II, n. 97, 09/12/1897.

Salve, Minas!, *A Capital*, Belo Horizonte, anno II, n. 98, 12/12/1897.

O Operário, órgão da liga operária, Belo Horizonte, 02/09/1900.

A Vanguarda, 4/02/1906.

Diário de Notícias, ano I, n. 03, 23/02/1907.

Diário de Notícias, ano I, n. 37, 01/08/1907.

Diário de Notícias, ano I, n. 289, 04/02/1908.

Imagens

www.bhnostalgia.blogspot.com

www.curraldelrei.blogspot.com

Referências Bibliográficas

Dissertações e Teses

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da Nova Capital*. Formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar e os seus agentes no século XIX na Província de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, Belo Horizonte – São Paulo, 1997.

GUEDES, Simone Cordeiro Costa. *Da arquitetura da ordem à cartografia da loucura: a história de um asilo manicomial em Cuiabá (1931-1979)*. Brasília, 2010.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu. *Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956-1960)*. Tese de Doutorado, Brasília, UnB, PPGHIS, 2008.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da saúde pública no Brasil*. São Paulo: HUCITEC/ ANPOCS, 1998.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. *Pois tudo é assim*. Educação, política e economia em Minas Gerais, 1889-1910). Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 1990.

RIZZO, Wagner Antonio. *Fina (s) estampa(s): o suporte representacional das Estampas Elcalol na encenação cotidiana brasileira e na memória publicitária nacional: 1ª. metade do século XIX – tempo presente*. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, Departamento de História, 2009.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *A influenza espanhola e a cidade planejada: Belo Horizonte 1918*. Niterói: UFF-Programa de pós-Graduação em História, 2004.

Livros

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manuel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

- ALMEIDA, Marcelina das Graças. A catedral da Boa Viagem de Belo Horizonte: fé, modernidade e tradição. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *BH, horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ ARTE, 1996.
- BARATA, Alexandre Mansur. In: CARVALHO, José Murilo de. & NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (orgs). *Repensando o Brasil dos oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BARRA, Sérgio. *Entre a Corte e a Cidade*. O Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821). Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- BARRETO, Abílio. Aspectos de Belo Horizonte, em fins de 1895, vistos pelo autor deste livro ao chegar. In: BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. *BH Verso e Reverso*. Belo Horizonte: 1997.
- _____. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.
- _____. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história antiga*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Vol 1. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- BOMFIM, Manoel. *A América latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905].
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2ª. Ed. Campinas, SP: Editora da UniCamp, 2004.
- BRAGA, M.L.S. *Produção de linguagem e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1980.
- BRESCIANI, Maria Stella M. Cultura e História: uma aproximação possível. In: PAIVA, Marcia de e Moreira, Maria Ester (coord). *Cultura, substantivo plural*. Rio de Janeiro: CCBB – São Paulo: Ed. 34, 1996.
- BRITO, Eleonora. In: KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins & MELLO, Maria Thereza Negrão de (orgs). *Os espaços da História Cultural*. Brasília: Paralelo 15, 2008.
- BURTON, Richard F. *Viagem do Rio de Janeiro à Morro Velho*. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1990.
- _____. Brasil 1870-1914: A força da tradição. *Pontos e Bordados*. Escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. pp. 107- 127.
- _____. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil. *Pontos e Bordados*. Escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. Pp. 83- 106.
- _____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Pontos e Bordados*. Escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. pp. 131-152.

- _____. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Tradução: Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autentica, 2009.
- CEREZO, Flávio Lúcio Braga. Vegetação Urbana, áreas verdes e espaços públicos em Belo Horizonte. In: PAIVA, Eduardo França (org). *Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997. p. 119 – 136.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. Introdução. *A História Cultural*. Entre Práticas e Representações. Difel: Lisboa, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. O discurso competente e outras falas. 12ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e norma familiar*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DIAS, Padre Francisco Martins. *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro e Xerox do Brasil, 1997.
- DULCI, Otávio Soares. Origens do Desenvolvimento Mineiro. In: *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, 2 v.
- ESTADO DE MINAS. BH 100 anos: Nossa História. Belo Horizonte, 1996. pp. 5 – 22.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª. Ed. São Paulo: Globo, 2001, vols. 1 e 2.
- FARIA, Maria Auxiliadora. Belo Horizonte – Memória Histórica e Descritiva. À guisa de uma análise crítica. In: BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte - Memória Histórica e Descritiva*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. *Vigiar e Punir*. 1987. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2ª. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1968.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

JODELET, Denise. Representações Sociais: Um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas. *BH, horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ ARTE, 1996.

KOK, Glória. Rio de Janeiro na época da Av. Central. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

LE GOFF, Jacques. Progresso/ reacção. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984, vol. 1.

LE VEN, Michel. Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914). Belo Horizonte: C/ ARTE, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil. 1895-1965*. São Paulo, SP: FUPAM: Studio Nobel, 1999.

MARTINS, Luiz Carlos Nunes & BERTOLOSSI, Leonardo Carvalho. *Pensamento médico e dinâmica urbana: aspectos sobre a cidade do Rio de Janeiro na metade do século XIX*. Secretaria de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, COC-Fiocruz, RJ.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho – uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *BH, horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ ARTE, 1996.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Prefácio. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org). *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2001.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Vol 1. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

O'DONNELL, Júlia. *De olho na rua. A cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. Campinas, SP: Ponte, 2007.

_____. *Cidade e Sentido. Cidades dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso*. Estrutura e acontecimento. Tradução Eni P. Orlandi. 2ª. Ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, L.C. de Q., PECHMAN, R. (orgs.). *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *História e História Cultural*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. *O imaginário da cidade - visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

PILÓ, Conceição. *Palácio da Liberdade: Dos Campos Gerais dos Goitacases ao Belo Horizonte das Minas Gerais de nossos dias*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987. p. 12 - 45.

- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Vol 1. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. PP. 89-120.
- _____. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906*. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. Da leitura do território ao planejamento urbano: o caso de Belo Horizonte. *Engenheiro Aarão Reis: o Progresso como Missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1997.
- _____. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In: _____ (Org). *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 136-165.
- SENNET, Richard. Corpos em movimento. In: *Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) & SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. Vol. 3. pp. 513-620.
- _____. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) & SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. Vol. 3. pp. 7-48.
- SINGER, Paul. Belo Horizonte. In: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *A Influença espanhola e a cidade planejada*. Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte, MG: Argumentvm: FAPEMIG: CAPES, 2008.
- TUVESON, Ernest. Progresso. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- WEBER, Eugen Joseph. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

Artigos

- BARROS, José Márcio. O Discurso da Modernidade. A fundação de Belo Horizonte como marco enunciativo. *Urbanitas Revista de Antropologia Urbana*. Ano 1, n.1, vol. 1, julho de 2004.
- BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. *BH Verso e Reverso*. Belo Horizonte: 1997.
- CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. A vitória do *Tertius*: as disputas políticas que antecederam a construção da “Cidade de Minas”. In: CAMPOS, A. P.; FELDMAN, S. A.; FRANCO, S. P.; NADER, M. B.; SILVA, G. V. (Org.) *Anais eletrônicos do II congresso Internacional de História Ufes/Université de Paris-Est: cidade, cotidiano e poder*. Vitória: GM Gráfica & Editora, 2009, p. 1-12.
- COSTA, Jean Carlo de Carvalho. Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a “impertinência” bomfiniana em torno da identidade nacional. *Cronos*, Natal-RN, v. 9, n. 2, p. 417-438, jul./dez. 2008.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Dilemas e perspectivas da cidadania no Brasil Republicano. *Revista Tempo*, no. 04, Niterói, UFF, 1998.
- DOIN, José Evaldo de Mello & FREITAS, Fabiano Junqueira. Construção e desenvolvimento de Belo Horizonte no imaginário da Belle Époque. In.: *XV Encontro Regional de História. Seção e Minas Gerais da Anpuh*. 2006.
- GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, “pensador da História na Primeira República. *Revista Brasileira de História*. Vol. 23, n. 43, São Paulo, julho de 2003.
- HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. A razão moldando o cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar - Belo Horizonte- 1907- 1908. In: *Caderno de História*, Belo Horizonte, volume 2, n. 3. Belo Horizonte: outubro de 1997.
- HORTA, Célio Augusto da Cunha. Origens espaciais e históricas de Belo Horizonte. In: BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. *BH Verso e Reverso*. Belo Horizonte: 1997.
- LESSA, Renato. As cidades e as oligarquias do antiurbanismo da elite política da Primeira República brasileira. *Revista USP*, São Paulo, n.59, p. 86-95, setembro/novembro 2003.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto. A organização do espaço urbano no século XIX: significado e percepção do espaço público na nova capital de Minas. In: CAMPOS, A. P.; FELDMAN, S. A.; FRANCO, S. P.; NADER, M. B.; SILVA, G. V. (Org.) *Anais eletrônicos do II congresso Internacional de História Ufes/Université de Paris-Est: cidade, cotidiano e poder*. Vitória: GM Gráfica & Editora, 2009, p. 1-12.
- PAIVA, Eduardo França. A Nação/República, a Cidade e o Cemitério. *Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997.
- PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A formação urbana e social da cidade de Belo Horizonte: hierarquização e estratificação do espaço na nova Capital mineira. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 1, n.º 2, ago./dez. 2009.
- PAULA, Leandro Silva de. O discurso dos médicos da província mineira: reflexões sobre urbanização e higiene no século XIX. In: CAMPOS, A. P.; FELDMAN, S. A.; FRANCO, S. P.;

NADER, M. B.; SILVA, G. V. (Org.) *Anais eletrônicos do II congresso Internacional de História Ufes/Université de Paris-Est: cidade, cotidiano e poder*. Vitória: GM Gráfica & Editora, 2009, p. 1-12.

SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. Tradição e modernidade na construção da nova capital mineira: o Padre Francisco Martins Dias e os “Traços Históricos e Descritivos de Belo Horizonte”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VI, ano 3, no. , dezembro de 2008.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. As ruas e as cidades. In: *Caderno de História*, Belo Horizonte, volume 2, n. 3. Belo Horizonte: outubro de 1997.

SUASSUNA, Daniella de Souza Barbosa & MACHADO, Charliton José dos Santos. Anotações sobre o pensamento educacional de Manoel Bomfim a partir da obra *América Latina: males de origem* (1905). *Educação Unisinos*. volume 13, número 2, maio - agosto 2009.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. A Capital Controversa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Ano 43, vol. 2, jul.dez/2007.